



Parentalidade e Infância Protegida:

Implementação de programa
com evidências científicas
no Estado do Ceará

Realização



Apoio e Parceiros Institucionais



Coordenação da iniciativa ACT no Estado do Ceará

As coordenadoras possuem formação como Master Trainer no Programa de Parentalidade ACT Para Educar Crianças em Ambientes Seguros, pela American Psychological Association, com experiência no programa desde 2012. Ambas são membros do Instituto para Valorização da Educação e da Pesquisa no Estado de São Paulo (Ivepesp), na área de Desenvolvimento Infantil.



Prof. Dra. Elisa Rachel Pisani Altafim

● Psicóloga, Doutorado e Pós-doutorado em Saúde Mental na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FMRP-USP), com intercâmbio na Harvard Graduate School of Education. Docente e orientadora no Programa de Pós-Graduação em Saúde Mental da FMRP-USP. Atuou como gestora de projetos e especialista da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e consultora do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), na área da primeira infância. Experiência de pesquisa, ensino e extensão na área de desenvolvimento infantil, saúde mental e parentalidade. Consultora para treinamento, desenvolvimento e pesquisa.

CV: <http://lattes.cnpq.br/2045620373691093>



Prof. Dra. Maria Beatriz Martins Linhares

● Psicóloga, especialista em Psicologia Clínica Infantil e Psicologia Hospitalar. Professora Associada Sênior do Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Coordenadora do Laboratório de Pesquisa em Prevenção de Problemas de Desenvolvimento e Comportamento da Criança (Lapredes). Pesquisadora Sênior do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Experiência de pesquisa, ensino e extensão na área de desenvolvimento infantil, saúde mental e parentalidade. Consultora para treinamento, desenvolvimento e pesquisa.

CV: <http://lattes.cnpq.br/7958311766450761>

Depoimentos dos Parceiros Institucionais

“O Programa ACT foi selecionado para o portfólio de atuação da Coalizão formada pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Porticus América Latina, Fundação Van Leer e Governo do Estado do Ceará, como resposta a uma demanda identificada pelo Estado em relação à prevenção à violência na infância, corroborada por achados do estudo Primeira Infância para Adultos Saudáveis (PIPAS), que em 2019 apontou que mais de 80% das famílias no Ceará empregavam disciplina punitiva com suas crianças. O programa tem o diferencial de agregar soluções baseadas em evidências científicas para enfrentar um problema de longa data e difícil solução, dado seu caráter intergeracional e cultural. Com as avaliações realizadas, há a possibilidade de o programa ser incorporado e escalado de forma sustentável à política pública, endereçando as especificidades e desafios do estado.”

Karina Fasson, Gerente de Conhecimento Aplicado na
Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.

“O Programa ACT, iniciativa que compõe o portfólio da Coalizão Ceará, além de abordar competências parentais essenciais para o desenvolvimento infantil na primeira infância, também conta com uma estrutura de governança colaborativa entre o estado e municípios, e entre diferentes setores da sociedade, que possibilita uma política para a primeira infância sensível e responsiva às demandas do território cearense. Tudo isso somado ao rigor científico do programa, que se baseia em evidências para desenhar, implementar, monitorar, refinar e avaliar o programa de forma consistente, contribuindo com as políticas estaduais para o desenvolvimento saudável, digno e pleno das crianças no Ceará.”

Thais Sanches, Coordenadora de Programas
Sênior na Fundação Van Leer.

“Nós que atuamos com políticas para primeira infância no Ceará, sabíamos que o ACT seria uma forma eficaz de romper com o ciclo intergeracional da violência que, infelizmente, ainda faz com que muitas famílias naturalizem palmadas, gritos e outras formas de violência na educação de seus filhos. Para romper com estes comportamentos, que podem trazer consequências sérias ao desenvolvimento das crianças, é que trouxemos o ACT para o nosso Estado e hoje somos referência nacional na implantação bem sucedida do programa como política pública”. “O programa ACT é uma tecnologia social que auxilia as mães na convivência familiar, no desenvolvimento infantil. Aqui, no Ceará, nós ofertamos todo o conhecimento já adquirido com o Mais Infância Ceará como base para o ACT.”

Onélia Santana, Secretária da Proteção Social
do Governo do Estado do Ceará.*

“O Programa ACT é um dos pilares da Coalizão entre Governo do Estado e Fundações para apoiar o avanço contínuo do bem estar e do desenvolvimento infantil e, logo, de famílias e comunidades cearenses. Com uma equipe academicamente brilhante e com grande motivação de promover infâncias livres de violência, o ACT mostra que administração pública, academia e sociedade civil podem trabalhar juntas para criar sociedades mais seguras e saudáveis para nossas crianças. Os dados mostram que a aposta no desenvolvimento profissional continuado dos e das profissionais da Promoção Social produz mudanças significativas e deve estar no horizonte de prioridades públicas. Do ponto de vista da Porticus, é valoroso notar o compromisso da equipe ACT em continuar aprendendo junto a nossos demais parceiros no Brasil, identificando pontos de melhoria do programa frente ao desigual acesso a oportunidades de desenvolvimento integral pelas múltiplas infâncias brasileiras.”

Luis Serrao, Gerente de Programas
na Porticus América Latina.

* Fonte: Matérias do portal do governo do Estado do Ceará: “Ceará é pioneiro na implantação de programa de parentalidade como política pública (2023, 22 de março).” <https://www.ceara.gov.br/2023/03/22/ceara-e-pioneiro-na-implantacao-de-programa-de-parentalidade-como-politica-publica/> “Ceará é certificado como Estado protetor da criança. (2022, 14 de dezembro).” <https://www.ceara.gov.br/2022/12/14/ceara-e-certificado-como-estado-protetor-da-crianca/>

Membros da equipe da iniciativa ACT-Ceará

Participantes no período de novembro de 2020 a outubro de 2023

Camila R. Lotto

(abril/2021 a setembro/2023)

Psicóloga; especialista em Psicologia do Desenvolvimento na área da Saúde; doutoranda em Ciências – Saúde Mental (FMRP-USP); facilitadora do ACT. Bolsista Fapesp e Capes com autorização de complementação pelo Ivesp.

Cláudia M. Gaspardo

(setembro/2021 a maio/2022)

Psicóloga; mestrado, doutorado e pós-doutorado em Ciências – Saúde Mental (FMRP-USP); especialista em Psicologia do Desenvolvimento na área da Saúde; professora na pós-graduação em Saúde Mental (FMRP-USP); vice-coordenadora do Lapredes-FMRP-USP.

Elisa Leithold

(março/2023 a outubro/2023)

Psicóloga; bacharelado com pesquisas no Programa ACT pelo Lapredes-FMRP-USP; especialização em Saúde da Criança e do Adolescente (FPP).

Francisca Adriana S. Silva

(março/2022 a dezembro/2022)

Assistente social; atuação profissional como técnica da Proteção Básica em municípios no Estado do Ceará.

Keyssiane M. A. Lima

(novembro/2021 a fevereiro/2022)

Psicóloga; mestranda em Saúde da Mulher e da Criança (UFC).

Leonardo T. Martinez

(março/2021 a setembro/2023)

Informata biomédico; apoio tecnológico em pesquisas na área de programas de parentalidade e inovação no Lapredes-FMRP-USP.

Luiza M. Santos

(novembro/2020 a dezembro/2022)

Psicóloga; mestre em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem (Unesp); doutoranda em Ciências – Saúde Mental (FMRP-USP); facilitadora do ACT.

Mariana P. Rodrigues

(maio/2022 a maio/2023)

Economista e graduanda em Psicologia; iniciação científica relacionada ao ACT pelo Lapredes-FMRP-USP.

Marília S. S. Branco

(abril/2021 a outubro/2023)

Psicóloga; especialista em Psicologia do Desenvolvimento na área da saúde; mestre em Ciências – Saúde Mental (FMRP-USP); facilitadora do ACT.

Meysa Q. F. C. Casadevall

(dezembro/2021 a setembro/2023)

Enfermeira; especialista em Enfermagem Pediátrica e Neonatal e Centro Cirúrgico e Central de Material e Esterilização; mestre e doutora em Ciências Médico Cirúrgicas (Famed-UFC).

Rafaela C. B. Couto

(junho/ 2022 a outubro/ 2023)

Psicóloga; especialista em Psicologia do Desenvolvimento na área da saúde; mestranda em Ciências – Saúde Mental (FMRP-USP). Bolsista Capes com autorização de complementação pelo Ivesp.

Rafaela Jürgensen

(novembro/2020 a julho/2022)

Terapeuta ocupacional pediátrica (USP); especialista em Educação Inclusiva e Deficiência Intelectual (PUC-SP); mestranda em Ciências – Saúde Mental (FMRP-USP), com pesquisas no Programa ACT.

Rebeca C. Oliveira

(novembro/2021 a setembro/2023)

Psicóloga; mestre em Ciências – Psicologia (FFCLRP-USP); apoio em pesquisas na área de programas de parentalidade e inovação no Lapredes-FMRP-USP.

Parceria com equipe de tecnologia do Laboratório de Medidas e Instrumentação (LMI) da Universidade Federal da Paraíba

Prof. Dr. Ruy Alberto Pisani

Altafim. Professor do Departamento de Sistemas de Computação, Centro de Informática da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Gabriel Lucena Camboim

Graduando em Engenharia da Computação (UFPB).

Matheus Soares de Oliveira

Mello Graduando em Engenharia da Computação (UFPB).



Parentalidade e Infância Protegida: Implementação de programa com evidências científicas no Estado do Ceará

Ficha catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Parentalidade e infância protegida [livro eletrônico] : implementação de programa com evidências científicas no estado do Ceará / coordenado por Elisa Rachel Pisani Altafim, Maria Beatriz Martins Linhares.

-- São Paulo : IVEPESP, 2024.

15,2 Mb : il., color. PDF

Vários colaboradores

ISBN 978-65-85375-07-8 (e-book)

1. Parentalidade 2. Política pública I. Altafim, Elisa Rachel Pisani II. Linhares, Maria Beatriz Martins

24-0068

CDD 306.874

Jéssica de Oliveira Molinari-CRB-8/9852

Índices para catálogo sistemático:

1. Parentalidade

É EXPRESSAMENTE PROIBIDA a reprodução total do conteúdo deste documento sem prévia autorização das coordenadoras e autoras da iniciativa. O uso de informações parciais ou trechos contidos neste documento deve rigorosamente citar a publicação, com seus respectivos autores, a fim de assegurar os créditos e direitos autorais. As imagens e fotografias foram autorizadas especificamente para este documento e não devem ser reproduzidas em outros contextos.

Aspectos éticos

As imagens do presente volume foram devidamente autorizadas pelos participantes. As fotografias das famílias e das crianças foram tiradas com famílias participantes do Programa ACT, em uma das cidades, mas que não participaram da pesquisa.

A parte da pesquisa na presente iniciativa está vinculada institucionalmente ao Programa de Pós-graduação em Saúde Mental da FMRP-USP e conta com a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital das Clínicas e Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto-USP (número CAE 46408221.7.0000.5440). Os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido foram assinados pelos participantes antes do início da coleta de dados.

O estudo randomizado controlado foi registrado no Registro Brasileiro de Ensaio Clínicos (ReBEC; número RBR-5gbhw5w).

Agradecimentos:

Às fundações Maria Cecília Souto Vidigal, Porticus e Van Leer, que viabilizaram a realização da iniciativa ACT-Ceará.

Ao governo do Estado do Ceará, que, por meio da coalizão estabelecida com as fundações, apoiou a realização da iniciativa ACT-Ceará.

À Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS) do Estado do Ceará, em especial à secretária da Proteção Social, Onélia Leite Santana (ex-primeira-dama) e à coordenadora do Programa Mais Infância Ceará, Dagmar Soares, e equipe; ao secretário-executivo da Infância, Família e Combate à Fome da Secretaria de Proteção Social, Caio Cavalcanti; e às coordenadoras da Proteção Social Básica, Mary Anne Libório, e Proteção Social Especial, Márcia Dutra, na ocasião do desenvolvimento da iniciativa.

Aos municípios do Estado do Ceará e seus governantes e secretários participantes da iniciativa.

Aos profissionais facilitadores do Programa ACT, equipes de supervisores e coordenadores e gestores municipais e estaduais que participaram da implementação e da pesquisa do Programa ACT no Estado Ceará.

Ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Mental da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, no qual as coordenadoras e pesquisadoras atuam como orientadoras de projetos de mestrado e doutorado vinculados a esta iniciativa.

À diretoria do ACT Raising Kids Program da American Psychological Association por todo apoio à iniciativa ACT-Ceará.

À psicóloga Júlia Silva, ex-diretora do departamento de violência da American Psychological Association, por apresentar e realizar o primeiro treinamento do programa ACT no Brasil, em 2012.

Agradecimento especial aos familiares participantes dos grupos do Programa ACT e da pesquisa.

Ao Instituto da Infância (Ifan), em especial à superintendente Luzia Laffite, pela parceria na elaboração da publicação *Caminhos para a Sustentabilidade*.

Da obra

COORDENAÇÃO GERAL:

Elisa Rachel Pisani Altafim e
Maria Beatriz Martins Linhares

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO:

MAM.Estúdio Design

COLABORAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO E REDAÇÃO:

Marília Branco, Elisa Leithold,
Camila Lotto e Meyssa Casadevall

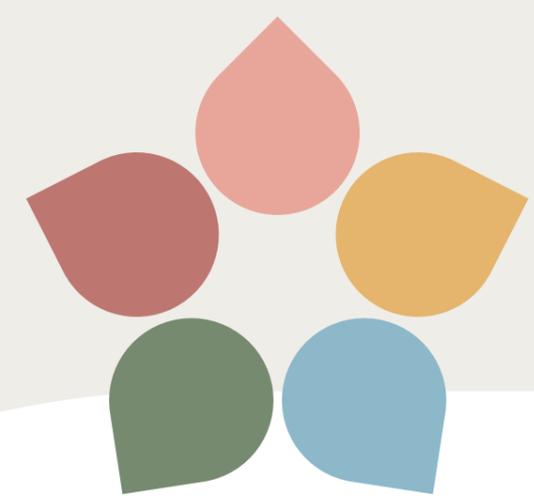
FOTOS:

Antônio Rodolfo Barbosa Filho -
3 Elementos Fotografia (fotografias dos
cuidadores, das crianças e dos grupos do
Programa ACT, realizadas em outubro de 2023)
Elisa Altafim (fotografias das paisagens
e contextos)

REVISÃO:

Mauro de Barros

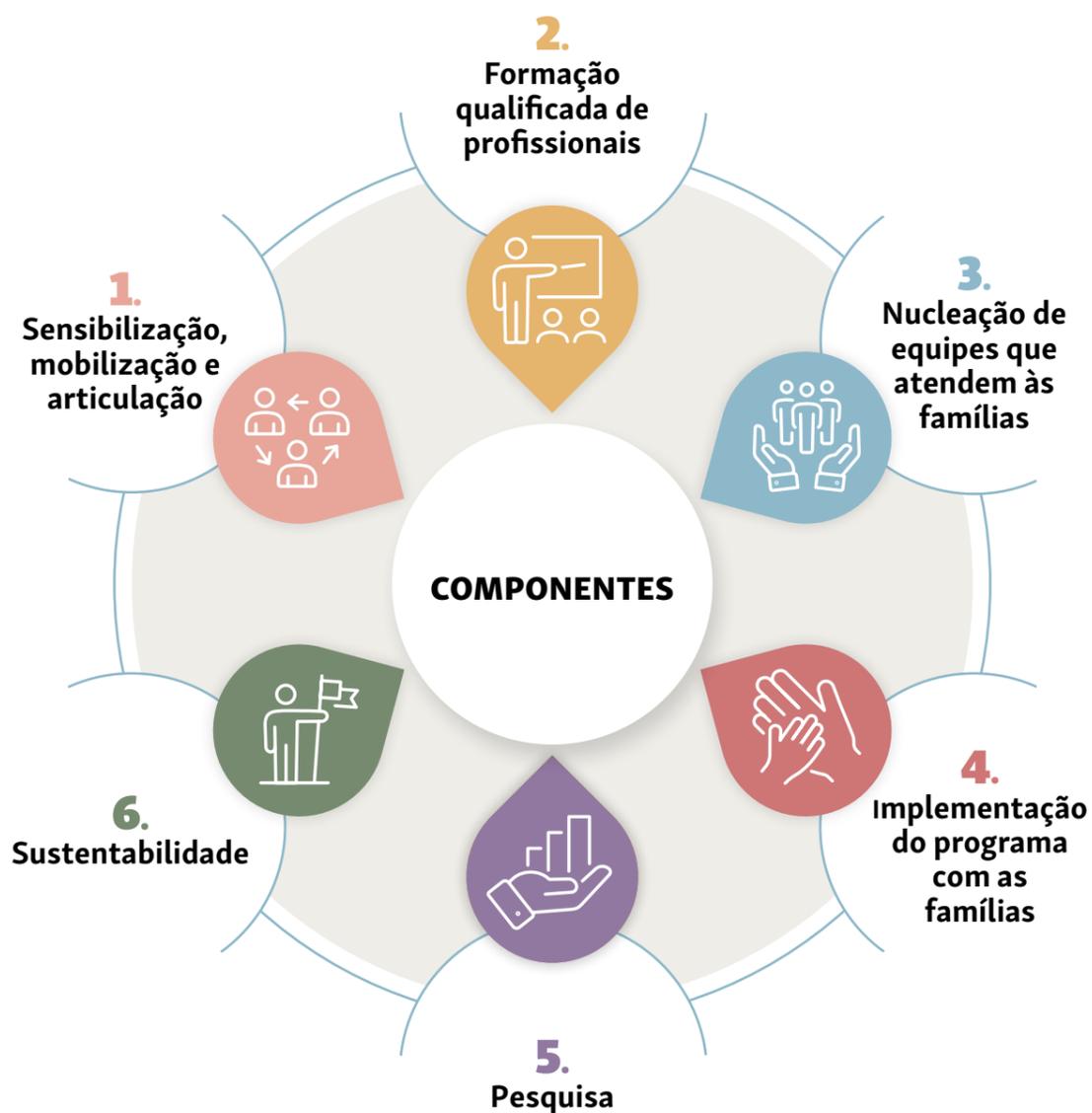




**Parentalidade
e Infância
Protegida:
Implementação
de programa com
evidências científicas
no Estado do Ceará**



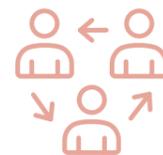
A iniciativa **Programa de intervenção baseado em evidência científica com enfoque na parentalidade positiva e prevenção de violência contra crianças: Formação, Nucleação e Pesquisa**, denominada ACT-Ceará, seguiu o Modelo Parentalidade e Infância Protegida (PIP), visando à implementação com fidelidade de programa de parentalidade com evidências científicas aplicado em larga escala no sistema público. O Modelo PIP, desenvolvido pelas coordenadoras da iniciativa, envolve os seguintes componentes:



A iniciativa foi desenvolvida no Estado do Ceará (agosto/2020 a agosto/2023), seguindo os seis componentes do modelo. O programa de parentalidade com evidências científicas implementado foi o Programa ACT – Para Educar Crianças em Ambientes Seguros (Programa ACT), desenvolvido pela American Psychological Association. Essa iniciativa ACT-Ceará foi coordenada por pesquisadoras, inserida como uma ação no âmbito da coalizão entre o governo do Estado do Ceará e três fundações do Terceiro Setor. **O governo do estado, por sua vez, estabeleceu uma ação colaborativa com 24 prefeituras municipais.**

Definição dos componentes e destaques

Sensibilização, mobilização e articulação



Cursos, capacitação e encontros com atores-chaves vinculados ao estado e municípios (gestores e profissionais).

1 curso de Sensibilização sobre Parentalidade e Prevenção de Violência oferecido para profissionais e gestores públicos do governo do Estado do Ceará.

24 municípios do Estado do Ceará participaram, após a seleção realizada pela coalizão entre o Estado do Ceará e as fundações financiadoras.

2 cursos de Capacitação sobre Desenvolvimento Infantil oferecidos aos profissionais dos 24 municípios designados como supervisores e coordenadores do Programa ACT no município.

2 encontros da iniciativa ACT-Ceará realizados em dezembro de 2021 e dezembro de 2022, com a participação de **profissionais dos municípios e gestores municipais e do governo** do Estado do Ceará.

54 visitas técnicas presenciais da equipe da iniciativa aos municípios, realizadas para o **monitoramento, articulação e engajamento** dos gestores públicos municipais e profissionais na iniciativa ACT nos municípios.

Formação qualificada de profissionais



Processo de certificação com treinamento teórico e prático de profissionais para atuarem como facilitadores do Programa ACT.

FORMAÇÃO TEÓRICA DO PROGRAMA ACT

7 workshops

de **treinamento** de facilitadores do Programa ACT, com **190 profissionais formados** na parte teórica do Programa ACT de **24 municípios**.

89%

dos 214 **profissionais** indicados pelas prefeituras municipais e pelo governo do estado **concluíram** a parte teórica.

A avaliação da formação identificou um **aumento** do número de **profissionais com conhecimentos** sobre temas de parentalidade, desenvolvimento infantil e prevenção de violência de **21% a 58%** após a participação na Formação Teórica do ACT (respostas afirmativas).

- Informações sobre comportamentos agressivos **58%**
- Controle da raiva pelas crianças **52%**
- Informações sobre uso de mídia relacionado à violência **48%**
- Controle da raiva pelos pais **46%**
- Ação dos pais diante de um comportamento desafiador **43%**

- Limitar exposição às mídias eletrônicas **42%**
- Ajudar a comunidade ou escola a prevenir ou reduzir a violência **40%**
- Ajudar as crianças a compreender e expressar os sentimentos **36%**
- Resolução de conflitos pelas crianças **35%**
- Informações sobre desenvolvimento infantil **33%**
- Informações sobre consequências da violência **33%**
- Comportamento dos pais diante das crianças **27%**
- Elogiar as crianças quando se comportam bem **21%**

FORMAÇÃO PRÁTICA E CERTIFICAÇÃO DE FACILITADORES DO PROGRAMA ACT

79% dos profissionais que realizaram o treinamento teórico realizaram a **parte prática** (n = 150).

91% dos profissionais

que realizaram a parte prática **receberam a certificação** de facilitador ACT, reconhecida internacionalmente pela American Psychological Association (n = 136). Todos os municípios e o governo do estado tiveram profissionais certificados.

Durante o processo de certificação foram realizadas as seguintes **atividades** pelos especialistas da equipe da iniciativa:

102 supervisões e reuniões sobre os conteúdos e estratégias do Programa ACT, com a participação de profissionais de 23 municípios.

● Nucleação de equipes que atendem às famílias



Equipe de profissionais com atuação em serviços de atendimento às famílias certificados como facilitadores no Programa ACT atuando em conjunto com um coordenador, que oferece suporte logístico e articulação da implementação com as famílias, e um supervisor psicólogo.

79% dos **24 municípios** atingiram o número mínimo de quatro facilitadores **certificados**.

92% dos municípios contaram com pelo menos um **profissional certificado** na liderança e articulação da implementação do Programa ACT no município.

67% dos municípios tiveram a dupla de coordenadores e supervisores certificados nas equipes e 25% dos municípios tiveram coordenadores ou supervisores certificados.



Encontro do Programa ACT.

Fonte: Registro fotográfico para a presente publicação

● Implementação do programa com as famílias



Realização do Programa ACT como uma estratégia inserida nos atendimentos às famílias com crianças de 0 a 6 anos dos serviços públicos de diferentes setores, tais como proteção social, saúde e educação.

O processo de implementação foi continuamente **monitorado, registrado e documentado** para fins de **análise**. O monitoramento incluiu visitas presenciais e o contato direto com os facilitadores, coordenadores e supervisores dos municípios, a fim de identificar o status da implementação, aspectos positivos, barreiras e dificuldades, estratégias e possíveis soluções para os problemas, entre outros aspectos.

75% dos municípios (n = 18) **implementaram** o Programa ACT com as famílias.

O **Estado do Ceará** foi certificado como **Estado Protetor da Criança** ao atingir mais de mil famílias beneficiadas com o Programa ACT até dezembro de 2022.

1.733 famílias dos 24 municípios foram **beneficiadas** pelo Programa ACT, sendo 486 famílias durante o treinamento prático e 1.247 famílias durante a implementação.

4 facilitadores, em média, implementaram o Programa ACT com as famílias nos municípios.

Pesquisa



Monitoramento e avaliação do impacto do Programa ACT com as famílias e do processo de implementação.

ESTUDO 1

Estudo randomizado controlado com grupo controle de lista de espera (*usual care*, que recebe os serviços convencionais).

Objetivo: examinar a efetividade do Programa ACT aplicado em larga escala nos serviços públicos de atendimento às famílias, avaliando o impacto na parentalidade e no comportamento das crianças.

17 municípios participaram do estudo.

Foram realizadas avaliações **pré e pós-intervenção** da parentalidade e comportamento da criança.

Para a realização da randomização dos participantes e das avaliações foi **elaborado um aplicativo**.

8 treinamentos foram realizados sobre os instrumentos de avaliação das famílias e o uso do aplicativo.

40 supervisões foram realizadas sobre a avaliação das famílias e utilização do aplicativo.

Amostra: 1.310 famílias, sendo 639 do grupo de intervenção e 671 do grupo controle.

A pesquisa realizada com o Programa ACT conseguiu atingir a meta de oferecer o programa para as famílias que vivem em situação de maior vulnerabilidade e que vivenciam desigualdades sociais.

Características sociodemográficas da amostra:

- 91%** nível socioeconômico **muito baixo** (nível D e E¹)
- 94%** das famílias recebem **transferência de renda** federal e/ou estadual
- 93%** com renda mensal familiar **< R\$1.000,00**

Cuidadores:



Adultos de **14 a 62 anos** (48% jovens de 26 a 35 anos)



94% do gênero **feminino**



72% de cor de pele autodeclarada como **parda**



58% ensino médio incompleto ou completo e **38%** ensino fundamental incompleto ou completo



56% situação conjugal **casada** ou **união estável** e **37%** **solteiras**



93% das cuidadoras eram **mães**

Crianças:



51% **meninos** e **49%** **meninas**



6% cor de pele **parda** declarada pelo cuidador

1. Nota: Abep = Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (Abep, 2019).

● Pesquisa (cont.)



70% do grupo controle participou do Programa ACT após o período de espera, ou seja, após a finalização do grupo de intervenção.

1.110 participantes de ambos os grupos (intervenção e espera) participaram do Programa ACT, com **2.512 crianças beneficiadas** (filhos dos participantes).

ESTUDO 2

Avaliação da aplicabilidade, usabilidade e satisfação com a formação e implementação do Programa ACT, de acordo com a perspectiva dos facilitadores: estudo de modelo misto quantitativo e qualitativo para avaliar o Programa ACT, com a participação de profissionais de **16 municípios**. Para as avaliações foram aplicados questionários e realizados grupos focais e entrevistas.

ESTUDO 3

Avaliação do nível de satisfação com o Programa ACT, de acordo com a perspectiva dos cuidadores: estudo de modelo misto quantitativo e qualitativo. Para as avaliações foram aplicados questionários e obtidos depoimentos por meio de vídeos de cuidadores que participaram do Programa ACT.

● Sustentabilidade



Manutenção do programa implementado em larga escala nas políticas públicas: nos âmbitos municipal e estadual.

Elaborado o **e-book** *Conexão do Programa ACT – Para Educar Crianças em Ambientes Seguros com as Políticas da Primeira Infância no Estado no Ceará: Caminhos para a Sustentabilidade* para a **orientação** dos municípios para a **manutenção** do Programa ACT no sistema público.

67% dos municípios (n = 16) demonstraram **interesse em continuar** a realização do Programa ACT vinculado aos serviços e programas existentes no município (manutenção).

10 municípios inseriram efetivamente o Programa ACT nos Planos Municipais da Primeira Infância

6 municípios entregaram cartas das secretarias municipais de Proteção Social demonstrando **intenção de continuar** o Programa ACT.

O Programa ACT se **manteve** no **Complexo Mais Infância Ceará** em Fortaleza por iniciativa do estado.

Sumário



Conhecimentos científicos norteadores da iniciativa 22

- A importância da parentalidade positiva para o desenvolvimento infantil saudável 24
- O Programa ACT - Para Educar Crianças em Ambientes Seguros 29
- Evidências científicas dos efeitos do Programa ACT na prevenção de violência contra crianças 36
- Avanços em relação ao Programa ACT 37
 - Ampliação da amostra e diversidade de cidades nos estudos 37
 - Ampliação da implementação com fidelidade do Programa ACT em diferentes regiões do Brasil 38
 - Ampliação da implementação do Programa ACT em larga escala vinculada ao sistema público 38
 - Avaliação da formação de facilitadores ACT para implementação com fidelidade em sistema público 38
 - Avaliação do impacto do Programa ACT com famílias beneficiárias de programas com transferência de renda 39
 - Avaliação da viabilidade do Programa ACT com famílias indígenas 39

A iniciativa ACT-Ceará: das evidências científicas para a implementação em larga escala 40

- Inserção da iniciativa ACT no âmbito da Coalizão Ceará 42
 - Iniciativa ACT Ceará 46
 - Linha do tempo 48

Componente 1 – Sensibilização, mobilização e articulação 50

- Sensibilização da equipe do governo do estado 52
- Curso de Sensibilização sobre Parentalidade e Prevenção de Violência 53
- Curso de Capacitação sobre Desenvolvimento Infantil 56
- Encontros da iniciativa ACT-Ceará 58

Componente 2 – Formação qualificada de profissionais 64

- Formação teórica do Programa ACT 66
- Formação prática e certificação de facilitadores do Programa ACT 76

Componente 3 – Nucleação de equipes que atendem às famílias 82

- Nucleação das equipes municipais 84

Componente 4 – Implementação do programa com as famílias 88

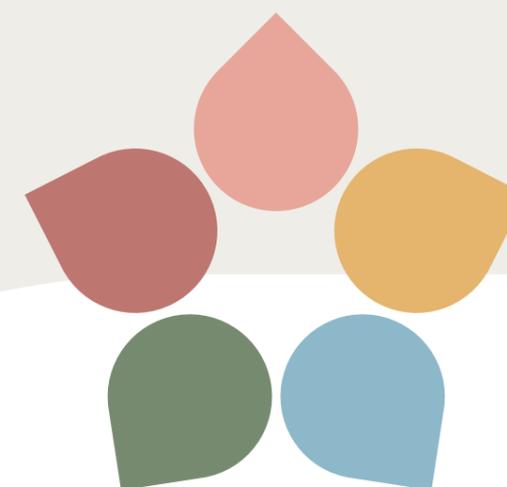
- Mapeamento da implementação 90
- Monitoramento, acompanhamento e supervisão da implementação 93
- Pontos fortes e de atenção da implementação do Programa ACT com as famílias e algumas recomendações 96
- Ações de comunicação compartilhadas pelo governo do estado e municípios 102

Componente 5 – Pesquisa 106

- Estudo 1: Avaliação de impacto do programa com as famílias 108
- Estudo 2: Avaliação da aplicabilidade, usabilidade e satisfação com a formação e implementação do Programa ACT, de acordo com a perspectiva dos facilitadores 120
- Estudo 3: Avaliação do nível de satisfação com o Programa ACT, de acordo com a perspectiva dos cuidadores 127
- Produção e compartilhamento de conhecimento científico 130

Componente 6 – Sustentabilidade 136

- Considerações finais 140
- Referências bibliográficas 146
- Apêndice A 152



Conhecimentos científicos norteadores da iniciativa



A importância da parentalidade positiva para o desenvolvimento infantil saudável

As desigualdades socioeconômicas, educacionais e de saúde presentes no Brasil têm um impacto negativo no pleno desenvolvimento de milhões de crianças (Komatsu et al., 2022). Como destacado nessa publicação do Núcleo Ciência pela Infância, as crianças que vivenciam situações de pobreza encontram-se mais expostas a situações de vulnerabilidade e a fatores adversos que prejudicam o seu desenvolvimento, tais como estresse familiar, abuso ou negligência dos cuidadores e a carência de estimulação (ex.: brincadeiras, afeto e

conversas). No Brasil, verifica-se uma relação entre as desigualdades sociais e as questões étnico-raciais, que evidenciam históricas desigualdades e uma maior vulnerabilidade socioeconômica das populações de cor preta, parda e indígena (IBGE, 2022). Os dados nacionais sobre primeira infância mostram grandes e consistentes diferenças regionais e que, apesar dos avanços, as regiões Norte e Nordeste apresentam os piores indicadores de saúde e educação, em comparação às demais regiões do país (Komatsu et al., 2022).



Fonte: Registro fotográfico para a presente publicação

Em relação às questões de maus-tratos, de acordo com os dados do Anuário de Segurança Pública (2023), até os 9 anos de idade, a desigualdade racial quanto às vítimas é quase inexistente. Porém, de acordo com esses dados, à medida que a criança cresce, ocorre uma transição, principalmente na adolescência, em que 54,9% das vítimas são pretas ou pardas. Dessa forma, destaca-se a importância de as políticas públicas oferecerem suporte aos cuidadores das crianças na primeira infância, especialmente àqueles que cuidam de crianças negras (pretas e pardas) e indígenas e das que vivenciam situações de pobreza, para que possam desempenhar um papel fundamental na prevenção da violência contra as crianças e na busca pela garantia de seus direitos.

Uma das estratégias para reduzir as desigualdades causadas pela pobreza e potencializar o desenvolvimento de crianças na primeira infância é a realização de ações integradas, como a combinação de programas de transferência de renda e programas de parentalidade (Engle et al., 2011). Uma abordagem integrada é fundamental para criar um ambiente que promova o desenvolvimento saudável e igualitário das diversas infâncias no Brasil.

A parentalidade engloba os comportamentos dos pais (ou cuidadores principais que desempenham a função parental) que visam atender às necessidades das crianças, protegendo e cuidando até que elas atinjam sua maturidade, garantindo a sua autonomia e capacidade de fazer escolhas, resguardando assim o seu desenvolvimento saudável (Brooks, 2013; Linhares, 2015). Na

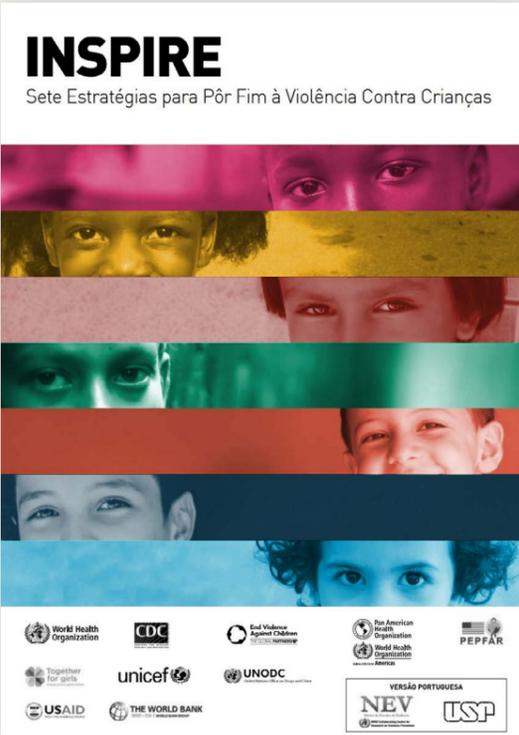
parentalidade positiva, os pais apresentam adequada demonstração de afeto, monitoramento e interesse pela vida das crianças, além de serem consistentes em suas ações (Park et al., 2018). As práticas parentais positivas contribuem para um ambiente familiar de suporte, auxiliando as crianças a administrar e regular suas próprias emoções e a incorporar regras de convívio social e comportamentos pró-sociais em suas vidas (Perra et al., 2020). Portanto, o fortalecimento da parentalidade positiva promove o desenvolvimento da criança e vínculos afetivos, como também previne maus-tratos e violência contra as crianças.

Em contrapartida, quando a parentalidade se apresenta de forma negativa, ocorrem atos de negligência, abandono, abuso físico ou emocional, hostilidade, disciplina punitiva ou coercitiva. As práticas parentais negativas podem impactar negativamente em diferentes fases do desenvolvimento das crianças, incluindo problemas de apego, problemas de comportamento internalizantes (medo, preocupações) ou externalizantes (crises de birra, briga com outras crianças) e baixo desempenho acadêmico (Gölcük & Berument, 2021).

Quando as práticas parentais envolvem negligência e maus-tratos na infância, verifica-se um impacto negativo a curto, médio e longo prazos na saúde mental das crianças (Lotto et al., 2023). As práticas parentais como palmadas e castigos corporais estão associadas a problemas de desenvolvimento e comportamento das crianças, especialmente os problemas de externalização, como, por exemplo, a agressividade (Avezum et al., 2022).

O fortalecimento da parentalidade positiva nos cuidadores pode ser uma estratégia na prevenção de violência contra as crianças, conforme recomendado pelo INSPIRE (World Health Organization [WHO], 2018). O INSPIRE é uma publicação elaborada por um conjunto de organizações, entre elas a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef, na sigla em inglês), com o objetivo de promover a prevenção e respostas adequadas à violência contra

crianças. Essa publicação recomenda diferentes ações governamentais, da sociedade civil e do setor privado, em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), por meio de sete estratégias: implementação e fiscalização do cumprimento de leis; normas e valores; segurança do ambiente; apoio a pais, mães e cuidadores; incremento de renda e fortalecimento econômico; serviços de atenção e apoio; e educação e habilidades para a vida (WHO, 2018).



INSPIRE
Sete Estratégias para Pôr Fim à Violência Contra Crianças

World Health Organization, CDC, End Violence Against Children, Pan American Health Organization, UNICEF, UNODC, USAID, THE WORLD BANK, NEV, VERSÃO PORTUGUESA, USP

Publicação INSPIRE com citação do Programa ACT.

Fonte: World Health Organization. (2018). INSPIRE: Sete estratégias para pôr fim à violência contra crianças.

Pais, mães e cuidadores recebem apoio

Capacitação e apoio para pais, mães e cuidadores oferecidos por meio de grupos nas comunidades.

Evidências. As evidências sobre capacitação em habilidades parentais e apoio oferecidos por meio de grupos são promissoras. A iniciativa *ACT Raising Safe Kids* (programa ACT para criar os filhos de maneira segura), implementada em pelo menos dez estados dos Estados Unidos e em diversos países de renda média e baixa, se mostrou eficaz ao reduzir em até 50% o uso de práticas disciplinares severas [104] e o SOST – um programa oferecido por profissionais da Atenção Primária em Saúde em Unidades Básicas de Saúde durante visitas de rotina para imunização – reduziu significativamente o comportamento parental abusivo ou negligente em uma série de países de renda média ou baixa [102].

Programas para pais e mães em contextos pós-conflito e com populações deslocadas mostraram-se também eficazes. O trabalho realizado pelo *International Rescue Committee* (Comitê Internacional de Resgate) com famílias de migrantes de Burma, com famílias deslocadas na fronteira de Manmar com a Tailândia [105], e com comunidades muito pobres em área rural na Libéria [106], demonstrou, por meio de ensaios clínicos randomizados, que programas para o desenvolvimento de habilidades parentais oferecidos em grupos para pais e mães, combinados com um número limitado de visitas domiciliares, podem reduzir castigos físicos e psicológicos severos, aumentar as estratégias positivas para lidar com o comportamento das crianças, e melhorar a qualidade de interações cuidador-criança.

O programa *Parents/Families matter!* (Os Pais, as Mães e as Famílias importam!) é uma intervenção com foco nos pais, mães e cuidadores, planejada para promover práticas parentais positivas e a comunicação eficaz entre pais, mães, cuidadores e seus filhos sobre assuntos como sexo, sexualidade, redução de práticas sexuais de risco, prevenção da infecção pelo HIV, violência física e psicológica e abuso sexual.

O programa visa melhorar a percepção dos pais, mães e cuidadores sobre a importância de seu papel na vida de seus filhos à medida que estes chegam à adolescência, melhorar as habilidades parentais positivas, e preparar pais, mães e cuidadores para a comunicação com os filhos sobre temas relacionados ao sexo e à sexualidade [6].

O programa é oferecido por meio de intervenções em grupo, baseadas na comunidade, para pais, mães e cuidadores de crianças de 9 a 12 anos de idade. O programa opera atualmente em oito países africanos, com o apoio do CDC (Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos) e do PEPFAR (Programa de Emergência da Presidência para Alívio da aids). Em 2013, foi acrescentado um sexto módulo sobre abuso sexual de crianças, para complementar as cinco sessões existentes no currículo do programa. O objetivo desse módulo é aumentar a percepção de pais e mães sobre abuso sexual de crianças, e de que forma podem ajudar a prevenir e reagir a essa situação [6].

Os materiais do programa *Parents/Families matter!* foram traduzidos para 15 idiomas. Os resultados de avaliações realizadas antes e depois da intervenção mostraram um aumento significativo dos conhecimentos, das habilidades e da confiança dos pais na comunicação com seus filhos adolescentes sobre tópicos relacionados a sexualidade e prevenção de práticas sexuais de risco. Esta avaliação mostrou também que a intervenção foi bem recebida pela comunidade. Até agora, o programa alcançou mais de 400 mil famílias, e 90% dos participantes assistiram todas as sessões do programa [6].

Das **ESTRATÉGIAS RECOMENDADAS** pelo INSPIRE, duas delas se relacionam com a presente iniciativa:



1. O incremento de renda e fortalecimento econômico, que compreende medidas como transferências de renda às famílias, combinadas a programas de suporte aos pais, com consequente redução dos maus-tratos a crianças.



2. O oferecimento de apoio aos pais, mães e cuidadores, que destaca a realização de programas de parentalidade. Um dos programas recomendados pelo INSPIRE é o Programa ACT – Para Educar Crianças em Ambientes Seguros, da American Psychological Association (APA).

Programas de parentalidade podem ser implementados por meio de três abordagens de prevenção, a saber: a universal, a seletiva e a indicada (O’Connell et al., 2009). A universal é destinada a todos os pais de uma comunidade, independentemente da identificação prévia de riscos. A seletiva é focada em grupos ou indivíduos em uma ou mais

situações de risco identificadas (ex.: pais com histórico de violência; mães adolescentes; mães com depressão). Por fim, a indicada é voltada para aqueles indivíduos com marcadores biológicos, sintomas iniciais ou problemas de comportamento identificados (ex.: crianças com problemas clínicos identificados ou transtornos de saúde mental).

A prevenção universal apresenta diversas **VANTAGENS**, podendo-se destacar:



1. Permite que um programa atenda à população de uma determinada comunidade, abrangendo tanto aqueles riscos ao desenvolvimento da criança que foram identificados quanto aqueles que não foram devidamente identificados.



2. Representa uma oportunidade para prevenir a violência e maus-tratos contra crianças, na medida em que existe dificuldade de identificação de violência no contexto familiar.



3. Evita a estigmatização dos participantes, ao convidar indistintamente os familiares para participar de programas de parentalidade.



4. Promove a coexistência de famílias com diferentes histórias, experiências e realidades, permitindo o compartilhamento de aprendizados em grupo (ex.: famílias com e sem histórico de violência, diversidade étnico-racial, famílias com crianças com deficiências e famílias com diferentes configurações familiares).

O Programa ACT – Para Educar Crianças em Ambientes Seguros



Programa ACT – Para Educar Crianças em Ambientes Seguros

Fonte: Silva, J. (2011). Programa ACT – Para Educar Crianças em Ambientes Seguros.



O ACT é um programa de fortalecimento da parentalidade e de prevenção universal da violência contra crianças desenvolvido em 2001 nos Estados Unidos pela American Psychological Association, que detém a propriedade intelectual do programa.

O Programa ACT foi implementado com sucesso em diversos países, com culturas e etnias diversas (Knox & Dynes, 2020). No Brasil, o ACT possui validação e adaptação cultural e foi aplicável a diferentes níveis socioeconômicos (Altafim et al., 2016; Pedro et al., 2017; Altafim & Linhares, 2019). Embora o programa seja de prevenção universal, também tem sido aplicado com grupos específicos, tais como pais encarcerados, mães

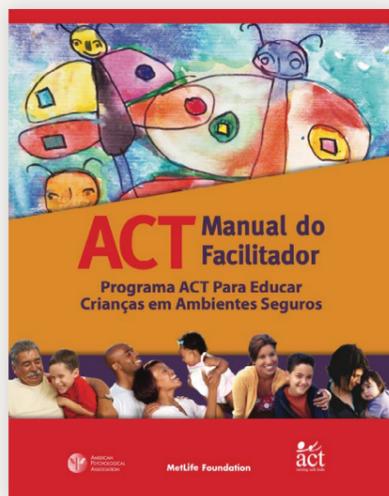
com histórico de violência e com sintomas de depressão (Altafim et al., 2023). Além de se tratar de um programa de psicoeducação eficaz e de prevenção universal, também possui baixo custo de implementação (Knox & Dynes, 2020).

Os facilitadores do programa precisam ser treinados e certificados para aplicação do programa com fidelidade. O ACT pode ser realizado com cuidadores de crianças de 0 a

8 anos e envolve a realização de nove encontros em grupo (uma reunião prévia e oito encontros) altamente interativos, que devem ser realizados por um facilitador certificado e com duração de aproximadamente 120 minutos cada encontro.

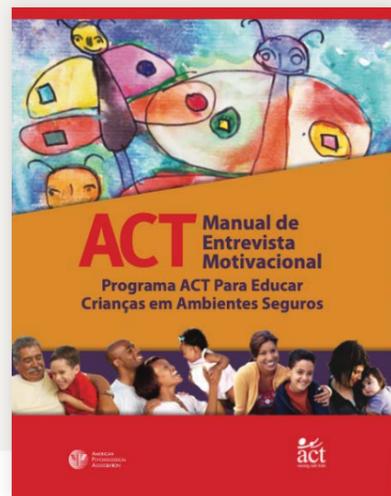
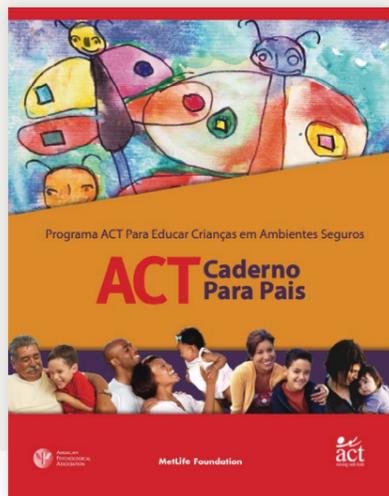
Os encontros ocorrem uma vez na se-

mana e envolvem atividades grupais, instrução didática, discussões sobre situações cotidianas na relação cuidadores-criança, exposição de conteúdos e *role-playing* (Silva, 2011). O programa possui um kit de manuais e materiais específicos para a sua implementação com fidelidade.



Kit dos materiais do Programa ACT

Fonte: Silva, J. (2011). Programa ACT – Para Educar Crianças em Ambientes Seguros. <https://www.apa.org/act/>



O Manual do Facilitador inclui sugestões para a condução adequada dos grupos, dicas sobre como lidar com comportamentos difíceis dos participantes, lista de atividades do programa, lista de atividades

de preparação para os encontros, planos detalhados dos encontros, instruções para atividades, apresentações em Power Point, folhas de exercício e tarefas de casa de cada encontro.

Conteúdo dos OITO ENCONTROS semanais do PROGRAMA ACT – PARA EDUCAR CRIANÇAS EM AMBIENTES SEGUROS.

Encontro 1

Compreenda os comportamentos do seu filho

OBJETIVO: ajudar os pais/cuidadores a aprender elementos básicos do desenvolvimento infantil e como responder adequadamente aos comportamentos dos filhos.

APRENDIZAGEM ESPERADA:

- Qual é a definição de desenvolvimento da criança?
- As crianças precisam ter suas necessidades básicas atendidas.
- Adultos que entendem o desenvolvimento da criança:
 - sabem o que uma criança pode fazer e compreender de acordo com a idade;
 - sabem o que esperar de seus filhos e os tratam como crianças;
 - tornam-se menos frustrados ou ansiosos sobre o comportamento de seus filhos;
 - são menos propensos a utilizar práticas que envolvem a violência.

Encontro 2

A violência na vida das criança

OBJETIVO: ajudar os pais a entender como as crianças podem estar expostas à violência e as consequências que isso terá em suas vidas.

APRENDIZAGEM ESPERADA:

- Os primeiros anos são muito importantes na aprendizagem; nesse período as crianças adquirem e dominam as habilidades básicas do desenvolvimento (cognitivas, emocionais, sociais e motoras).
- Nos primeiros anos, as crianças aprendem a sentir e a entender o que acontece em suas vidas, bem como a confiar e se relacionar com os outros.
- As crianças aprendem observando e imitando as pessoas à sua volta e por meio de suas próprias experiências. Assim, os adultos precisam ser exemplos positivos e prestar atenção ao que eles fazem e dizem em frente das crianças.
- Os adultos precisam criar relações seguras e afetuosas com seus filhos, bem como experiências positivas para que as crianças aprendam comportamentos positivos pró-sociais.

- A violência é multideterminada por fatores pessoais e dos contextos sociais, desde o micro até o macrocontexto.
- A violência durante a infância pode ter consequências imediatas, a médio e longo prazos.

Encontro do Programa ACT conduzido pelas facilitadoras Maria Tereza Gordiano e Lidiane Borges

Fonte: Registro fotográfico para a presente publicação



Encontro 3 Como os pais podem entender e regular a raiva

OBJETIVO: ajudar os pais a aprender a regular e lidar com as emoções, especialmente com a raiva.

APRENDIZAGEM ESPERADA:

- A raiva é uma emoção normal, faz parte do ser humano.
- Conflitos interpessoais fazem parte da vida. O importante é como vamos resolvê-los.
- É importante aprender a resolver conflitos sem violência.
- É normal sentir raiva, mas não é adequado ter comportamentos violentos nesses momentos.
- Os adultos podem aprender a regular seus sentimentos e emoções, principalmente diante de comportamentos desafiadores das crianças.



Encontro do Programa ACT

Fonte: Registro fotográfico para a presente publicação

Encontro 4 Como entender e ajudar as crianças quando elas sentem raiva

OBJETIVO: ajudar os pais a entender a raiva das crianças e a aprender como ensiná-las a como se regular emocionalmente.

APRENDIZAGEM ESPERADA:

- Como apoiar as crianças na identificação e regulação das emoções (raiva, frustração, tristeza, entre outras).
- As crianças também ficam com raiva, que é uma emoção normal.
- As crianças ficam com raiva no contexto de relacionamento com as pessoas.
- A forma de as crianças expressarem a raiva e outras emoções muda com a idade.
- As crianças podem aprender a regular suas emoções, acalmarem-se e resolver conflitos sem usar a violência.

Encontro 5 As crianças e os meios eletrônicos de comunicação

OBJETIVO: ajudar os pais a entender o impacto da mídia eletrônica no comportamento dos filhos, a monitorar e a oferecer opções para a redução da exposição das crianças às mídias.

APRENDIZAGEM ESPERADA:

- Os meios eletrônicos de comunicação incluem televisão, computador, videogames, tablets e celulares

Encontro do Programa ACT conduzido pela facilitadora Joviane Vasconcelos

Fonte: Registro fotográfico para a presente publicação



- Os meios eletrônicos de comunicação transmitem muita violência através de imagens, palavras e letras de música.
- Crianças que são altamente expostas à violência na mídia eletrônica podem aumentar suas atitudes e comportamentos violentos.
- Crianças pequenas têm dificuldade de entender o que é fantasia e o que é realidade.
- Crianças processam as informações que recebem através dos meios de comunicação de maneira diferente dos adultos.
- Os pais podem aprender e ensinar as crianças a serem consumidores críticos de mídia eletrônica.
- Os pais podem aprender maneiras de reduzir a exposição das crianças à violência nos meios de comunicação eletrônica e seu impacto negativo.

Encontro 6

Disciplina e estilos parentais

OBJETIVO: ajudar os pais a entender que a forma como educam seus filhos tem um impacto sobre o comportamento deles por toda a vida.

APRENDIZAGEM ESPERADA:

- É normal que as crianças não saibam se comportar, porque elas estão aprendendo a entender seu mundo e como se relacionar com os outros.
- Existem diferentes estilos parentais.
- Os estilos parentais influenciam nos comportamentos das crianças.
- A forma como os pais foram cuidados na sua infância pode impactar na sua parentalidade.
- Existe uma diferença entre disciplina e punição.
- Disciplina envolve acalmar e ensinar as crianças como elas devem se comportar em diferentes idades e em diferentes situações.

Encontro do Programa ACT

Fonte: Registro fotográfico para a presente publicação



Encontro 7

Disciplina para comportamentos positivos

OBJETIVO: ensinar os pais como prevenir comportamentos difíceis e como usar formas positivas de disciplinar as crianças.

APRENDIZAGEM ESPERADA:

- Como prevenir comportamentos difíceis ou desafiadores das crianças, promover comportamentos positivos e evitar colocar crianças em situações que não são próprias para elas.
- Métodos positivos de mudança de comportamentos que sejam adequados para a situação e o estágio de desenvolvimento da criança.

Encontro 8

Leve o Programa ACT para sua casa e sua comunidade

OBJETIVO: ajudar os participantes a perceber sobre o que aprenderam e como o programa está ajudando-os a realizar seus sonhos para seus filhos.

Encorajar os participantes a usar em casa e na comunidade as estratégias que aprenderam.

Reforçar nos pais seu papel de protetores e defensores de seus filhos por meio de uma parentalidade positiva.

APRENDIZAGEM ESPERADA:

- Revisar as estratégias e o conhecimento que os pais adquiriram com o programa.
- Perceber que são capazes de mudar seus comportamentos como pais.
- Avaliar o quanto eles mudaram com o programa.
- Planejar maneiras para proteger e defender seus filhos na comunidade.

Encontro do Programa ACT conduzido pela facilitadora Maria Sandra Matias

Fonte: Registro fotográfico para a presente publicação



Evidências científicas dos efeitos do Programa ACT na prevenção de violência contra crianças



Encontro do Programa ACT conduzido pelas facilitadoras Maria Tereza Gordiano e Carmem Braga

Fonte: Registro fotográfico para a presente publicação

Revisões sistemáticas sobre programas de parentalidade de prevenção universal de violência contra as crianças identificaram o Programa ACT como um dos programas efetivos para melhorar as práticas parentais e diminuir problemas de comportamento nas crianças (Altafim & Linhares, 2016; Branco et al., 2022). Uma revisão sistemática específica sobre o Programa ACT demonstrou que 25 artigos científicos foram realizados para avaliar a participação dos cuidadores no programa (Altafim et al., 2023). As pesquisas demonstraram os efeitos positivos do Programa ACT para melhorar a parentalidade positiva, reduzir o uso de práticas coercitivas e melhorar o comportamento

das crianças. Esses estudos com o Programa ACT foram realizados, em sua maioria, no Brasil (48%) e nos Estados Unidos (32%) e, em sua minoria, em Portugal e no Peru.

Estudos internacionais demonstraram que o programa foi eficaz para reduzir práticas parentais inadequadas, tais como o uso da violência física e psicológica para manejar o comportamento das crianças (Knox et al., 2013; Portwood et al., 2011). Foram identificadas outras melhorias na parentalidade positiva dos cuidadores após sua participação no programa, tais como diminuição no uso de práticas educativas rígidas e coercitivas (Knox & Burkhart, 2014), um maior conhecimento dos cuidadores acer-

ca do desenvolvimento infantil (Knox et al., 2010; Weymouth & Howe, 2011), disciplina não violenta (Porter & Howe, 2008) e orientação sobre violência nos meios de comunicação eletrônica e controle da raiva (Porter & Howe, 2008; Weymouth & Howe, 2011).

No Brasil, o primeiro treinamento de facilitadores do Programa ACT ocorreu em 2012 e na sequência iniciaram-se as pesquisas de adaptação, avaliação dos efeitos e eficácia da intervenção (Altafim & Linhares, 2022a). As evidências científicas demonstraram melhora nas práticas parentais, abrangendo os seguintes domínios: estilos e comportamentos parentais, monitoramento da mídia eletrônica (Altafim et al., 2016) e regulação emocional e comportamental, comunicação e disciplina positiva (Altafim & Linhares, 2019). Além disso, verificou-se que, após a participação no programa, houve melhora na identificação,

expressão e controle de raiva, assim como menores níveis de depressão e estresse nos cuidadores (Lawrenz et al., 2021). As pesquisas também demonstraram que houve melhora nas práticas parentais e nos comportamentos das crianças, independentemente do nível socioeconômico das famílias (Pedro et al., 2017), de situações de vulnerabilidade, como mães de crianças nascidas prematuras (Belotti et al., 2019) ou mães que sofreram violência na infância (Altafim, Oliveira et al., 2021), e da presença ou não de problemas de comportamento prévios das crianças (Altafim, McCoy et al., 2021). No que se refere aos comportamentos das crianças, o Programa ACT mostrou-se eficaz na redução de problemas de comportamento internalizantes e externalizantes (Altafim & Linhares, 2019). As crianças também tiveram um aumento significativo do comportamento pró-social (Belotti et al., 2019).

Avanços em relação ao Programa ACT

a) Ampliação da amostra e diversidade de cidades nos estudos

✓ **O que se sabe?** O maior estudo realizado com o Programa ACT, embora conduzido em oito cidades nos Estados Unidos, envolveu apenas 339 cuidadores e não foi um ensaio clínico randomizado controlado (Weymouth & Howe, 2011). No Brasil, por sua vez, um estudo randomizado controlado foi realizado com 369 cuidadores, em que o Programa ACT foi aplicado pelos profissionais e os efeitos avaliados por pesquisadores, porém em uma única cidade – Pelotas, no Rio Grande do Sul (Murray et al., 2019).

↑ **Em que avançamos com a iniciativa?** Realização de estudo com rigor metodológico, do tipo randomizado controlado, para avaliação do impacto da implementação do Programa ACT em políticas públicas, com amostra maior e em diferentes cidades.

b) Ampliação da implementação com fidelidade do Programa ACT em diferentes regiões do Brasil

✓ O que se sabe? De acordo com o recente estudo de revisão sobre os estudos publicados com o Programa ACT, pode-se verificar que 100% dos estudos nacionais foram realizados nas regiões Sul e Sudeste do Brasil (Altafim et al., 2023). Verificou-se que esses estudos foram conduzidos em cidades de grande porte e em zonas urbanas.

↑ Em que avançamos com a iniciativa? Realização de estudo de avaliação do impacto da implementação do Programa ACT em políticas públicas de cidades de um estado da região Nordeste. Ressalta-se ainda que a iniciativa buscou compreender a implementação do Programa ACT vinculado a políticas públicas de municípios de grande, médio e pequeno portes e incluindo zonas urbanas e rurais.

c) Ampliação da implementação do Programa ACT em larga escala vinculada ao sistema público

✓ O que se sabe? No Brasil, apenas uma iniciativa prévia de implementação do Programa ACT em larga escala como política pública foi realizada em uma única cidade (Pelotas, no Rio Grande do Sul), em que, após o término de uma pesquisa, a prefeitura decidiu implementar o programa vinculado à Secretaria de Educação (Prefeitura de Pelotas, 2019).

↑ Em que avançamos com a iniciativa? A iniciativa de implementação do Programa ACT em larga escala foi inserida em políticas públicas, por meio de um regime de colaboração entre o estado e seus diferentes municípios. Além disso, foi realizada a avaliação de impacto e de implementação em municípios com diferentes portes e especificidades, a fim de identificar aspectos contribuidores e barreiras no processo de implementação.

d) Avaliação da formação de facilitadores ACT para implementação com fidelidade em sistema público

✓ O que se sabe? Os únicos estudos publicados com os facilitadores tiveram como foco a avaliação dos conhecimentos adquiridos no treinamento de facilitadores do Programa ACT e foram realizados exclusivamente nos Estados Unidos. Até onde se sabe, não existem até o momento dados sobre a avaliação

da formação qualificada de facilitadores ACT para implementação do programa com fidelidade em políticas públicas. Além disso, não foram identificadas avaliações do treinamento on-line de facilitadores.

↑ Em que avançamos com a iniciativa? Realização do treinamento on-line de formação de facilitadores com a avaliação do processo de formação, incluindo os conhecimentos adquiridos, o desempenho e a fidelidade na implementação do programa com as famílias, por meio de medidas de autorrelato dos facilitadores e observacionais do seu desempenho. Adicionalmente, foi realizada a análise da percepção dos profissionais sobre a formação do Programa ACT recebida no treinamento teórico-prático e o processo de implementação do programa nos serviços públicos de atendimento às famílias. Foi desenvolvido um sistema padronizado de monitoramento e avaliação do desempenho dos facilitadores e que ofereceu embasamento para que a certificação ocorresse com critérios, a fim de garantir a implementação com qualidade e fidelidade.

e) Avaliação do impacto do Programa ACT com famílias beneficiárias de programas com transferência de renda

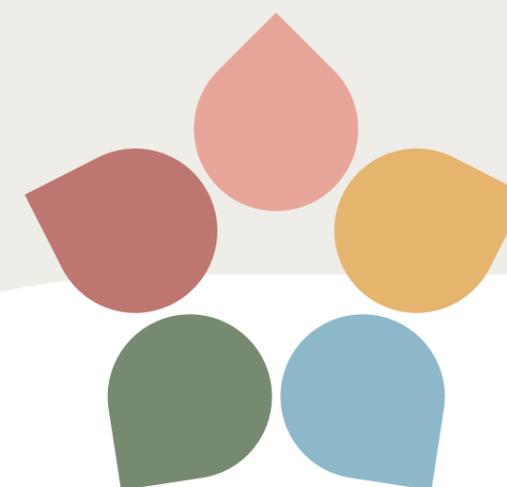
✓ O que se sabe? O Programa ACT é efetivo para famílias de diferentes níveis socioeconômicos (Altafim et al., 2023; Pedro et al., 2017). Os estudos no Brasil não conseguiram atingir as famílias de nível socioeconômico muito baixo. Além disso, a taxa de adesão ao programa foi muito menor em relação a mães de nível socioeconômico baixo (nível C da Abep – 51%), comparada com mães de nível médio (nível B da Abep – 79%; Pedro et al., 2017).

↑ Em que avançamos com a iniciativa? A presente iniciativa teve como meta prioritária o recrutamento de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda federal e/ou estadual e municipal e que vivem em condição de vulnerabilidade socioeconômica.

f) Avaliação da viabilidade do Programa ACT com famílias indígenas

✓ O que se sabe? O Programa ACT é efetivo para famílias de diferentes etnias e de distintos países (Altafim et al., 2023). No entanto, até onde se sabe, nenhum estudo com o Programa ACT avaliou os efeitos do programa com famílias indígenas.

↑ Em que avançamos com a iniciativa? Foi realizada a avaliação da viabilidade e dos efeitos do Programa ACT com famílias indígenas (*feasibility study*).



**A iniciativa
ACT-Ceará:
das evidências
científicas para a
implementação
em larga escala**



Inserção da iniciativa ACT no âmbito da Coalizão Ceará

Em 2020-2023, foi realizada no Estado do Ceará a implementação da iniciativa “Programa de intervenção baseada em evidência científica com enfoque na parentalidade positiva e prevenção de violência contra crianças: Formação, Nucleação e Pesquisa” no período 2020-

2023 (Altafim & Linhares, 2022a; Altafim & Linhares, 2022b). A iniciativa ocorreu no contexto da coalizão de iniciativas na área da primeira infância, uma parceria entre o governo do Estado do Ceará com as fundações FMCSV, Van Leer e Porticus (Santana et al., 2022).

A implementação do Programa ACT no Estado do Ceará foi consonante com os **DOIS OBJETIVOS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO** na área da primeira infância no estado



1. Redução da violência doméstica contra a criança.



2. Ampliação do percentual de crianças das famílias mais vulneráveis em atividades de estimulação integral.

Esse planejamento levou em conta a busca de uma solução para um problema identificado em uma pesquisa realizada no Estado do Ceará que mostrou que 49% dos 7.038 cuidadores entrevistados relataram que acreditavam ser necessário o uso de

palmas para educar as crianças (Venâncio et al., 2022). Dessa forma, o Programa ACT foi apresentado para os gestores estaduais como uma estratégia para apoiá-los no cumprimento desses objetivos estratégicos.

Apresentação do Programa ACT na Oficina de Planejamento Estratégico na área da primeira infância do Estado do Ceará, em fevereiro de 2020.



Fonte: Acervo dos autores

A Coalizão Ceará definiu as áreas prioritárias de colaboração e o Programa ACT foi uma das iniciativas a serem implementadas nos municípios. A implementação visava capacitar equipes de 24 municípios

capazes de aplicar a metodologia do Programa ACT para promover o fortalecimento da parentalidade e desenvolver estratégias de enfrentamento de contextos de risco, como a violência contra a criança.



Fonte: Site do governo do Estado do Ceará



Fonte: Site do governo do Estado do Ceará

Matéria publicada no portal do governo do Estado do Ceará sobre a parceria com os municípios para implementação do Programa ACT.



Matérias publicadas nos sites das prefeituras dos municípios de Granja e Jaguaruana sobre parceria com o governo do estado e fundações para implementação do Programa ACT.



Fonte: Site da Prefeitura de Granja

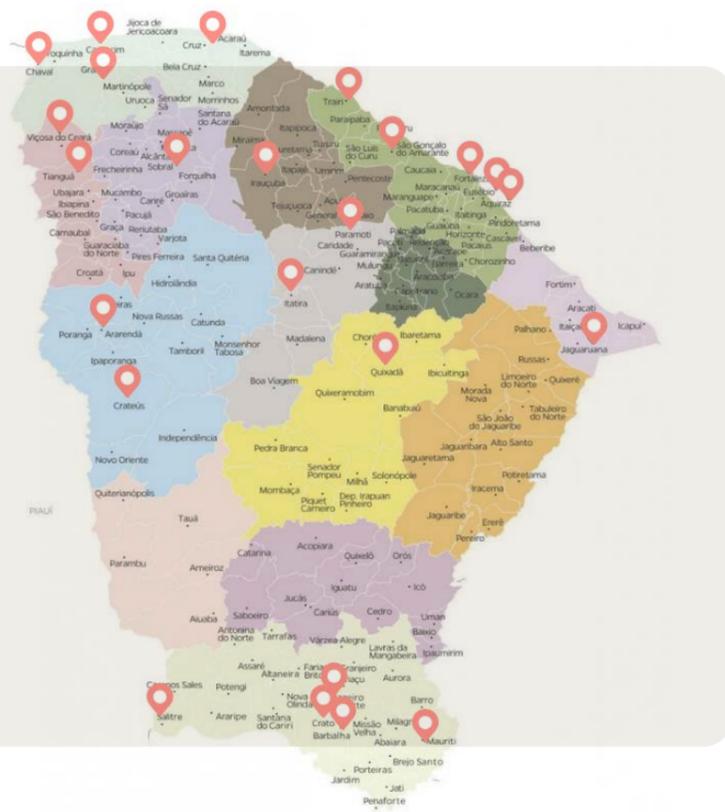


Fonte: Site do governo do Estado do Ceará

Os 24 municípios foram selecionados pela Coalizão Ceará, para garantir uma diversidade de porte, tamanho populacional, região e tipologia urbano-rural. Além

disso, foram estabelecidos os seguintes critérios: número elevado de famílias com crianças de 0 a 6 anos em situação de extrema pobreza e de famílias beneficiárias

Estado do Ceará e os 24 municípios participantes do Programa ACT



Fonte: Site da Secretaria da Proteção Social do Governo do Estado do Ceará

do Cartão Mais Infância Ceará (CMIC); infraestrutura e capacidade locais; cobertura de creche acima da média nacional (30%); e presença do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

Em relação ao porte e regiões, dos 24 municípios envolvidos, quatro eram de grande porte (incluindo a capital), dez de

médio porte e dez de pequeno porte, das seguintes regiões: Litoral Norte, Serra da Ibiapaba, Sertão de Sobral, Litoral Oeste – Vale do Curu, Metropolitana – Grande Fortaleza, Litoral Leste, Sertão Central, Sertão do Canindé, Sertão de Crateús e Cariri. Além disso, incluíram-se municípios de tipologia urbana e rural.

No âmbito da Coalizão Ceará, foram realizadas reuniões de planejamento para a execução da iniciativa, com apresentação dos objetivos, procedimentos e etapas envolvidas aos membros do governo do Ceará e das fundações parceiras e aos colaboradores locais do Estado do Ceará. Em outubro de 2020, foi apresentada a estrutura da iniciativa ACT-Ceará aos membros do governo do estado. Nesse momento, foram reconhecidos os benefícios que a Secretaria da Proteção Social poderia obter com a iniciativa devido ao foco na prevenção da violência, especialmente os serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi), Proteção e Atenção Integral à Família (Paif) e Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). A implementação agregaria valor à política de proteção às crianças e fortalecimento das famílias. Além disso, foram discutidos o caráter intersetorial e a possibilidade de relacionar o Programa ACT com o Programa Mais Infância Ceará e envolver também as equipes da Educação e da Saúde.

O Programa Mais Infância Ceará tem por objetivo a promoção do desenvolvimento integral da criança por meio de ini-

ciativas intersetoriais no âmbito do estado e dos municípios (Santana et al., 2022). Uma das ações desse programa é a transferência de renda para famílias que vivem em situação de extrema vulnerabilidade, por meio do Cartão Mais Infância Ceará (CMIC) (Santana et al., 2022). As famílias beneficiadas pelo CMIC são vinculadas aos Centros de Referência da Assistência Social (Cras) nos municípios e são o público prioritário de acompanhamento do Paif/Paefi. Portanto, o CMIC possui a seguinte condicionalidade: *“Participar das atividades dos serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif) e/ou serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi) e em outras ações da rede Suas (Sistema Único de Assistência Social), oferecidas aos membros da família nos seus diferentes ciclos de vida, de acordo com calendário de atividades estabelecidas pelo Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas)”*. Nessa perspectiva, o Programa ACT foi estrategicamente relacionado a essa condicionalidade como uma das ações de caráter coletivo possibilitadas pelo acompanhamento familiar.

Iniciativa ACT-Ceará

No ACT-Ceará, o programa foi planejado para ser uma **implementação com fidelidade em larga escala no sistema público**, envolvendo uma ação colaborativa entre estado e **24 municípios**. Essa implementação envolveu a participação do governo do estado, prefeituras municipais, fundações do Terceiro Setor e equipe de especialistas e pesquisadores da iniciativa .

Houve um planejamento visando uma implementação sustentável com maior amplitude e diversidade dos municípios e aplicabilidade junto à Secretaria Estadual da Proteção Social para implementação com as famílias em condição de vulnerabilidade que recebem transferência de renda (Bolsa Família e Cartão Mais Infância Ceará). Adicionalmente, a formação dos profissionais seguiu o treino padrão proposto pela APA, além de incluir módulo de

supervisão técnica realizado por psicólogas especialistas e facilitadoras do Programa ACT. O processo de implementação do Programa ACT foi monitorado para garantir qualidade e fidelidade na aplicação, para contribuir com a sustentabilidade do Programa ACT nos âmbitos municipal e estadual. O processo de implementação em cada município foi registrado, documentado e avaliado para examinar os pontos positivos e barreiras.

Encontro do Programa ACT conduzido pela facilitadora Joviane Vasconcelos

Fonte: Registro fotográfico para a presente publicação



Deve-se destacar que a iniciativa ocorreu em meio à pandemia da covid-19, com maior impacto negativo nos anos de 2020 e 2021. Nesse contexto, tivemos restrições para a realização de atividades presenciais, tanto dos treinamentos teóricos

quanto da formação prática, que envolve a realização de grupos com as famílias. No entanto, a iniciativa ACT-Ceará não foi interrompida, pois foram realizadas flexibilizações no cronograma e adaptação das seguintes ações:

Realização das atividades de apresentação, sensibilização, cursos e articulação com os municípios, que tiveram que ocorrer no formato on-line.

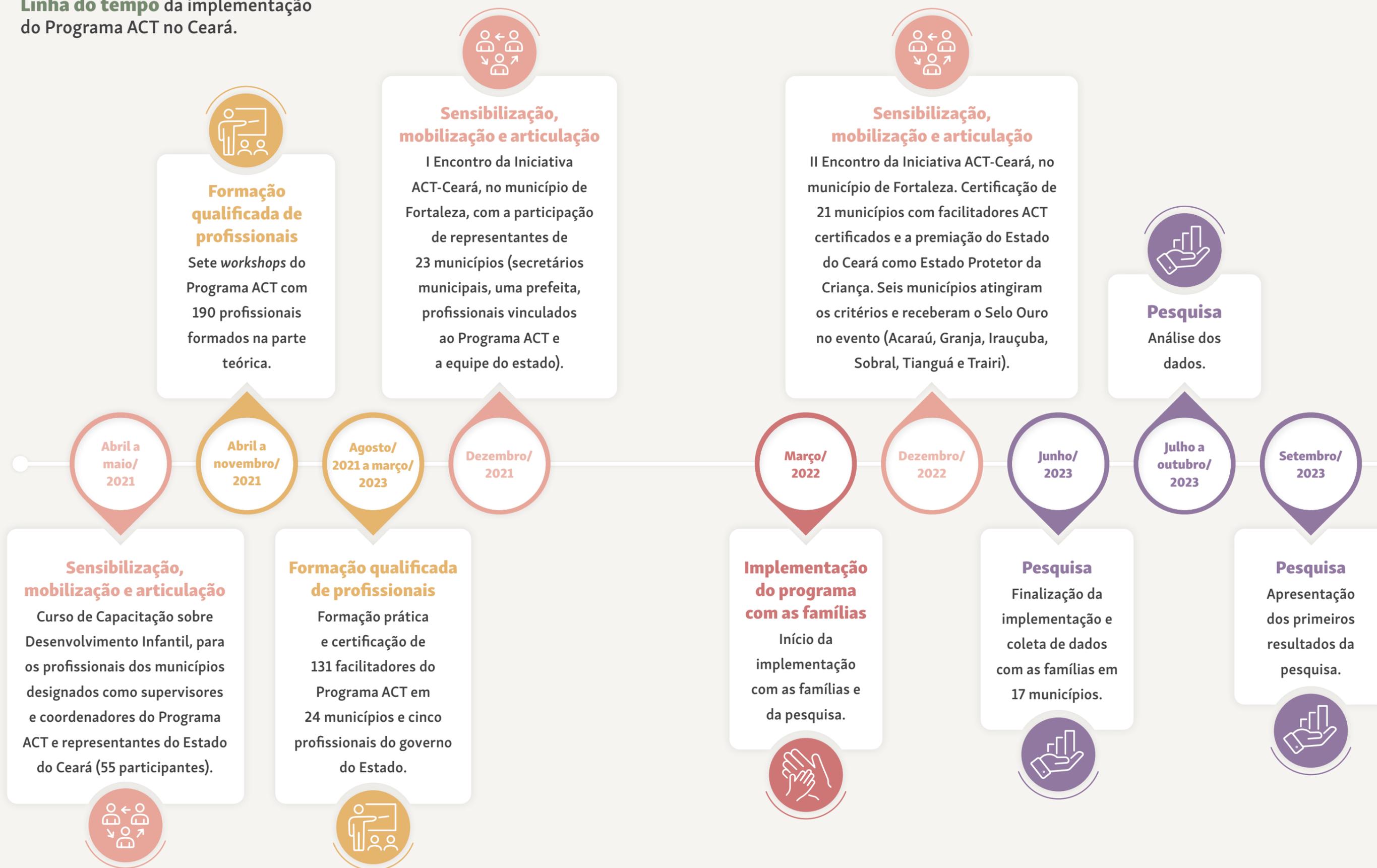
Adaptações nos *workshops* de formação de facilitadores, do formato presencial para o remoto. As adaptações foram detalhadas no capítulo de livro *Programa de parentalidade para prevenção de violência contra crianças no contexto brasileiro: da eficácia para a larga escala sustentável* (Altafim & Linhares, 2021).

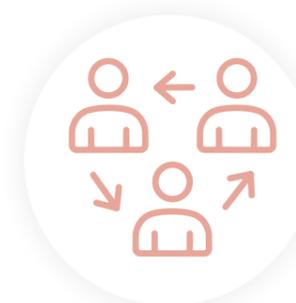
Extensão de prazos para os profissionais realizarem as atividades práticas, considerando a impossibilidade de atividades presenciais e sobrecarga de trabalho no atendimento às demandas das famílias; os municípios tiveram um impacto variado na duração das medidas de *lockdown* e distanciamento social. Nesse sentido, a formação prática, inicialmente prevista para finalização das últimas formações até dezembro de 2021, foi estendida para todos os municípios para fevereiro/2022 e posteriormente para setembro/2022. No entanto, alguns municípios finalizaram apenas em março/2023. Nesse período, os envios dos vídeos para análise com vista à certificação foram realizados gradualmente.

Realização de plantões de dúvidas semanais para os profissionais que estavam executando a parte prática da formação, devido ao fato de que a maioria dos municípios não pôde concluir a formação prática imediatamente após o treinamento teórico. Dessa forma, foi assegurado suporte continuado aos facilitadores no período pós-treinamento teórico.

Realização de encontros com revisão de conteúdos e das atividades do Manual do Facilitador ACT para alguns municípios.

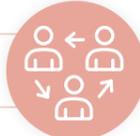
Linha do tempo da implementação do Programa ACT no Ceará.





Componente 1

**Sensibilização,
mobilização e
articulação**



Sensibilização da equipe do governo do estado

Com o objetivo de sensibilização e mobilização, foi realizada uma palestra introdutória do Programa ACT em novembro de 2020.

Os dois **TÓPICOS ABORDADOS** foram:

- a) Investimento na primeira infância b) Prevenção de violência contra crianças

Participaram 42 profissionais selecionados pela Secretaria da Proteção Social e pelo Programa Mais Infância Ceará, envolvendo coordenadores e gestores das secretarias.

Principais **FORMAÇÕES DOS PARTICIPANTES**:

- Assistentes sociais (49%)
- Psicólogos (18%)
- Pedagogos (13%)

Os participantes relataram expectativas positivas e pontos de atenção e sugestões, visando à implementação do Programa ACT no Estado do Ceará, como uma estratégia para o fortalecimento de vínculo entre pais e filhos e a prevenção da violência contra a criança.

Os principais **PONTOS ABORDADOS** pelos participantes foram:

- | Existe uma dificuldade muito grande com violência no Ceará nos ambientes familiares. O Programa ACT ajudará a ouvir os cuidadores e profissionais que atuam, visando melhorar a proteção das crianças contra vivências de violência.
- | A possibilidade de dar assistência ao cuidador.
- | Programa ACT – a metodologia, os encontros e os temas abordados com as famílias.
- | O debate sobre primeira infância, explicações sobre desenvolvimento da criança.
- | Os estudos científicos.
- | Fortalecimento da cultura de paz e a abordagem sobre violência contra crianças (exposição, prevenção, romper o ciclo de violência).
- | A iniciativa corrobora o trabalho que já é realizado pelas equipes do Estado do Ceará.

Curso de Sensibilização sobre Parentalidade e Prevenção de Violência

Em continuidade ao processo de sensibilização dos gestores do Estado do Ceará, a fim de ilustrar tópicos relevantes do Programa ACT. A maior parte dos profissionais eram assistentes sociais (47%), professores (18%) e psicopedagogos (12%).

de Violência para 23 profissionais e ges-

Foram realizados três encontros sobre os seguintes **TEMAS**:

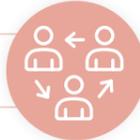
1. Desenvolvimento infantil e comportamento dos pais;
2. Regulação emocional e violência na vida das crianças;
3. Estilos parentais, disciplina e punição.

Participantes do Curso de Sensibilização sobre Parentalidade e Prevenção de Violência

Fonte: Acervo dos autores



No Curso de Sensibilização, 100% dos participantes ficaram satisfeitos com o conteúdo das temáticas apresentadas e relataram aumento nos conhecimentos. Destaca-se que os participantes comentaram diversos aspectos positivos do Programa ACT quanto ao conteúdo e metodologia. A seguir abaixo os relatos dos participantes:



1) O que você gostou no Programa ACT?

Temática da violência contra crianças no ambiente familiar: “A proposta de trabalhar a temática da violência numa perspectiva preventiva”; “Gostei por ser um programa específico para violência doméstica”; “De haver uma discussão sobre violência, levando em consideração inúmeros fatores, tipo desenvolvimento infantil, comunidade, relações familiares, insegurança alimentar, desemprego”; “Promove uma reflexão com a intenção de mudar comportamento e atitude em relação à violência”; “Prepara o profissional para lidar e ajudar as famílias a superar as dificuldades adversas, principalmente na educação dos filhos, com foco na prevenção da violência nas famílias”.

Valorização da metodologia utilizada na aplicação do Programa ACT e dos conceitos abordados no programa: “Adorei a metodologia, a divisão em grupos e o estímulo à discussão”; “Da metodologia propriamente dita que valoriza a experiência e vivência dos pais, a escuta atenta, o respeito às famílias”; “O conteúdo em si é muito bacana. Gostei muito dos exemplos e da metodologia a ser aplicada com as famílias”; “Por ser realizado através de atividades em grupo”; “A clareza das explicações com exemplos bem corriqueiros”; “As ferramentas interativas e os exemplos cotidianos das famílias”; “As conceituações e estratégias da disciplina positiva e a sua vinculação do desenvolvimento infantil”; “Completamente rico. Podemos compreender melhor os comportamentos infantis e suas fases, os comportamentos dos pais e, principalmente, como lidar com situações tão recorrentes no dia a dia. Em particular, para a minha profissão, eu agradeço imensamente. Finalizo a capacitação com outra visão sobre a disciplina positiva”; “A possibilidade de ressignificar antigos conteúdos, desmistificando condutas e conceitos”.

Pertinência de o Programa ACT ser realizado neste setor da assistência social: “A possibilidade de ser realizado na assistência social”; “É um diferencial no nosso trabalho”.

2) O que você acha necessário para implementação do Programa ACT nos municípios do Ceará?

Os participantes mencionaram diversos aspectos que consideram importantes para a implementação do Programa ACT:

Interlocução com os serviços de assistência social: “A interlocução com os serviços socioassistenciais do Suas”; “Acredito que ele deve ser conciliado com os SCFV ofertados pelos Cras e entidades socioassistenciais. Mas também acho que os profissionais das setoriais devem ser capacitados”; “Participação efetiva da rede de proteção e do SGD”.

Importância de pactuação e parceria com os municípios para sensibilização das famílias: “Ampla parceria com os municípios para ajudar na mobilização e sensibilização dos

pais participantes, bem como estruturar a rede de apoio para a família”; “Ter que ser desenhado atribuições e competências claras e pactuação com o gestor municipal”; “Pactuação clara com os gestores municipais, profissionais sensibilizados e no perfil para implementar o programa”; “Adesão dos gestores e técnicos”; “Comprometimento de todos”; “Pactuação junto aos municípios para que assumam o compromisso com a capacitação e de implementar integralmente a metodologia”.

Capacitação das equipes: “Capacitação das equipes”; “Capacitar o máximo possível de profissionais”; “Que os profissionais sejam muito bem capacitados para que essas abordagens passem uma certa segurança e proteção aos vínculos familiares”.

Aspectos da realidade das famílias: “Um maior conhecimento da realidade das famílias cearenses”; “Melhorar as relações com os filhos”; “Focar nos exemplos vividos cotidianamente pelos pais”; “Acho de grande relevância, pois a violência está muito presente na vida das famílias mais vulneráveis”.

3) Você teria alguma sugestão para a implementação do Programa ACT no Estado do Ceará?

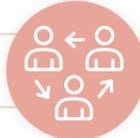
Conciliar o programa com programas já existentes: “Acredito que conciliado com o SFCV até como forma de estimular e fortalecer esse serviço”; “Junto ao Programa Mais Infância, priorizando os projetos sociais como o Complexo Mais Infância”; “O programa poderia ser trabalhado em parceria com o Programa Criança Feliz, que possui proposta afim”.

Implementação intersetorial: “Apesar do programa ser implementado pela Proteção Social, acho que precisamos da rede. Então acho que nos municípios deve haver uma reunião de sensibilização de outros setores, principalmente Educação e Saúde”.

Municípios com alto índice de violência: “Escolher município a partir do alto índice de violência municipal”; “Podemos iniciar pelos municípios com maior número de violência”.

Estratégias para engajar as famílias: “Acredito que o método pode ajudar muito os pais e cuidadores a lidar com as situações”; “Acho que o projeto tem que ser atrativo para as famílias participarem e continuarem no projeto”.

Papel da assistência social: “Que esse curso seja adaptado às famílias da assistência social”; “Se pensarmos em escala, seria muito importante que um grupo de técnicos pudesse ter a formação como facilitador do ACT para multiplicar a metodologia em todo o estado. A prevenção da violência é um tema de extrema importância para o trabalho junto às famílias, para fortalecer os vínculos e para promover o desenvolvimento infantil, e o ACT reforça o papel da assistência social nesse âmbito”.



Curso de Capacitação sobre Desenvolvimento Infantil

No **CURSO DE CAPACITAÇÃO SOBRE DESENVOLVIMENTO INFANTIL**, com aulas expositivas, discussões em grupos e materiais didáticos na plataforma de ensino a distância, foram abordados os **TEMAS**:

1. Por que investir na primeira infância;
2. Desenvolvimento da criança na primeira infância;
3. Parentalidade e o impacto da violência contra crianças.



Fonte: Registros fotográficos para a presente publicação

Participaram **55 profissionais de 24 municípios** do Ceará, indicados para atuar como supervisores e coordenadores do Programa ACT e gestores municipais e estaduais. Os supervisores eram todos psicólogos e os coordenadores selecionados,

em sua maioria, assistentes sociais. Na avaliação do nível de satisfação, todos os participantes consideraram que os temas do curso foram relevantes e que ficaram satisfeitos com o curso. Seguem abaixo os relatos dos participantes:

Conteúdo e didática do curso: *“O curso é muito rico e já está mostrando uma outra visão sobre os cuidados na primeira infância”; “Todos os conteúdos e questões foram capazes de elucidar o tema com uma leveza surpreendente”; “Foi abordado de um jeito muito satisfatório”; “Abordou de forma esmiuçada cada conteúdo”; “O material está parecendo bem completo e bastante esclarecedor”; “Os conteúdos apresentados de forma dinâmica atenderam à proposta com abrangência de conhecimento”.*

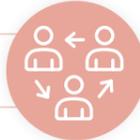
Apoio da equipe: *“O apoio dado pela equipe técnica está de parabéns. Espero que esse acolhimento se estenda para a execução do programa”; “Toda a equipe está de parabéns (e confesso que estou surpresa o quanto o retorno de vocês no WhatsApp traz uma leveza, um sentido e humanização para nós profissionais”.*

Fórum de dúvidas da plataforma EAD: *“Com o fórum, podemos ver realidades que também existem em outros municípios”.*

Contribuição para a formação profissional: *“Todos os temas foram de grande relevância para minha atuação como profissional”; “Sempre associo esse novo momento com minhas vivências profissionais em relação a outros públicos que já trabalhei e trabalho, como jovens e adolescentes e agora no setor de habitação com adultos, onde me proporciona uma visão (em relação aos jovens e adultos) das consequências de uma infância negligenciada pelos pais e cuidadores. Gratidão sempre!”; “O curso foi muito produtivo e, com todos os conhecimentos adquiridos, com certeza irei aprimorar dentro das minhas atuações”.*

Relação com as políticas públicas intersetoriais: *“Os materiais apresentados, em especial os textos complementares, são muito importantes para aprofundar a temática do desenvolvimento humano relacionado aos processos de parentalidade e de organização das políticas públicas intersetoriais”.*

Importância de investir na primeira infância: *“A importância do fortalecimento da família e a parentalidade”; “A explicação de como acontece o desenvolvimento na primeira infância e a importância de se investir nesta fase da vida”; “A importância dos processos de estimulação e proteção para o desenvolvimento humano na primeira infância”.*



Investimento e fortalecimento em políticas públicas: “Qualificação da atuação dos profissionais no atendimento voltada às políticas públicas na primeira infância, dando importância na dimensão do desenvolvimento infantil”; “A reflexão sobre quais políticas existentes no município direcionadas à primeira infância”; “Perceber o quanto é necessário que as políticas públicas estejam alinhadas na construção de estratégias que garantam o apoio necessário aos pais, cuidadores e educadores que são participantes neste processo de desenvolvimento”. **Participantes do Programa ACT:** “Dar ênfase à inclusão no processo de desenvolvimento e na primeira infância de crianças em situação de vulnerabilidade social”.

Ações pautadas no conhecimento científico: “Uma forma objetiva e científica de compreender o problema que atualmente nos encontramos e quais caminhos precisam ser desenvolvidos para proporcionar um futuro menos problemático para a nossa sociedade”.

Encontros da iniciativa ACT-Ceará

Foram realizados dois encontros presenciais sobre a iniciativa ACT-Ceará para mobilização e articulação de atores-chaves. Os encontros reuniram as partes envolvidas, incluindo representantes do governo do estado, dos municípios, da equipe da iniciativa e das fundações parceiras. O principal objetivo foi fortalecer a colaboração, a troca de conhecimentos e a coordenação de esforços para a implementação com qualidade e fidelidade do Programa

ACT. Os encontros incluíram palestras, painéis de discussões e apresentações sobre o programa, que apoiaram na capacitação dos envolvidos, no engajamento, no compartilhamento de experiências bem-sucedidas e na busca de soluções conjuntas para os desafios enfrentados. Os eventos foram fundamentais para construir e fortalecer as redes e parcerias entre todos os envolvidos, o que é essencial para a sustentabilidade do programa a longo prazo.

I Encontro da Iniciativa ACT-Ceará realizado no município de Fortaleza em 8 de dezembro de 2021

O evento teve por objetivo celebrar o término da formação teórica dos facilitadores e discutir os próximos passos de realização da formação prática, certificação e implementação com as famílias. Houve distribuição de dois tablets e um notebook por município para utilizarem na etapa de implementação e pesquisa da iniciativa ACT-Ceará.

- 23 municípios participantes, incluindo 16 secretários municipais, profissionais que estão atuando como coordenadores e supervisores do Programa ACT nos municípios.
- Equipe do estado representada pela vice-governadora, Izolda Cela; pela secretária da Proteção Social, Socorro França; pelo secretário-executivo da Proteção Social, Francisco Ibiapina; pela coordenadora

do Programa Mais Infância Ceará, Dagmar Soares; pelas técnicas Isabelle Cavalcante e Laécia Amorim, membros da equipe técnica do Programa Mais Infância Ceará; pela coor-

denadora da Proteção Social Básica, Mary Anne Libório; e pela assessora técnica da Coordenadoria da Proteção Social Especial, Márcia Dutra.



I Encontro da Iniciativa ACT-Ceará

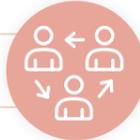
Fonte: Acervo dos autores



Participação no I Encontro ACT-Ceará dos representantes do governo do estado: a vice-governadora, Izolda Cela; a secretária da Proteção Social, Socorro França; o secretário-executivo da Proteção Social, Francisco Ibiapina; e a coordenadora do Programa Mais Infância Ceará, Dagmar Soares.

Fonte: Acervo da equipe do governo do estado e dos autores





A participação dos municípios no I Encontro da Iniciativa ACT-Ceará foi destacada nos sites das prefeituras. Dessa forma,

verifica-se a relevância do tema tanto para os gestores quanto para a comunidade.

Matérias publicadas nos sites das prefeituras de Jaguaruana, Paramoti e Sobral, destacando a participação dos municípios no primeiro encontro da iniciativa ACT-Ceará



Fonte: Site da Prefeitura de Jaguaruana



Fonte: Site da Prefeitura de Paramoti



Fonte: Site da Prefeitura de Sobral

II Encontro da Iniciativa ACT-Ceará realizado no município de Fortaleza em 13 de dezembro de 2022

O evento contou com a participação do governo do Estado do Ceará, de uma prefeita, do secretário municipal da Proteção Social e de representantes das equipes ACT de 21 municípios, totalizando o encontro de 110 profissionais envolvidos na iniciativa. Foi realizada a certificação de 21 municípios como Município Protetor das Crianças, contando com facilitadores ACT certificados e a premiação de seis municípios que receberam o Selo Ouro até a data do evento, a

saber: Acaraú, Granja, Irauçuba, Sobral, Trairi e Tianguá.

• Equipe do estado, representada pela secretária da Proteção Social, Onélia Santana; pela coordenadora do Programa Mais Infância Ceará, Dagmar Soares; pela coordenadora de Proteção Social Básica, Mary Anne Libório; pela assessora técnica da Coordenadoria da Proteção Social Especial, Márcia Dutra; e pela pedagoga e facilitadora ACT do estado Jaqueline Lessa.

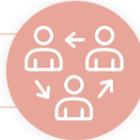
Certificado de Município Protetor da Infância

Fonte: Acervo dos autores



II Encontro da Iniciativa ACT-Ceará, com a entrega do certificado Estado Protetor das Crianças

Fonte: Acervo dos autores



A diretora internacional do Programa ACT Raising Safe Kids na Associação Americana de Psicologia (APA), Lauren Caldwell

Sommers, enviou um vídeo, que foi exibido no encontro, parabenizando a iniciativa ACT-Ceará.

“Nós da Associação Americana de Psicologia estamos felizes com o desenvolvimento do Programa ACT no Estado do Ceará, Brasil. Estamos vendo que o programa está indo muito bem e que vocês estão interessados em expandir e engajar as famílias da sua área no Programa ACT. Nós apoiamos muito o trabalho que tem sido feito. Então, obrigada por tudo o que vocês estão fazendo para aplicar o ACT. Esperamos continuar trabalhando com vocês para oferecer suporte para que o programa continue a crescer.”

Lauren Caldwell



Vídeo da diretora do ACT Raising Safe Kids na APA, Lauren Caldwell Sommers, sobre a iniciativa ACT -Ceará, apresentado no II Encontro do ACT.

Fonte: Vídeo enviado pela APA

O II Encontro da Iniciativa ACT-Ceará contou com a cobertura da mídia, o que demonstra o reconhecimento da importância das temáticas de parentalidade e prevenção de violência e destaca o impacto que a iniciativa pode ter na conscientização e na promoção de mudanças positivas na comunidade. Duas emissoras locais de televisão transmitiram informações sobre o evento,

atingindo uma grande audiência na região. Além disso, o jornal *O Povo*, um dos principais veículos de notícias da região, também dedicou uma matéria para divulgar a iniciativa e o evento. Também foram publicadas matérias nos sites dos municípios. Sommers, enviou um vídeo, que foi exibido no encontro, parabenizando a iniciativa ACT-Ceará.



Reportagens sobre o II Encontro da Iniciativa ACT-Ceará nos telejornais Assembleia do Ceará e Jornal da TV Ceará

Fontes: Assembleia do Ceará e Jornal da TV Ceará

Matéria publicada no jornal *O Povo* (versão on-line e impressa) sobre o Programa ACT e a implementação em larga escala no Estado do Ceará, destacando a premiação dos municípios Selo Ouro.

Fonte: Jornal O Povo



Ceará adota programa de parentalidade positiva para combater violência infantojuvenil

MÉTODO ACT | Usado em 24 municípios. Fortalecer vínculos familiares e diminuir a distância afetiva entre pais e filhos. Esse é o principal objetivo do programa e desenvolver aos pais como o uso de práticas parentais adequadas, que abandonam métodos de disciplina ancorados em castigos e punições físicas, podendo impactar positivamente no desenvolvimento infantil. "A criança, muitas vezes, acaba imitando o comportamento dos adultos. Quando os pais batem nos seus filhos, a criança também vai agir dessa forma com seus colegas, e além disso eles também podem replicar esse mesmo comportamento na vida adulta", pondera Aflam, professora de Psicologia de

Matérias publicadas nos sites das prefeituras de Crato, Eusébio e Mauriti sobre a certificação de Município Protetor das Crianças, realizada durante o II Encontro da Iniciativa ACT-Ceará



Fonte: Site da prefeitura de Crato



Fonte: Site da prefeitura de Eusébio



Fonte: Site da prefeitura de Mauriti



Componente 2

Formação qualificada de profissionais



Formação teórica do Programa ACT

A seleção dos profissionais para participarem da formação de facilitadores do Programa ACT ocorreu por meio das secretarias municipais de Proteção Social. Para auxiliar os municípios na seleção dos profissionais, a equipe da iniciativa, com o apoio de um representante do núcleo estadual do ACT-Ceará, realizou diversos contatos e reuniões com os representantes municipais, visando atingir o número médio de 35 facilitadores em cada turma de formação do Programa ACT e número mínimo de participantes por município.

De acordo com a APA, os requisitos para a participação no treinamento são os seguintes:

- Profissionais de nível superior, com graduação nas áreas de assistência social, saúde ou educação (ex.: assistente social, pedagogo, psicólogo, enfermeiro).
- Experiência prévia de trabalho com famílias de crianças e em conduzir grupos.

Para garantir a sustentabilidade do Pro-

grama ACT nos municípios e para a realização da pesquisa sobre os impactos do programa implementado em larga escala, foram oferecidas as seguintes informações para os municípios selecionarem os profissionais:

- Disponibilidade de horário para condução de grupos semanais com as famílias.
- Preferência para seleção de profissionais efetivos e, caso não fossem, seu tempo de contrato deveria vigorar ao menos até dezembro de 2022, ou informar se a secretaria teria a intenção de manter esse profissional por esse período e enquanto a iniciativa estivesse em implementação no Estado do Ceará.
- Após a certificação, cada facilitador deveria conduzir grupos com no mínimo 20 famílias.
- Os facilitadores deveriam apresentar momentos de estudo e planejamento dos grupos com as famílias.
- Participar das supervisões com o supervisor local do município.



Encontro do Programa ACT conduzido pelas facilitadoras Maria Tereza Gordiano e Carmem Braga

Registro fotográfico para a presente publicação



Encontro do Programa ACT conduzido pela facilitadora Maria Sandra Matias

Registro fotográfico para a presente publicação

Na formação teórica, os profissionais vinculados às prefeituras de 24 municípios, sendo a maioria da área de proteção social, receberam o treinamento padrão do programa ACT da American Psychological Association (APA) e ministrado por *master trainers*.

O *workshop* de formação teórica de facilitadores do Programa ACT, desenvolvido pela APA, é originalmente realizado em dois dias no formato presencial, totalizando 16 horas. Durante a pandemia, as *master trainers* Maria Beatriz Linhares e Elisa Altafim realizaram adaptações para o formato on-line no Brasil, em que a formação foi dividida em quatro encontros de quatro horas, realizados duas vezes na semana. As formações foram realizadas na plataforma Zoom. Em todos os dias das formações foram promovidas atividades e discussões em pequenos grupos, em salas simultâneas, em que um membro da equipe facilitador do Programa ACT acompanhava e mediava as discussões. Os participantes permaneceram com as câmeras abertas e foram realizadas diversas atividades dinâmicas e interativas.

Para a realização do *workshop* no formato remoto foi necessário ampliar a equipe de

formação, que era realizada por dois *master trainers*, incluindo um técnico em informática e o apoio de quatro facilitadoras do Programa ACT, sendo duas profissionais para o apoio logístico e contato direto com os participantes antes, durante e após o *workshop* e duas responsáveis pela tutoria de conteúdo para acompanhar os pequenos grupos.

Também foram disponibilizados diferentes canais de comunicação para dúvidas e apoio para os profissionais com uma equipe treinada e especializada na área de primeira infância e no Programa ACT. Quando os participantes tinham alguma dificuldade e/ou não compareciam, foi realizado um acompanhamento via e-mail e telefone. Após o treinamento, semanalmente foram oferecidas tutorias on-line pelo Zoom em pequenos grupos para dúvidas relacionadas ao conteúdo do programa e execução da parte prática com as famílias. Além disso, os participantes foram inseridos em uma plataforma de ensino a distância (EAD-Guru), com informações e materiais de cada um dos encontros do Programa ACT e com fóruns de discussão para dúvidas e comentários sobre os encontros.



Primeiramente, foram oferecidos dois *workshops* de treinamento de facilitadores para os 24 coordenadores e 24 supervisores dos 24 municípios. Subsequentemente,

foram realizados mais cinco *workshops* de formação de facilitadores para os profissionais selecionados pelos municípios.

OS SETE WORKSHOPS ALCANÇARAM 190 PROFISSIONAIS DE 24 MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, sendo 185 profissionais atuantes nos municípios nas áreas de proteção social (86%), educação (10%), saúde (2%), outras secretarias (2% – Secretaria dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social – SEDHAS; Gabinete do Prefeito – Direitos de Crianças e Adolescentes; Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer) e cinco profissionais do governo do estado vinculados ao Programa Mais Infância Ceará.

Dos 214 profissionais indicados (209 pelas prefeituras e cinco pelo governo do estado), **89% deles completaram o treinamento teórico do ACT (n=190).**

Dos 24 que não concluíram, 13 não iniciaram (6%) e 11 foram desistentes durante o curso do treinamento (5%).

O Papel dos ACT Facilitadores

- Organizar e conduzir o programa para grupos de pais usando os materiais padronizados
- Obter apoio e suporte para o programa
- Divulgar o programa na comunidade

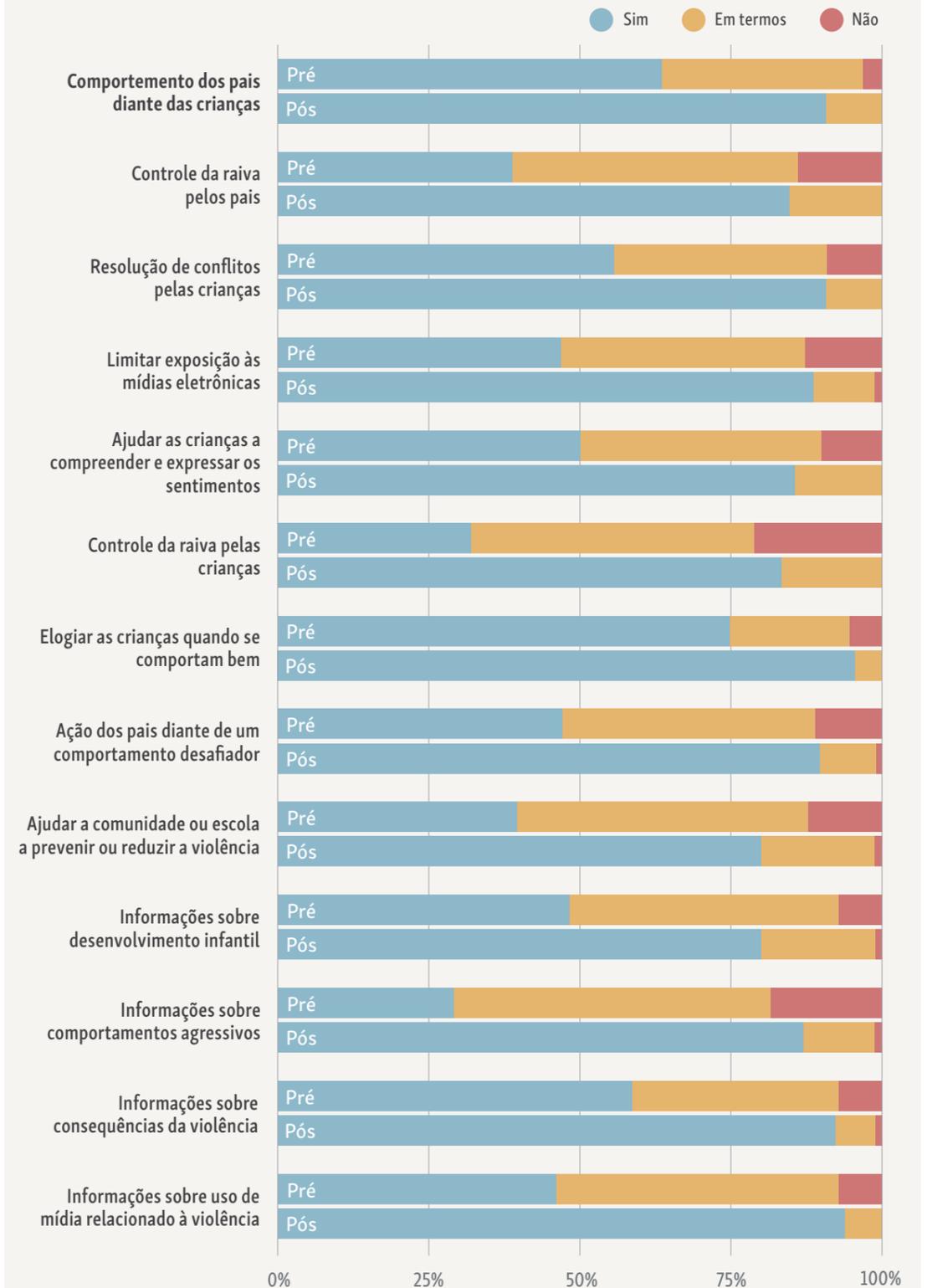
Objetivos do Treinamento

- Preparar facilitadores para conduzir grupos com o Programa ACT Para Educar Crianças em Ambientes Seguros - para pais e cuidadores principais
- Preparar os participantes com informação sobre o programa, como ministrar o currículo, como promover, implementar e avaliar o programa
- É o primeiro passo para os profissionais se certificarem como ACT Facilitadores

Workshop teórico do Programa ACT (on-line) ministrado pelas master trainers Profas. Dras. Elisa Altafim e Maria Beatriz Linhares

Fonte: Acervo dos autores

Avaliação pré e pós-workshop

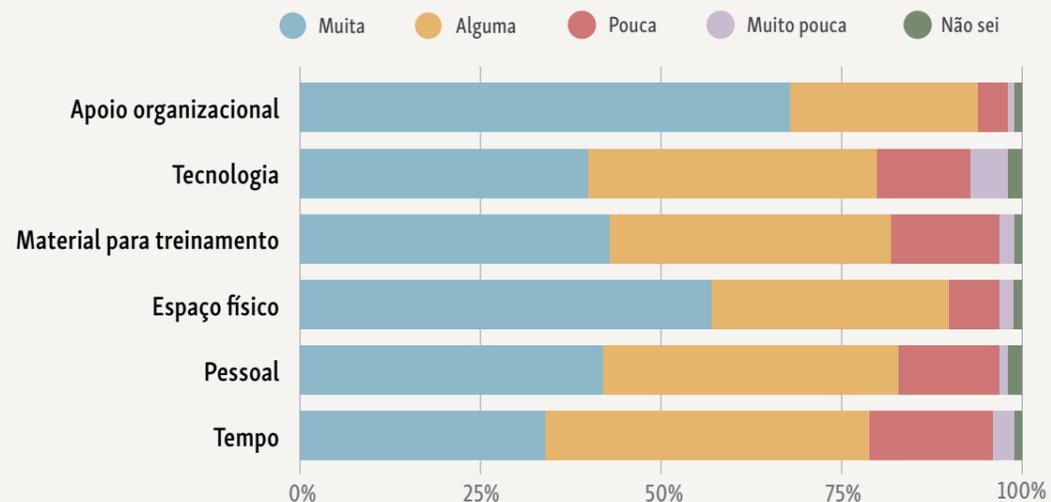


(n=176) Fonte: Próprio autor



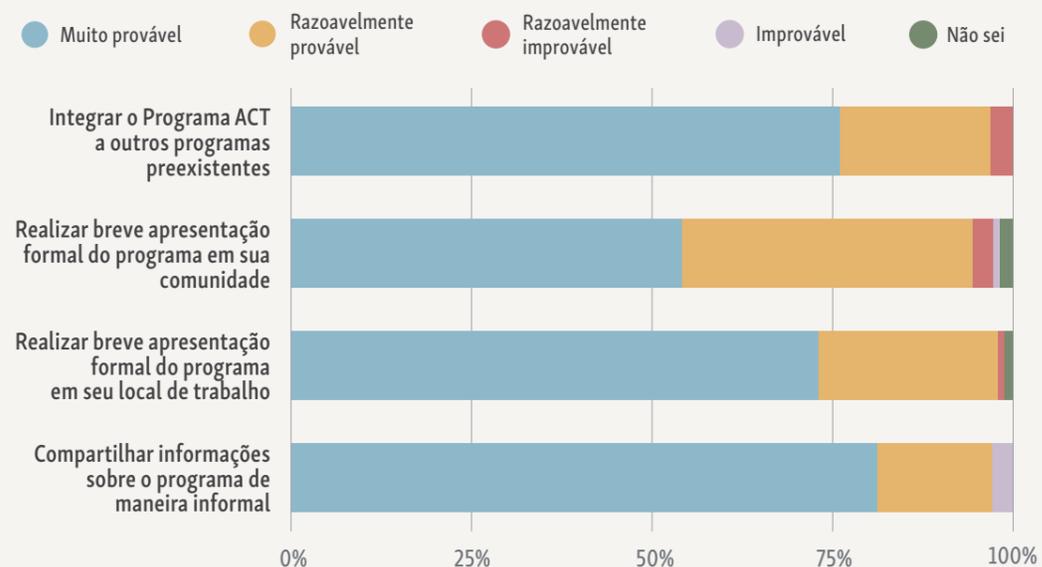
Os resultados demonstraram que em todos os itens foram verificados avanços no grau de conhecimento dos profissionais para orientar os pais.

Avaliação pós-workshop



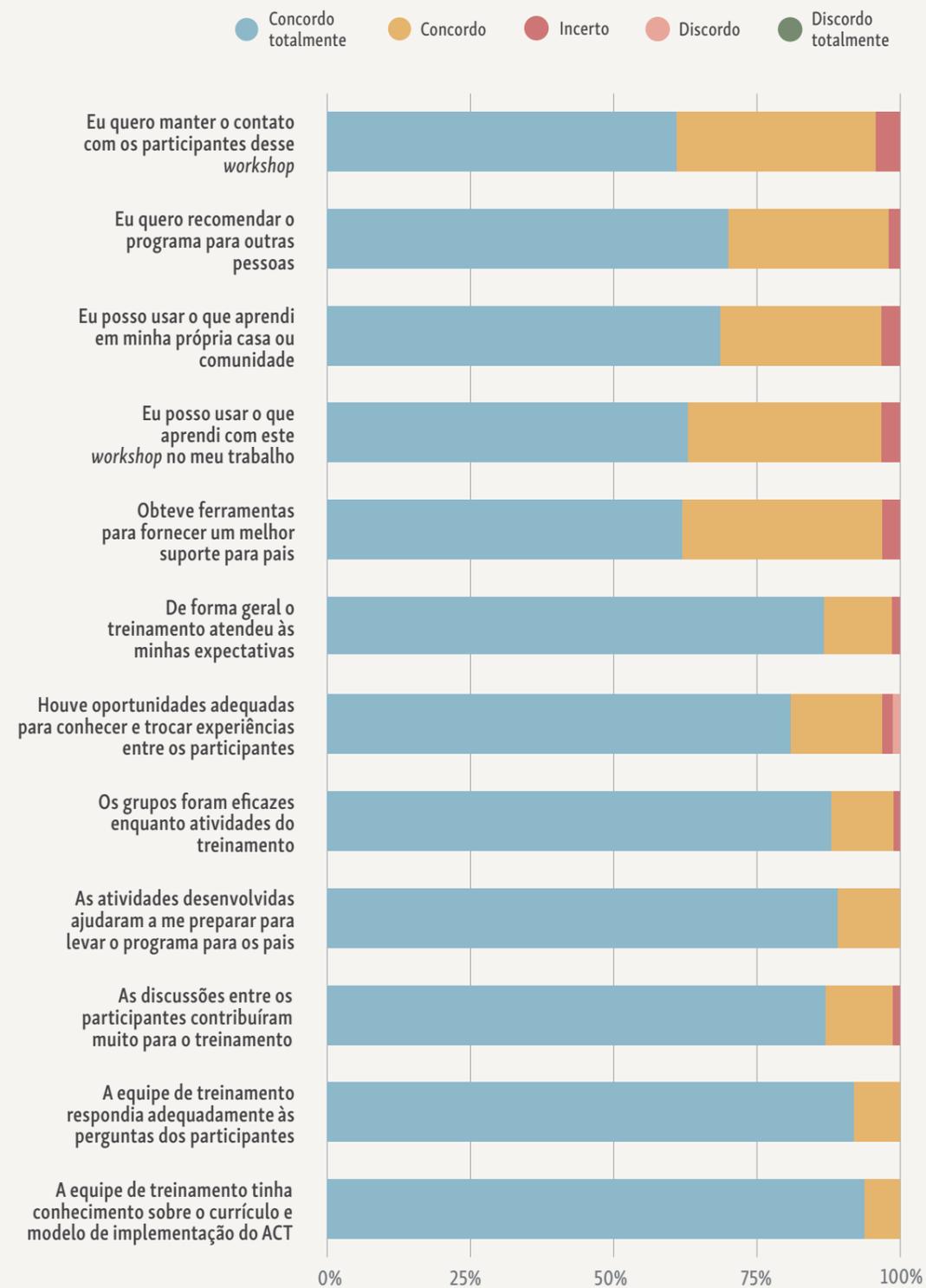
(n=176) Fonte: Próprio autor

Qual é a probabilidade de que você venha a fazer as seguintes atividades?*



(n=176) Fonte: Próprio autor

Avaliações e declarações sobre o workshop do Programa ACT



(n=176) Fonte: Próprio autor



Após o *workshop*, os profissionais relataram que se sentiam **PREPARADOS** para:

99%

oferecer informações sobre **métodos positivos para disciplinar** as crianças;

97%

explicar sobre técnicas de **resolução positiva de conflitos;**

98%

oferecer informações sobre **manejo de raiva.**

Adicionalmente, os participantes res-ponderam a mais duas perguntas sobre a participação no *workshop* de formação teórica, a saber:

O que você gostou no Programa ACT?

Articulação com políticas públicas: “A articulação e a possibilidade de integrar a outras políticas intersetoriais do município voltadas para a primeira infância”.

Atuação profissional: “O aprendizado para vida profissional e pessoal”; “A oportunidade de aprender como lidar com as crianças de forma segura e afetiva”; “Troca de conhecimentos, enriquecedor para minha vida pessoal e profissional”.

Compartilhar conhecimento e experiência: “O compartilhamento de conhecimento”; “Das experiências trocadas”; “O conhecimento adquirido sobre cada etapa do desenvolvimento das crianças e, principalmente, a troca de experiências”; “A possibilidade para interagir e trocar experiências”.

Conteúdo do programa: “Adorei os modelos de enfrentamento de situações conflituosas repassado”; “As atividades interativas”; “O Modelo Repense”; “Os conteúdos seguem uma sequência de aprendizado adequada para as famílias”; “Dos assuntos trabalhados. Da forma como foram repassados, principalmente quanto a interatividade”.

Desenvolvimento infantil: “Por ter esse olhar voltado para o desenvolvimento infantil e ser bastante educativo”; “Os novos conhecimentos que obtive sobre o desenvolvimento infantil, por exemplo”.

Estratégias para parentalidade positiva: “As estratégias para conscientização de uma parentalidade positiva”; “A possibilidade de redesenhar uma primeira infância baseada na parentalidade positiva, com autoridade, em violências e mais afeto”; “O trabalho de forma preventiva, com orientações importantes aos pais para o cuidado emocional dos filhos”; “O modo positivo de educar as crianças”.

Feedback positivo geral: “Achei altamente rico e completo! Gostei muito!”; “Gostei de tudo que foi apresentado”; “Clareza, objetividade e empatia”.

Metodologia (dinâmica) do programa: “Essa dinâmica de trabalhar em grupos é muito importante e interessante, essa troca para refletirem pontos individuais é muito bom”; “A metodologia com prática e exemplos e questionamentos”; “Gostei de todo formato de orientação acerca das questões apresentadas pelo Programa ACT para a realização dos grupos com as famílias”; “As diversas possibilidades de intervenção diante de um cenário crítico de violência explícita ou velada”; “A forma dinâmica em que o ACT atua fazendo com que as famílias sejam participativas”; “A metodologia e a estruturação do programa”.

Metodologia (dinâmica) do treinamento: “A dinâmica utilizada na capacitação e o preparo de toda equipe”; “A dinâmica do treinamento foi excelente, houve muita interação e participação do grupo”; “Gosto muito das práticas, não é um curso teórico e sim prático e reflexivo”; “Da dedicação, atenção dos facilitadores em repassar o conteúdo”; “Eu achei superinteressantes a dinamicidade, o conhecimento e o entrosamento da equipe que compõe o programa”; “De tudo. A organização, explicações, a equipe é excelente”.

Novos conhecimentos: “Uma bagagem rica de conhecimentos para repassar a famílias/cuidadores e principalmente para a vida”; “Pela oportunidade de conhecimento”; “Aprender técnicas para desenvolver junto aos responsáveis de crianças que estão iniciando a construção de uma identidade”; “Conhecimento de estratégias de como ter bons relacionamentos não só com nossos filhos, mas de quem nos cerca”; “O conhecimento e a equipe”.

Prevenção de violência: “A oportunidade de diminuir os números de violência contra crianças no âmbito familiar praticada pelos pais despreparados de forma impensada”; “Um excelente programa, pautado na disciplina positiva, com uma proposta de combate à violência, começando pela criança, buscando assim o rompimento de todo um ciclo cultural, comportamental e de pensamento da nossa sociedade”; “O trabalho de forma preventiva, com orientações importantes aos pais para o cuidado emocional dos filhos”.



Você identifica desafios para a implementação do Programa ACT em seu município? Se sim, quais?

Adesão das famílias: “Fazer com que as famílias permaneçam na participação do Programa ACT”; “Conseguir segurar o público durante os oito encontros”; “A dificuldade de adesão das famílias”.

Apoio da gestão para conduzir os grupos: “Vejo que a coordenação municipal deve combinar com os gestores que nós, enquanto facilitadores, tenhamos horários para nos dedicar ao programa no período da carga horária de trabalho, de modo que possamos conseguir conciliar nossas atividades enquanto técnicas do Cras e facilitadoras desses grupos”; “Sim, apoio da gestão com local e matérias para execução do programa”.

Pandemia (isolamento social): “O lockdown e as medidas de isolamento social”; “O contexto da pandemia é o maior deles”; “No momento, o desafio é só a pandemia, pois as atividades em grupo são mais produtivas”; “Acredito que institucionalmente não. Talvez o maior desafio seja a adesão das famílias no contexto de pandemia”.

Implementação do programa: “Implementar no serviço Paif do Cras”; “A implementação do programa para as famílias, visto que a forma que criam seus filhos é cultural”.

Recrutamento das famílias: “Localização das famílias”; “Alcançar o número necessário de famílias”; “A busca pelas famílias participantes”.

Resistência das famílias: “A resistência da comunidade em participar de atividades em grupo”; “Algumas resistências das famílias”; “Acho que a resistência das famílias, pela cultura, pela vivência do dia a dia”.

Disponibilidade de recursos

- **Humanos/pessoas/profissionais:** “Recursos humanos”; “Apoio de facilitadores”; “Profissional para ficar com as crianças nos encontros com as famílias”.
- **Materiais/estruturais:** “Disponibilidade de recursos tecnológicos”; “Geográficos, sinal de internet”.
- **Tempo:** “O maior desafio será o tempo”; “Adequação à carga horária de trabalho e locomoção”; “Disponibilidade de tempo do profissional”.
- **Financeiro:** “De recursos financeiros e estruturais (local, material)”.

- **Local/deslocamento:** “Acredito que no momento as maiores dificuldades se encontram em um espaço físico adequado para os encontros, os materiais a serem utilizados e o incentivo”; “Sim, recursos humanos, deslocamento”; “Acredito que as dificuldades para implementação serão em relação ao espaço físico existente no meu local de trabalho. Há bairros no Cras onde atuo, em que os moradores possuem limitação de acesso ao território onde o Cras se localiza e, caso estes sejam convidados, talvez não possam comparecer aos encontros, limitando a participação de alguns bairros específicos”.

Não identificou desafios: “Acredito que não teremos dificuldades ou até mesmo falta de apoio por parte dos gestores”; “Não, no meu município a realização será tranquila e teremos apoio”; “É viável. Acredito que tudo dará certo sem maiores dificuldades”.

Após os workshops, eram coletadas as opiniões dos profissionais sobre conteúdos e metodologia do Programa ACT, identificando o programa como uma estratégia

compatível com o trabalho que desenvolvem nos serviços em que atuam. A partir das opiniões, foram elaboradas nuvens de palavras:





Formação prática e certificação de facilitadores do Programa ACT

O treinamento prático do facilitador engloba, primeiramente, a preparação e realização de um grupo completo com famílias de crianças de 0 a 6 anos de idade, com nove encontros presenciais (reunião prévia e oito encontros de intervenção), realizados uma vez por semana, com duração de aproximadamente 90 minutos cada um. O facilitador deve aplicar o conteúdo do programa e as estratégias, métodos e técnicas de ensino aprendidos, por meio de atividades de: a) cinética (dramatizações, jogos, estudos de casos, troca de ideias e experiências e debate em pequenos grupos); b) visual (demonstrações e vídeos); c) auditiva (ouvir palavras e leitura).

De forma complementar, durante todo o processo da formação da parte

prática, duas psicólogas especialistas e facilitadoras certificadas do Programa ACT, Marília Branco e Camila Regina Lotto, ficaram à disposição dos profissionais em treinamento para momentos de supervisão, orientação e esclarecimento de dúvidas na aplicação do programa. Os plantões de dúvidas foram oferecidos no período de julho de 2021 a dezembro de 2022 em horários semanais fixos. Ao todo, foram realizadas 73 supervisões com as especialistas, atingindo 91 participantes de 19 municípios. As dúvidas mais frequentes que surgiram a partir da experiência prática dos profissionais em formação foram as seguintes:

- Forma de conduzir os grupos, principalmente em relação à dinâmica das

atividades do manual.

- Utilização dos materiais, tais como o caderno de pais e a entrega das tarefas de casa para os cuidadores.
- Execução de atividades específicas dos encontros.

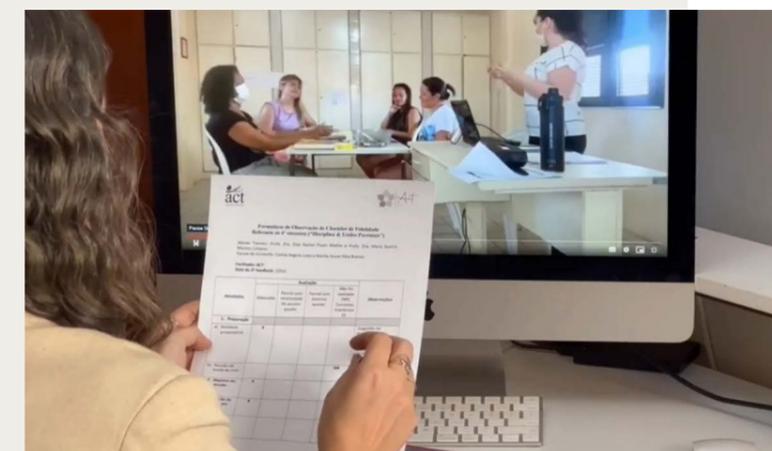
Para receber a certificação ao final do processo de formação, os profissionais precisavam gravar o sexto encontro e enviar para as *master trainers*, para que as especialistas avaliassem o seu desempenho na aplicação do programa com as famílias.

Este é um critério exigido pela American Psychological Association para obtenção da certificação. Assim, foram verificadas as habilidades dos profissionais na realiza-

ção dos grupos, com o objetivo de ampliar e fortalecer os conteúdos e estratégias aprendidos durante a formação.

Análise dos vídeos utilizando instrumento padronizado para avaliar o desempenho do facilitador e a fidelidade ao programa

Fonte: Acervo dos autores



Encontro do Programa ACT conduzido pelos facilitadores Erinaldo dos Santos Souza; Maria Tereza Gordiano e Carmem Braga

Fonte: Foto enviada pelo facilitador do município com autorização para utilização e registro fotográfico para a presente publicação



Na avaliação dos vídeos, foi utilizado um instrumento de análise padronizado e preparada uma ficha de devolutiva, contendo os pontos fortes e os pontos de atenção dos profissionais na condução dos grupos, além de serem dadas sugestões e recomendações para aprimorar a realização das atividades do sexto encontro.

Foram analisados 166 vídeos de aproximadamente duas horas de duração,

totalizando 336 horas de vídeos analisados pelas especialistas. Foram 150 facilitadores que realizaram a parte prática e enviaram vídeos para a avaliação. Desses, 120 (80%) foram aprovados na primeira avaliação e 30 precisaram ser refeitos. Desses 30, 16 refizeram e foram aprovados, 12 desistiram, um participante refez e não foi aprovado e um perdeu o prazo.



91% dos profissionais que realizaram a parte prática foram **CERTIFICADOS** como facilitadores do Programa ACT (n = 136)

Os profissionais receberam devolutivas sobre terem atingido ou não os critérios da certificação por meio de reuniões realizadas com os coordenadores e supervisores dos municípios, nas quais foram discutidos os desempenhos dos facilitadores, ressaltando os pontos fortes e os aspectos que precisavam ser aprimorados. Ao todo foram realizadas 36 devolutivas.

A Tabela 1 inclui o número de facilitadores dos 24 municípios (incluindo coordenadores e supervisores) e do núcleo do estado que participaram do treinamento teórico e prático e foram certificados.

Tabela 1. Formação de facilitadores no Programa ACT: vagas oferecidas e profissionais formados

Município	Vagas oferecidas para formação*	Profissionais indicados para formação*	Profissionais que realizaram o <i>workshop</i> teórico**	Facilitadores que completaram a formação prática e foram certificados
Acará	11	9	9	7
Aquiraz	11	10	8	6
Ararendá	7	9	5	3
Barbalha	7	7	7	3
Camocim	7	7	6	5
Chaval	7	7	7	7
Crateús	7	8	7	4
Crato	11	10	10	8

Eusébio	7	7	7	5
Fortaleza	14	11	9	6
Granja	14	8	8	8
Irauçuba	7	10	8	7
Itatira	7	8	6	1
Jaguaruana	7	8	8	6
Juazeiro do Norte	7	13	12	7
Mauriti	7	7	6	3
Paramoti	7	7	7	6
Quixadá	11	11	10	4
Salitre	11	2	2	1
São Gonçalo do Amarante	7	7	7	6
Sobral	10	15	13	9
Tianguá	7	7	6	6
Trairi	14	14	10	9
Viçosa do Ceará	14	7	7	4
Núcleo Estadual	5	5	5	5
Total	224	214	190	136

*224 vagas foram oferecidas, sendo 219 para os municípios e cinco para o governo do estado, sendo indicados ao todo 214 profissionais. O número de vagas foi de 7 a 14 de facilitadores para os municípios, distribuídas de acordo com o número de famílias com o Cartão Mais Infância, prioritariamente, e o número de habitantes. **Irauçuba, Jaguaruana, Juazeiro do Norte e Sobral aproveitaram vagas remanescentes dos outros municípios.



Certificação de facilitadores: Hiana Guilherme Pereira, da cidade de Granja, e Wellington Sousa Bonifácio, Miranir Pereira Furtado, Maria Tereza Gordiano de Oliveira Barbosa e Nayana Silveira e Santos, da cidade de Trairi.

Fonte: foto enviada pelos facilitadores dos municípios com autorização para utilização

Certificação das facilitadoras Maria Dagmar de Andrade Soares e Jacqueline de Souza Alves Lessa (profissionais vinculadas ao governo do Estado do Ceará)

Fonte: Foto enviada pelas facilitadoras com autorização para utilização



Nesse processo de formação de facilitadores, **486 famílias**, com uma média de quatro participantes por grupo, receberam

a intervenção do Programa ACT durante o treinamento prático dos profissionais dos municípios e do estado.

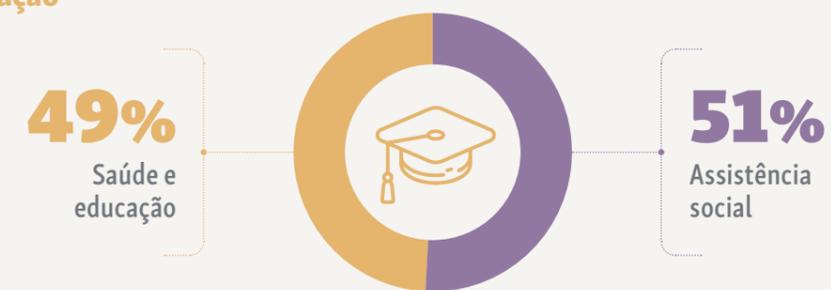
Caracterização dos facilitadores certificados (n=131)

Gênero



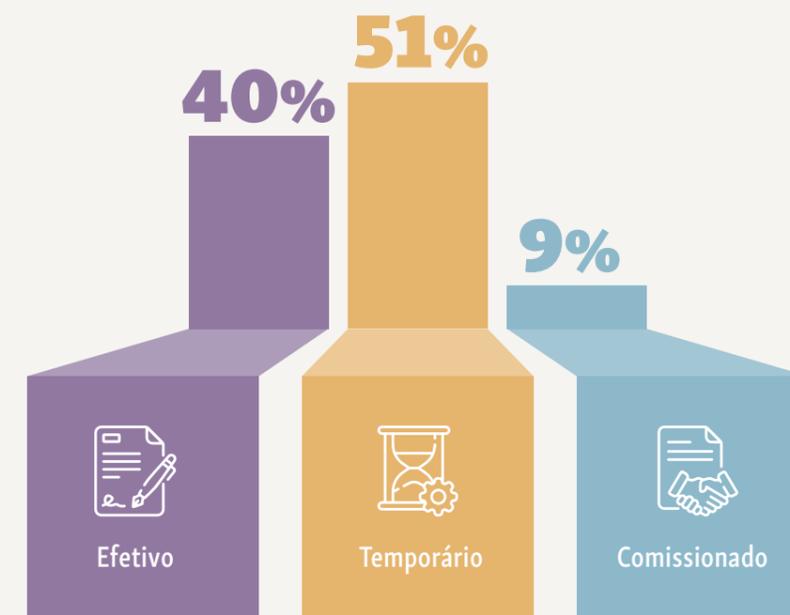
Fonte: Próprio autor

Formação



Fonte: Próprio autor

Tipo de contratação dos profissionais



Fonte: Próprio autor



Componente 3

Nucleação de equipes que atendem às famílias



Nucleação das equipes municipais

Na nucleação, foi formada uma equipe local em cada município, incluindo um grupo de facilitadores, um coordenador para cuidar da parte logística da implementação com as famílias e articulação com a Secre-

taria da Proteção Social e um supervisor, com formação em psicologia, para oferecer o apoio técnico aos facilitadores na parte prática com as famílias.

COORDENADORES do ACT



Profissional com ensino superior e experiência na **área da infância**



Suporte para logística e articulação da implementação do ACT no município



Disponibilidade de horário para a coordenação do ACT no município e participação de reuniões com a coordenação do ACT



Elaborar um **Plano de ação** para implementação do ACT na sua cidade, em conjunto com o supervisor

SUPERVISORES do ACT



Psicólogo



Habilidades de supervisão de **multiplicadores**



Supervisão técnica dos facilitadores em relação aos aspectos conceituais e de aplicação do ACT



Elaborar um **Plano de ação para implementação** do ACT na sua cidade, em conjunto com o coordenador

FACILITADORES do ACT



Profissional com ensino superior e experiência na **área da infância**



Organizar e conduzir o ACT para grupos de pais



Disponibilidade de horário para planejamento e realização dos grupos



Participar das supervisões com supervisor local

Encontro do Programa ACT conduzido pelas facilitadoras Maria Tereza Gordiano e Carmem Braga

Fonte: Registro fotográfico para a presente publicação



Após a formação e certificação do Programa ACT, a maioria dos municípios (79%) formou um núcleo de no mínimo quatro facilitadores certificados (Vide Tabela 1), sendo a média de profissionais formados por município de cinco facilitadores (mínimo = 1 e máximo = 9). Durante

a execução da iniciativa, para assegurar o suporte aos coordenadores e supervisores, foi realizado um constante monitoramento, acompanhamento e supervisão pela equipe da iniciativa, com reuniões on-line e presenciais, envio de informações, lembretes por e-mail e WhatsApp e ligações



telefônicas ao longo de todo o processo.

A maioria dos municípios (67%; n = 16) teve a dupla de coordenadores e supervisores certificados, 25% dos municípios (n = 6) tiveram um dos profissionais certificados coordenadores ou supervisores e 8% (n =

2) não tiveram nenhum dos dois profissionais certificados. Verifica-se que **92% dos municípios contaram com pelo menos um profissional certificado** que realizou as articulações e a coordenação entre a equipe da iniciativa e a gestão municipal (Tabela 2).

Tabela 2. **Nucleação da equipe: supervisores e coordenadores.**

	Município	Nucleação de supervisor e coordenador	Status do supervisor e coordenador durante o processo implementação do Programa ACT no município (até 31/05/2023)	Implementação com as famílias no município
Supervisores e coordenadores certificados e mantidos até o fim da implementação	Aquiraz	Supervisor ¹ Coordenador ¹	S e C – Manutenção	Sim
	Chaval	Supervisor ¹ Coordenador ¹	S e C – Manutenção	Sim
	Crateús	Supervisor ¹ Coordenador ¹	S e C – Manutenção	Sim
	Crato	Supervisor ¹ Coordenador ¹	S e C – Manutenção	Sim
	Fortaleza	Supervisor ¹ Coordenador ¹	S e C – Manutenção	Sim
	Granja	Supervisor ¹ Coordenador ¹	S e C – Manutenção	Sim
	Juazeiro do Norte	Supervisor ¹ Coordenador ¹	S e C – Manutenção	Sim
	São Gonçalo do Amarante	Supervisor ¹ Coordenador ¹	S e C – Manutenção	Sim
	Tianguá	Supervisor ¹ Coordenador ¹	S e C – Manutenção	Sim
	Trairi	Supervisor ¹ Coordenador ¹	S e C – Manutenção	Sim
	Viçosa do Ceará	Supervisor ¹ Coordenador ¹	S e C – Manutenção	Sim

Supervisores e coordenadores certificados, porém com substituições por facilitadores certificados e mantidos até o fim da implementação	Acaraú	Supervisor ¹ Coordenador ¹	S – Manutenção C – Substituição (por facilitadora certificada)	Sim
	Irauçuba	Supervisor ¹ Coordenador ¹	S – Substituição (por facilitadora certificada) C – Manutenção	Sim
	Sobral	Supervisor ¹ Coordenador ¹	S – Manutenção C – Substituição (por facilitadora certificada)	Sim
Supervisores e/ou coordenadores sem certificação, mas que apoiaram a implementação	Ararendá	Supervisor ² Coordenador ¹	S e C – Manutenção	Sim
	Camocim	Supervisor ¹ Coordenador ²	S e C – Substituição (por profissional não certificado)	Sim
	Jaguaruana	Supervisor ¹ Coordenador ¹	S – Substituição (por profissional não certificado) C – Manutenção	Sim
	Eusébio	Supervisor ² Coordenador ²	S e C – Manutenção	Sim
Supervisores e/ou coordenadores certificados, mas sem implementação	Barbalha	Supervisor ¹ Coordenador ²	S e C – Manutenção	Não
	Itatira	Supervisor ¹ Coordenador ²	Município desistente ³	Não
	Paramoti	Supervisor ¹ Coordenador ¹	Município desistente ³	Não
	Quixadá	Supervisor ² Coordenador ¹	S – sem supervisor C – Manutenção	Não
	Salitre	Supervisor ² Coordenador ¹	Município desistente ³	Não
Supervisores e/ou coordenadores sem certificação e sem implementação	Mauriti	Supervisor ² Coordenador ²	Município desistente ³	Não

Nota: 1 Certificados como facilitadores do Programa ACT; 2 Não certificados como facilitadores do Programa ACT; 3 Foi informado à equipe ACT por meio do supervisor e/ou coordenador, através de ligação e/ou mensagem de WhatsApp, que o município não iniciaria a implementação com as famílias.



Componente 4

Implementação do programa com as famílias



Mapeamento da implementação

Com as equipes formadas e nucleadas em cada município participante do Programa ACT, foi iniciada a implementação com as famílias. O público-alvo incluiu os cuidadores principais de crianças de 0 a 6 anos de idade, de famílias atendidas pela Secretaria de Proteção Social nos serviços Cras e Creas, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil (Padin) e creches/educação infantil, sendo preferencialmente famílias beneficiárias dos programas de

transferência de tenda em nível federal e estadual e do Cartão Mais Infância Ceará.

O conjunto de municípios levou de março de 2022 a julho de 2023 para realizar a implementação completa com as famílias no âmbito da iniciativa. Nesse período, 18 municípios (75%) realizaram o Programa ACT com **1.207** famílias nos diversos serviços públicos mencionados. Dos cinco profissionais certificados do Núcleo do Estado, um realizou grupos com 40 famílias durante o período de implementação.

Ao todo, **1.247 famílias** foram beneficiadas com o Programa ACT durante a fase de implementação.



Encontro do Programa ACT conduzido pela facilitadora Nayana Santos

Fonte: Registro fotográfico para a presente publicação

Dos 18 municípios que implementaram o programa com as famílias, 17 deles tinham de quatro a nove facilitadores certificados. Apenas um município, que não atingiu o número mínimo de quatro facilitadores certificados, conseguiu implementar o Programa

ACT com as famílias. Porém este município não participou da pesquisa.

A implementação foi realizada por 75 facilitadores (57% dos facilitadores certificados). A média de facilitadores que implementaram o ACT com as famílias nos municípios

foi de quatro profissionais. Em 12 municípios a implementação foi realizada por quatro a sete facilitadores, em quatro municípios por

dois ou três facilitadores e em dois municípios apenas um facilitador realizou a implementação com as famílias (Tabela 3).

Tabela 3. Nucleação da equipe: supervisores e coordenadores.

Municípios	Porte do município	Facilitadores que implementaram o Programa ACT	Famílias beneficiadas com o Programa ACT durante a fase de implementação
Acaraú	Médio porte	5	105
Aquiraz	Médio porte	4	45
Ararendá	Pequeno porte I	1	18
Camocim	Médio porte	4	95
Chaval	Pequeno porte I	6	52
Crateús	Médio porte	3	22
Crato	Grande porte	3	52
Eusébio	Pequeno porte II	2	16
Fortaleza	Metrópole	1	25
Granja	Médio porte	5	120
Irauçuba	Pequeno porte II	6	102
Jaguaruana	Pequeno porte II	3	34
Juazeiro do Norte	Grande porte	5	98
São Gonçalo do Amarante	Pequeno porte II	4	40
Sobral	Grande porte	7	126
Tianguá	Médio porte	6	116
Trairi	Médio porte	6	88
Viçosa do Ceará	Médio porte	4	53

Os municípios Itaitira, Mauriti, Paramoti e Salitre (pequeno porte) e os municípios Barbalha e Quixadá (médio porte), embora tenham facilitadores certificados (vide tabela 1), não realizaram a implementação com as famílias.

Fonte: Próprio autor, dados do porte dos municípios de acordo com o IBGE – ano base 2020 (cidades.ibge.gov.br)



O número médio de famílias beneficiadas por município foi de 67. Em 72% (n = 13) dos 18 municípios em que Programa ACT foi implementado e avaliado, os facilitadores atenderam de 40 a 126 famílias. Nos outros cinco municípios, o ACT foi implementado com menos de 40 famílias, por uma equipe de um a três facilitadores. Dessa forma, verifica-se que ter o número mínimo de quatro facilitadores por município aumenta a chance de implementação e de atender um maior número de famílias. No período de implementação do Programa ACT, cada facilitador atendeu em média 16 famílias (mínimo = 2 e máximo = 33).

No que se refere ao porte dos municípios, nota-se que 100% dos de grande porte

e a metrópole, 80% dos municípios de médio porte e 60% dos de pequeno porte implementaram o Programa ACT com as famílias. Em relação aos seis municípios (25%) que não conseguiram realizar a implementação com as famílias, a maioria era de pequeno porte (n = 4) e dois de médio porte.

Os oito municípios que beneficiaram mais famílias (de 80 a > 100) com o Programa ACT foram os seguintes, em ordem decrescente: Sobral, Granja, Tianguá, Acaraú, Irauçuba, Juazeiro do Norte, Camocim e Trairi. Esses municípios tinham de quatro a sete facilitadores certificados ativos na implementação do programa e a maioria era de médio (n = 5) ou grande porte (n = 2).



Fonte: Acervo dos autores

Monitoramento, acompanhamento e supervisão da implementação

A implementação do Programa ACT nos municípios seguiu um protocolo de monitoramento sistemático e supervisão por parte da equipe da iniciativa, com o acompanhamento por meio de planilhas, contatos telefônicos, trocas de mensagens por e-mails e WhatsApp, reuniões de revisão de conteúdos teóricos e visitas locais com encontros presenciais. A planilha de monitoramento era preenchida semanal ou quinzenalmente a partir das informações obtidas com os supervisores e coordenadores sobre o status da formação teórica e formação prática dos facilitadores (em andamento, finalizada, desistente, desligado por motivo de mudança de cargo, serviço ou município), implementação com as famílias pelos facilitadores (não iniciada, em andamento, finalizada) e um campo para observações mencionadas de cada município (cronograma, aspectos positivos, barreiras e dificuldades, motivos de desligamentos de facilitadores). Nesse campo das observações, a orientação para obtenção das informações era a realização de questões abertas de acordo com o momento da iniciativa, como, por exemplo, utilização do material didático, frequência dos encontros dos grupos com as famílias, número de participantes nos grupos, assiduidade dos participantes, dúvidas na avaliação, ações de monitoramento das

atividades dos facilitadores pelos coordenadores e supervisores, engajamento dos facilitadores e dúvidas gerais relacionadas à metodologia do Programa ACT e ao processo de avaliação com as famílias. É importante ressaltar que houve um grande investimento customizado em cada município para atender demandas, orientações, incentivos e monitoramento realizados continuamente pela equipe local da iniciativa, orientada pela coordenação.

Foram realizadas reuniões individualizadas por município, por pelo menos um membro da equipe de especialistas e um membro da equipe de implementação, para a revisão dos conteúdos teóricos do Programa ACT e atividades propostas no Manual do Facilitador, além de monitoramento da etapa de implementação. Foram realizadas no período de maio de 2022 a fevereiro de 2023, com um total de **29 reuniões on-line com 23 municípios**.

No monitoramento e articulação com os municípios, foram realizadas **54 visitas presenciais** pela equipe da iniciativa em 23 municípios, sendo que 15 foram realizadas pela coordenação da iniciativa. As visitas tiveram como objetivo oferecer o apoio às equipes municipais e compreender o processo de implementação de acordo com a percepção dos profissionais, lideranças e gestores públicos.



Visitas presenciais realizadas nos municípios pelas coordenadoras da iniciativa

Fonte: Acervo dos autores



Acaraú



Aquiraz



Camocim



Chaval



Fortaleza



Granja



Irauçuba



São Gonçalo do Amarante



Sobral



Tianguá



Trairi



Viçosa do Ceará

Visitas presenciais realizadas nos municípios pela equipe local

Fonte: Acervo dos autores



Barbalha



Crateús



Eusébio



Equipes de Crato, Juazeiro do Norte e Mauriti



Itatira



Jaguaruana



Paramoti



Quixadá

Também foram realizados encontros e reuniões (presenciais e on-line) em Fortaleza ao longo do processo com a equipe do governo do Estado do Ceará, principalmente com a equipe do Programa Mais Infância Ceará e com a secretária da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos do Ceará, Onélia Santana.

Adicionalmente, foram realizadas duas reuniões com os profissionais do Núcleo de Ações Sócio-Assistenciais (Nasa), com a presença da coordenadora da iniciativa (Elisa Altafim) e a coordenadora do Programa Mais Infância Ceará (Dagmar Soares). A reunião teve como objetivo esclarecer dúvidas da equipe de visitantes do Nasa so-



bre a estratégia do Programa ACT, para que pudessem incorporar o monitoramento do programa no conjunto das ações da Secretaria da Proteção Social nos municípios.

Outra ação de monitoramento realizada pela equipe da iniciativa foi o compartilhamento da atualização sobre nucleação e implementação nos 24 municípios para representantes do Programa Mais Infância Ceará (Dagmar Soares), das secretarias da Proteção Social Básica (Mary Anne) e Es-

pecial (Márcia Dutra) e da Coalizão (Karina, representando as fundações). Esse compartilhamento envolvia o envio semanal, pelo WhatsApp e por e-mail, de uma planilha detalhada com informações de cada município, incluindo os desafios identificados que exigiam contatos e ações por parte do núcleo do estado. Também foram realizadas seis reuniões on-line com esses representantes para discussão do processo de implementação.

Pontos fortes e de atenção da implementação do Programa ACT com as famílias e algumas recomendações

A implementação de um programa deve se basear em parâmetros de qualidade (Linhares, Branco e Oliveira, 2021). Um modelo para implementações em serviços públicos destaca os seguintes aspectos a serem considerados no processo de implementação: explorar o contexto interno organizacional e individual, além do contexto externo sociopolítico e de financiamentos, e analisar a sustentabilidade da implementação, em que o monitoramento da fidelidade é essencial (Aarons et al., 2011). Na implementação, além dos resultados da intervenção, deve-se analisar o processo de mudança (*change-oriented implementation process*). O nível de implementação impacta diretamente os resultados ou efeitos dos programas de intervenção. De acordo com Fixsen et al. (2005), ao analisar programas, deve-se observar o nível da intervenção e o da implementação (*implementation-level*), assim como os desfechos (*outcomes*) da intervenção e os da implementação. Por-

tanto, é necessário avaliar a efetividade de um programa e avançar na análise “como os programas funcionam na prática” para melhorar a intervenção, a implementação e os resultados.

Na presente iniciativa, todo o processo de implementação com análise de elementos dos cenários interno e externo foi analisado. Com base nos registros obtidos por meio de protocolos de implementação, foram identificados os pontos fortes e positivos que auxiliaram na implementação do Programa ACT no contexto de políticas públicas do Estado do Ceará. Além disso, foram detectados os pontos de atenção e riscos que impactaram alguns municípios, especialmente aqueles com número reduzido de profissionais certificados (abaixo de quatro facilitadores), baixo número de famílias beneficiadas na fase de implementação (menos de 40 famílias) e ausência de implementação do Programa ACT com as famílias. Adicionalmente, com base nesses

pontos analisados, algumas recomendações podem subsidiar o planejamento e estruturação futura do Programa ACT para garantir

a sua sustentabilidade, ou seja, a manutenção com qualidade do programa no Estado do Ceará como política pública.

Pontos fortes



A. Nível estadual

- Planejamento estratégico do Estado do Ceará que indicou o problema de violência como um foco, o que permitiu identificar a potencial contribuição do Programa ACT – Para Educar Crianças em Ambientes Seguros como estratégia para prevenção de violência intrafamiliar contra crianças.
- Participação do estado na Coalizão Ceará junto com as fundações financiadoras.
- Termos de cooperação assinados entre o estado e as prefeituras dos 24 municípios.
- Participação de gestores do Estado do Ceará na sensibilização oferecida pela equipe da iniciativa.
- Apoio de membros das equipes da Secretaria da Proteção Social e do Cartão Mais Infância em ações específicas do processo de implementação nos municípios.
- Apoio da equipe do Programa Mais Infância Ceará com os gestores das prefeituras e das secretarias da Proteção Social ao longo do processo.
- Suporte da equipe do Programa Mais Infância Ceará na realização dos encontros presenciais do Programa ACT, com a participação dos governos do Estado e dos municípios.
- Núcleo estadual com a formação de cinco facilitadores ACT (comitê estadual do Programa ACT)



B. Nível municipal

- Apoio material e financeiro para implementação do Programa ACT com as famílias.
- Equipes de coordenadores e supervisores engajados e compreendendo o seu papel na nucleação e implementação do Programa ACT no seu município.
- Município engajado para atender os critérios da premiação dos municípios.
- Apoio da secretaria para o profissional ter disponibilidade de tempo para formação e implementação.
- Cultura organizacional aberta a inovações, incluindo a nova proposta nas atividades de rotina.



- Inclusão do Programa ACT no Plano Municipal em dez municípios.
- Cartas de intenção assinadas pelos secretários municipais da Proteção Social em seis municípios.



C. Nível dos profissionais (facilitadores)

- Vinculação profissional permanente nas secretarias dos municípios, para formar equipes treinadas com potencial de sustentabilidade do Programa ACT no Ceará no município e na equipe do estado.
- Equipe nucleada com coordenador, supervisor e facilitadores no município.
- Reconhecimento pelos profissionais que o Programa ACT é uma estratégia que pode ser aplicada junto a programas e atividades da Secretaria da Proteção Social, com efeito sinérgico.
- Motivação e valorização do Programa ACT pelos facilitadores e implementadores com as famílias.
- Identificação das mudanças positivas nos cuidadores por parte dos facilitadores.
- Flexibilidade dos facilitadores se locomoverem para locais próximos das famílias para implementação do programa (ex.: locais da zona rural e comunidade indígena).
- Cultura organizacional aberta a inovações, incluindo a nova proposta nas atividades de rotina.
- Inclusão do Programa ACT no Plano Municipal em dez municípios.
- Cartas de intenção assinadas pelos secretários municipais da Proteção Social em seis municípios.



D. Nível das famílias

- Excelente adesão e retenção das famílias ao Programa ACT.
- Validação do Programa ACT com famílias de extrema pobreza e vulnerabilizadas psicossocialmente.
- Mudanças positivas nas práticas parentais de cuidado e disciplina das crianças e redução de problemas de comportamento das crianças.
- Mudanças nos sentimentos e crenças das mães para uma perspectiva positiva e ganhos de conhecimentos de como lidar com as crianças.
- Reconhecimento pelas famílias da contribuição do Programa ACT para melhorar a parentalidade, comportamentos das crianças e as relações familiares.
- Valorização pelas famílias da segurança no grupo de cuidadores estabelecida pelas regras, como, por exemplo, o sigilo entre os participantes.

- Percepção dos cuidadores sobre a importância de cuidar e considerar os sentimentos das crianças.
- Participação de um grupo de famílias de comunidades indígenas, que avaliou positivamente o Programa ACT, sem haver sugestão de mudanças ou adaptações.

Pontos de atenção



A identificação dos pontos de atenção, realizada a partir de protocolos de monitoramento continuado, teve como objetivo a identificação de aspectos que podem ser aprimorados nos diferentes níveis para a implementação com fidelidade sustentável e com qualidade do Programa ACT.



A. Nível estadual

- Os facilitadores certificados do núcleo estadual do Programa ACT, que são vinculados ao Programa Mais Infância Ceará, tinham pouca disponibilidade de horário para dedicação ao Programa ACT, devido à diversidade e à alta demanda de atividades da rotina de trabalho. No período, uma facilitadora teve a oportunidade de implementar com as famílias.
- Devido à pandemia, muitas reuniões foram realizadas no formato on-line e as informações foram enviadas por e-mail. Além disso, o governo do estado realizou ligações para as secretarias dos municípios. Essa forma de comunicação remota pode ter dificultado a comunicação precisa entre os diferentes níveis de gestão (estado, municípios e equipes técnicas da Secretaria da Promoção Social) sobre os seguintes aspectos: a) objetivos, estratégias e alcance do Programa ACT; b) meta final de deixar uma tecnologia social sustentável, baseada em evidências científicas, para o município.



B. Nível municipal

- Municípios com poucos recursos humanos e financeiros disponíveis para participar da formação e integrar a nucleação de equipes para implementar o Programa ACT.
- Houve dificuldade na seleção original de profissionais pelo município, a partir dos critérios técnicos recomendados, o que pode ter implicações na manutenção do Programa ACT nos programas e serviços do município.
- Perda de recursos humanos certificados no Programa ACT, devido ao vínculo empregatício temporário, rotatividade de profissionais e desligamentos dos serviços ou



municípios, que impactaram na sustentabilidade do programa no município.

- Falta de compreensão por parte de alguns gestores e técnicos das equipes de que o Programa ACT é uma estratégia que pode ser acoplada a programas e serviços existentes, não competindo com as atividades em curso (conceito de modularidade).
- Falta de apoio por parte da gestão municipal aos facilitadores formados e motivados, o que ocorreu em alguns municípios.



C. Nível dos profissionais (facilitadores)

- Profissionais desistentes com a justificativa de excesso de trabalho, falta de tempo e/ou competição com as rotinas do serviço. A desistência, em alguns casos, ocorreu após a certificação e na fase da implementação com as famílias.
- Queixas de sobrecarga de trabalho e falta de tempo para estudo, formação prática e implementação com as famílias.
- Falta de compreensão por parte dos profissionais de que o Programa ACT é uma estratégia que pode ser acoplada a programas e serviços existentes na Secretaria de Promoção Social, não competindo com as atividades de rotina.
- Profissionais desmotivados para participar do processo de formação e implementação.
- Dificuldade de retornos de contatos estabelecidos pela equipe da iniciativa por parte de determinados profissionais.



C. Nível das famílias

- Famílias que desistiram por não terem rede de apoio para cuidar das crianças.
- Dificuldades de locomoção.
- Expectativas de contrapartida de valores a serem recebidos.



D. Nível do macrocontexto

- Pandemia e as consequências do isolamento social e *lockdown*, o que levou à restrição da presença nos serviços e adoecimento de profissionais com afastamentos.
- Eleições para governador e transição da gestão; dificuldades de realização de algumas ações devido ao período eleitoral e, posteriormente, ao período de transição. Equipes do governo do estado envolvidas em múltiplas atividades.
- Contextos de violência dos municípios.
- Cultura local do contexto que valoriza punir e bater como variável que precisa ser modificável pelo programa.

Recomendações para os gestores



Considerando os pontos de atenção mencionados, algumas recomendações podem ser levantadas:

- Fortalecer o núcleo estadual de facilitadores do Programa ACT, a fim de formar um polo estadual de formação para apoio aos municípios, visando à sustentabilidade, tanto da manutenção quanto da possibilidade de expansão.
- A equipe estadual, em parceria com os municípios, pode realizar uma busca ativa de profissionais formados como facilitadores ACT e que se desligaram do programa, para potencial aproveitamento da implementação na área em que passou a atuar.
- Os municípios precisam realizar um planejamento estratégico de como manter o Programa ACT como uma atividade do município (vide o *e-book* Caminhos para a Sustentabilidade). O planejamento precisa incluir a seleção dos profissionais e a manutenção dos recursos humanos de profissionais formados, qualificados e certificados como facilitadores do Programa ACT, assim como o processo de implementação com as famílias.
- Novos facilitadores devem ser selecionados seguindo os critérios estabelecidos pelo programa, assim como ter vínculos de contratação permanente para sustentabilidade do programa no município.
- Melhorar a comunicação com os gestores para o entendimento de que o Programa ACT é uma estratégia que pode ser acoplada a programas e serviços existentes, não competindo com as atividades em curso (conceitos de modularidade e efeito sinérgico).
- Apoio da gestão municipal aos facilitadores, oferecendo recursos e o reconhecimento das atividades do Programa ACT com as famílias, como atividades de rotina dos serviços para prevenção de violência contra crianças.
- Inclusão do Programa ACT no plano municipal da primeira infância para prevenção de violência contra crianças, o que implica reserva de recursos e investimentos.
- Fomentar a implementação do Programa ACT de forma intersetorial, assim como foi desenvolvido na cidade de Trairi com a parceria das secretarias da Proteção Social e da Educação
- Assegurar incentivos para recrutamento e adesão das famílias para participar do Programa ACT (ex.: apoio à locomoção e suporte aos pais para cuidar das crianças enquanto participam do grupo)



- Realizar nos municípios e estado campanhas de prevenção de violência contra crianças, para criar a cultura da não violência, e investimento na parentalidade e nas crianças na primeira infância.
- O ACT é um programa de prevenção universal que atende a pais e crianças com características diversas, considerando que não há uma população específica com um risco indicado a ser trabalhado. Casos de famílias com pais e crianças com maior comprometimento nas questões de violência intrafamiliar e saúde mental podem necessitar de indicação para serviços especializados para o atendimento individualizado e aprofundado das necessidades identificadas nos grupos.

Ações de comunicação compartilhadas pelo governo do estado e municípios

Durante o processo de implementação, o governo do estado e os municípios demonstraram engajamento na divulgação das ações relacionadas ao Programa ACT para a comunidade. Vídeos, matérias em

jornais e sites, postagens em mídias sociais e divulgação em eventos locais foram estratégias utilizadas para a conscientização, disseminação e envolvimento dos pais, de cuidadores e da comunidade.

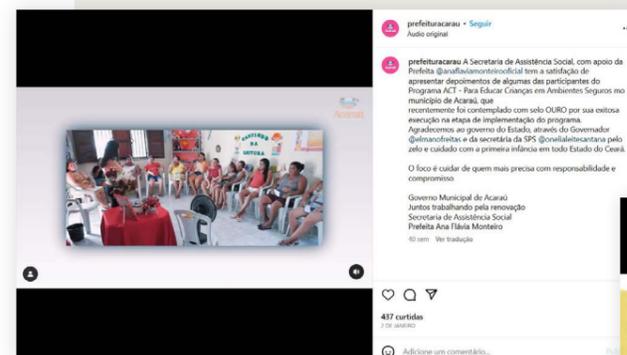
- Matérias no site do governo do Estado do Ceará.



Matéria publicada no portal do governo do Estado do Ceará sobre famílias beneficiadas com o programa ACT

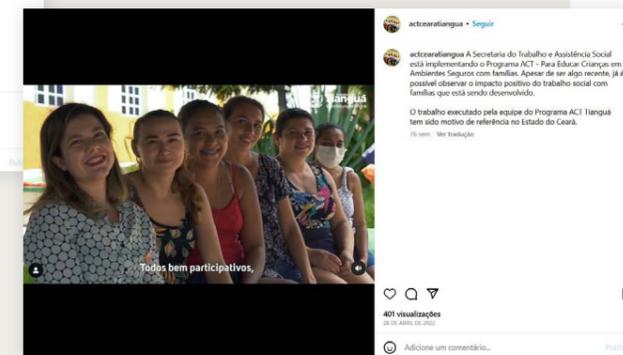
Fonte: Site do governo do Estado do Ceará

- Exemplos de vídeos de divulgação do Programa ACT pelas prefeituras dos municípios.



Fonte: Página do Instagram da Prefeitura de Acaraú

Vídeos de divulgação do Programa ACT dos municípios de Acaraú e Tianguá



Fonte: Página do Instagram do Programa ACT de Tianguá

- Exemplo da cobertura em emissoras de televisão e jornais.



Reportagem no Jornal Jangadeiro a respeito da iniciativa de implementação em larga escala do Programa ACT Ceará

Fonte: Jornal Jangadeiro



Matéria publicada no jornal Folha de S. Paulo sobre a implementação do Programa ACT em larga escala no Estado do Ceará

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo



● **Matérias nos sites dos municípios do Ceará.**

Matérias publicadas nos sites das prefeituras de Barbalha e Viçosa do Ceará sobre o Programa ACT



Fonte: Site da Prefeitura de Viçosa do Ceará



Fonte: Site da Prefeitura de Barbalha

● **Exemplos de divulgação em eventos dos municípios.**

Os municípios também realizaram a divulgação da implementação do Programa ACT em eventos realizados nas cidades.

Participação da coordenadora da iniciativa, Dr^a Maria Beatriz Linhares, na live “Parentalidade positiva e prevenção da violência na primeira infância”, realizada na Semana do Bebê do município de Sobral.

Live completa aqui:



Parentalidade positiva e prevenção da violência na primeira infância

Dra. Beatriz Linhares

/seducsobral

30/05

14h

SOBRAL
PREFEITURA

● **Exemplo de divulgação nas mídias sociais dos municípios:**



Publicação na página do Facebook do Programa ACT do município de Irauçuba

Fonte: Página do Facebook do Programa ACT de Irauçuba



Divulgação do Programa ACT no desfile cívico do Sete de Setembro no município de Chaval.



Fonte: Instagram do Programa ACT de Chaval



Componente 5



Pesquisa



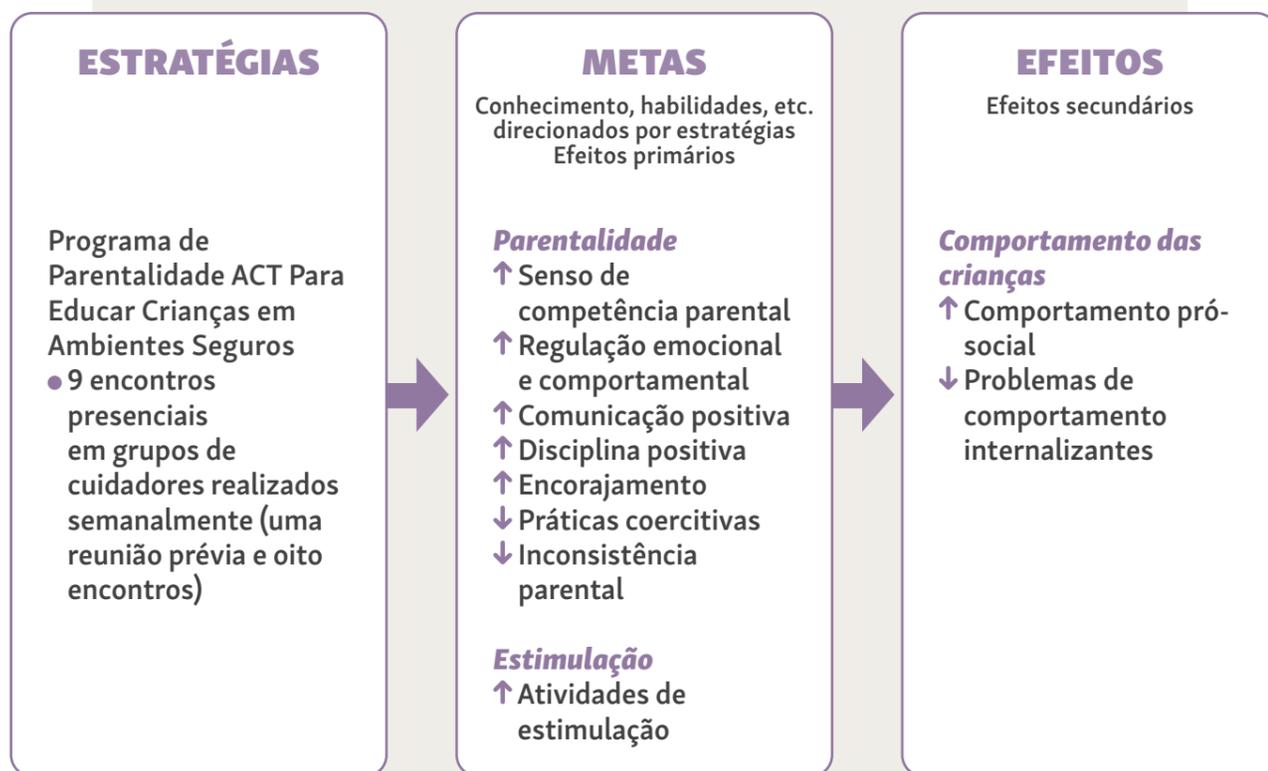
A iniciativa também teve como meta o desenvolvimento da pesquisa para avaliar a efetividade da implementação em larga escala de um programa universal de prevenção de violência contra crianças em famílias em condições de vulnerabilidade

social, buscando ampliar o conhecimento sobre o processo de formação, nucleação e implementação do Programa ACT como uma política pública. Dessa forma, foram realizados três estudos com objetivos específicos.

Estudo 1: Avaliação de impacto do programa com as famílias

A iniciativa inclui uma parte da pesquisa em que foram avaliados os efeitos do Programa ACT nas famílias, com foco na parentalidade e no comportamento das crianças. Foram avaliadas **1.310** famílias que participaram de um estudo randomi-

zado controlado com grupo de intervenção e grupo de controle de lista de espera, que se encontra em preparação para a publicação (Altafim & Linhares, 2023, em preparação). Na pesquisa será avaliada a seguinte teoria da mudança:



Fonte: Próprio autor

No momento serão apresentados alguns destaques da pesquisa sobre: a) as características da amostra do estudo (*Quem participou?*); b) as dimensões avaliadas da parentalidade e do comporta-

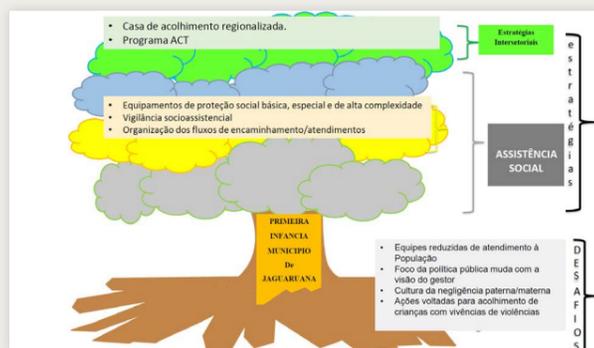
mento das crianças nas fases pré e pós-intervenção (*O que avaliou?*); os cuidadores deveriam escolher a criança que mais os preocupava para responder sobre o comportamento (criança-alvo).

Quem participou?

A implementação do Programa ACT conseguiu atingir a meta de oferecer o programa para as famílias que vivem em situação de maior vulnerabilidade e que vivenciam desigualdades sociais.



Fonte: Acervo dos autores



Programa ACT inserido no Plano Municipal de Jaguaruana

Fonte: Plano municipal pela primeira infância (2015-2025)

● “A gente tem um plano de 2015, mas fizemos uma atualização recente, porque no estado foi feito um trabalho junto a todos os municípios, oferecido uma consultoria para elaboração de diagnóstico e a construção de um novo plano. Esse plano incluiu o ACT e estamos em uma ampliação ainda por meio da consultoria, com a Rede Urban 95, com ações ligadas ao ACT, objetivos e ações.” **(Supervisor)**

Impacto do Programa ACT sobre a prática profissional dos facilitadores

Durante os grupos focais, os profissionais também relataram sobre como o trabalho com o Programa ACT contribuiu de forma positiva para a sua atuação profissional. Os relatos mostram que o enfoque no desenvolvimento infantil e prevenção de violência, bem como as estratégias para comportamentos desafiadores das crianças, que são abordadas no programa, permitiu fortalecer as ações dos profissionais com as famílias para além da participação no programa.

● “As técnicas que são apresentadas pelo programa, as orientações que são dadas, podem ser utilizadas com crianças e outras com adolescentes. Então é uma gama de conhecimentos muito grande, que só veio a enriquecer o conhecimento que eu já tinha e ampliar meus conhecimentos para que eu possa realizar o meu trabalho cada vez melhor. Foi muito enriquecedor para minha prática pedagógica. Eu estou utilizando os conhecimentos e quero continuar utilizando na sala de aula com os meus alunos e quando eu precisar conversar com os pais.” **(Facilitadora)**

● “O ACT melhorou muito a minha questão profissional. Antes do ACT eu era extremamente tímida para falar, para fazer palestra, para falar para multidões, e depois do ACT eu percebi que eu sou outra pessoa. Eu consigo fazer numa boa agora uma palestra, fazer uma roda de conversa. Então eu tenho muito a agradecer ao ACT, ele me trouxe isso, além de todo o conteúdo que é riquíssimo.” **(Facilitadora)**

● “É um ganho assim extremo. Eu sou professora e eu percebo algumas situações que depois eu fico refletindo, isso aqui eu trouxe lá do ACT e compartilho até com as minhas colegas, do escutar, deixar a criança. Algumas situações que acontecem, principalmente de birra, que eu já presenciei, até na frente dos pais eu falo ‘deixa, deixa se acalmar, depois a gente conversa’.” **(Supervisora)**

● “Na Semana do Bebê, uma das temáticas para serem trabalhadas era a parentalidade positiva. E aí, claro, que eu não poderia usar o ACT abertamente para as famílias, sem passarem pelo passo a passo do programa, a gente realizou uma oficina falando sobre parentalidade positiva com atividades com os pais. Me deu uma segurança muito grande de falar, por ter passado pelo curso, por ter sido qualificada no ACT, e isso ajudou demais, na minha prática, e eu gostaria muito que as atividades do ACT acontecessem na educação infantil do município.” **(Coordenadora)**

Impacto do Programa ACT sobre aspectos pessoais dos facilitadores

● “Foi um programa positivo não somente para os usuários com quem trabalhamos, com as famílias, foi enriquecedor também para a gente no profissional e no pessoal também.” **(Facilitadora)**

● “No meu caso, é um aprendizado, também pelo fato de que quando estudamos o ACT para aplicar com as famílias, a gente se vê em algumas situações e é um aprendizado. A gente já pensava em algumas situações e dizia ‘não vou querer isso para os meus filhos’, e com o programa a gente vê que de fato não queremos mesmo. Precisamos ter o maior cuidado para, na hora que tá aplicando, não se colocar como exemplo, porque são pontos que a gente viveu.” **(Facilitador)**

● “Profissionalmente, é uma experiência magnífica! Se todos os profissionais de fato se lançassem no Programa ACT, eles iam ver a importância dele na modificação do nosso comportamento, nossos pensamentos, na base mesmo metodológica, científica, que ele traz pras nossas vidas. Foi uma experiência, está sendo uma experiência incrível.” **(Supervisora)**

Benefícios do Programa ACT para as famílias

Os facilitadores também mencionaram os benefícios proporcionados às famílias participantes do Programa ACT, incluindo mudanças no relacionamento entre os pais e filhos, mudanças no comportamento das crianças e o engajamento dos cuidadores durante sua participação no programa. Nos benefícios destacaram-se os seguintes pontos:

Mudanças no relacionamento entre pais e filhos

● “...a mãe passou a ensinar a filha, entendendo que não tinha mais que brigar, já não tinha mais aquele foco de impaciência, e isso é muito bom porque a gente consegue perceber na prática que as coisas funcionam.” **(Coordenadora)**



● *“...pela fala das famílias como ‘Eu aprendi muito e eu tô vendo que eu tô mudando o meu comportamento com o meu filho’. Teve uma mãezinha que chegou e disse assim: ‘Olha, eu tinha até raiva quando meu filho chegava da escola e corria pra me dar um abraço, e eu não gostava que ele chegava me abraçando suado. Hoje, quando ele chega, eu tenho uma vontade imensa de abraçá-lo’. Isso é muito gratificante para a gente, porque observamos mudanças.” (Facilitadora)*

● *“Tivemos dois homens participando, um muito carinhoso, muito afetivo, que era o padrasto, mas ele quem criou e a enteada o reconhece como pai. O outro era o pai e tinha um modelo muito autoritário. Esse pai disse que precisou rever muitas coisas e disse que o programa ajudou muito e que hoje ele já é mais controlado e mais calmo. É muito bom ver esse relato porque a gente viu uma mudança nele de como educar os filhos.” (Coordenadora)*

● *“Segundo as próprias participantes dos encontros com os facilitadores, elas dizem que está havendo essa transformação, de como as participantes gostariam de ter tido essa oportunidade há mais tempo. Então tem um efeito comprovadamente bem positivo. A gente percebe na fala dos facilitadores essa mudança positiva que o programa tem causado e causa na vida delas.” (Coordenadora)*

● *“Pelos relatos das participantes, percebemos que realmente está fazendo diferença. Uma participante disse assim: ‘Eu estava na casa do meu irmão e minha cunhada fez isso e eu já chamei a atenção dela: ‘Olha, lá no Cras, no nosso curso ACT, eu aprendi que não é dessa forma que a gente deve tratar a criança. E é exatamente isso que a gente quer que realmente levem o que elas aprenderam, porque a gente acaba sensibilizando essas famílias a mudar o comportamento, da forma que elas criam a criança, que não é gritando, que não é batendo ou com palavrões. Hoje muitas já relatam: ‘Ah, eu já penso duas vezes, já não falo mais palavrão na frente deles, eu já fico mais atenta’. Então eu acredito que está fazendo diferença.” (Facilitadora)*

Mudanças no comportamento das crianças

● *“Tem uma mãe do primeiro grupo, que ainda vejo aqui no Cras, porque ela é acompanhada, então de vez em quando ela fala: ‘Mulher, tal coisa com a minha filha melhorou’. Então, com certeza, é bem nítido para aquelas que realmente se empenham a tentar, eu acredito que funcione sim, de acordo com a fala delas.” (Facilitadora)*

● *“As mães conseguiram colocar na rotina delas o que elas aprenderam nos encontros, elas sempre davam depoimentos nos encontros de que estavam colocando algumas atividades em prática e que estavam vendo resultados, que aquilo estava ajudando bastante na vida delas e já estavam percebendo algumas mudanças, tanto no comportamento delas como no comportamento dos filhos.” (Facilitadora)*

Estudo 3: Avaliação do nível de satisfação com o Programa ACT, de acordo com a perspectiva dos cuidadores

O QUE OS CUIDADORES ACHARAM DO PROGRAMA ACT?

Foram obtidos relatos dos cuidadores que participaram do Programa ACT. Alguns exemplos dos relatos dos cuidadores em relação à contribuição do programa para suas vidas incluem mudanças significativas na forma como costumavam educar os seus filhos, aprendendo a lidar com os comportamentos desafiadores das crianças sem fazer

uso da violência e utilizando estratégias de disciplina positiva. Os cuidadores também relataram uma maior regulação emocional e comportamental, maior proximidade com as crianças, e que começaram a realizar mais atividades e brincadeiras no contexto da família. Esses aspectos podem ser ilustrados nos relatos a seguir:

● *“[...] Eu estava muito alterada com os meus filhos, acho que por causa da idade deles, é muita coisa pra aprender. Antigamente eu batia neles, de dar tapa e essas coisas assim. Hoje já sei conversar, sentar, sendo que antigamente eu não dava a opção de escutar eles, era só eu falando. Hoje não, hoje eu já respiro, conto e sei como conversar com eles, escutar eles mais. Agora é só conversar e escutar a parte deles, ele ensinou bastante esse curso.”*

● *“Nós aprendemos a como lidar com nossos filhos, nossos netos, e nós podemos nos ajudar a ter uma vida familiar com eles. Esse programa nos ensina a como ter a vida com eles.”*

● *“Antes do curso eu andava estressado com meus filhos, era tudo embaixo do coração, não conversava, só queria saber de meter chibata, bater de chinelo, não ensinava muito as tarefas do meu filho e nem brincava muito com ele. Após o decorrer do curso tento escutar ele, o que está acontecendo, converso muito com ele, passei a brincar mais com ele, mais que eu brincava antes. Tenho ensinado ele nas tarefas, até mesmo ele começou a aprender a ler, coisa que ele não sabia antes, ele está aprendendo a ler. Eu só tenho a agradecer o curso, realmente é muito bom.”*



Os cuidadores mencionaram o quanto se sentiram à vontade nos grupos para falar de suas dificuldades em situações cotidianas e também de poderem trocar experiências com outros cuidadores que enfrentam situações parecidas, havendo compartilhamento de aprendizados e se sentindo acolhidos. Os cuidadores comentaram que a partir do programa conseguiram estar mais presentes para as crianças, colocando limites e ajudando-as na expressão emocional.

● “[...] Falar o quanto ele é importante na questão de como eu vou criar o meu filho num ambiente seguro. Porque os filhos da gente, eles não precisam de coisas materiais, e sim precisam de amor, de afeto, de carinho e de vez em quando da gente dizer um não. Porque às vezes a gente deixa de dar um não para o filho da gente por pena, por muitas vezes a gente estar ocupada, fazendo alguma coisa, principalmente aquelas mães tipo eu, que trabalho, que passo o dia trabalhando e que quando chego em casa quero descansar. Muitas vezes eu queria descansar um pouco e deixava meu filho de lado. E eu fui percebendo que tudo o que eu estava fazendo era errado e me afastando do meu filho. [...] E eu sou muito grata por ter recebido esse convite na minha vida. No momento eu não entendi, fiquei com medo daqueles questionamentos, porque ali eu ia falar da minha vida, da minha casa. Então assim, no decorrer das sessões, eu fui percebendo que ali era totalmente sigiloso, porque eu fiquei com aquele receio, com aquele medo. Então, assim, eu recomendo, eu espero que ele [o programa] se estenda, porque é um curso maravilhoso e eu espero que se prolongue para outras famílias.”

● “[...] Está me ajudando bastante a saber lidar com ele. Agora já consigo entender melhor, já consigo compreender, conversar com ele, já consegue me explicar o que ele sente, que antes ele tinha muita dificuldade de falar, agora ele já consegue dizer o que ele sente. Apesar dele ser uma criança muito carinhosa, muito amorosa, mas ele não conseguia expressar. Agora eu já consigo ajudar ele a expressar os sentimentos. [...] Estava precisando também muito disso, de eu poder falar o que eu sinto, o que eu penso, as minhas dificuldades, poder vivenciar com outras mães, que as mães têm muitas dificuldades. A gente poder conversar, saber, poder ajudar uma a outra.”

Os cuidadores entenderam que o uso de disciplina positiva, sem o uso da violência, pode trazer diversos benefícios ao desenvolvimento das crianças, manejo dos comportamentos no dia a dia e fortalecimento do vínculo. Importante destacar que os cuidadores mencionaram um desdobramento positivo na medida em que houve uma melhora de relacionamento com outros membros da família, assim como enfrentamento de desafios familiares.

● “[...] Através desse programa eu pude perceber que não só eu que sou beneficiada, mas toda a minha família, através de todo o conhecimento que eu adquiri nele. [...] Então, através desse programa, eu pude aprender a me controlar, a falar, a me expressar, a saber ouvir os meus

filhos, a saber me comportar em determinadas situações. Então é um programa que não só a gente ganha, mas as pessoas que convivem com a gente também.”

● “O projeto fez com que eu pudesse repensar algumas atitudes que eu tinha em relação à minha família. Tanto os meus filhos, como o meu esposo... Ajudou em relação ao comportamento. É um projeto que com certeza, se todas as famílias tivessem a oportunidade de participar, de conhecer, iria trazer vários benefícios para a família.”

● “Antes do programa eu tava enfrentando muitas dificuldades, eu tava passando alguns desafios e não sabia que isso afetaria tanto a minha filha. Eu me separei do pai dela e também veio a chegada do meu filho, o bebezinho. E isso mexeu muito com ela [...] e ela não estava sabendo lidar com essas emoções e, por isso, o comportamento dela. Então ficou bem difícil, e ainda mais difícil para mim. E o programa chegou assim num momento certo. Foi no momento exato e ajudou muito, tá totalmente diferente, a gente tá sabendo lidar com esses desafios, não foram retirados os desafios, mas a gente está aprendendo a lidar com isso, com essas dificuldades, esses desafios.”

Os cuidadores mostram interesse em continuar aprendendo cada vez mais sobre o desenvolvimento infantil e a forma mais adequada de lidar com os comportamentos desafiadores das crianças, tendo o interesse de que o programa se mantenha e que outros cuidadores possam ser beneficiados para ter comunidade.

● “Eu estou totalmente transformada na maneira de como lidar com as minhas duas crianças, meu menino de 5 anos e a minha bebê de 4 meses, foi incrível e eu sou muito grata de ter participado. Que possam outras mães conseguir passar por essa sensação. Que sigam mais em frente para que muitas pessoas possam conhecer esse programa, que é maravilhoso.”

● “[...] Esse programa ajudou bastante a gente a lidar com o comportamento dos nossos filhos e a ensinar eles de maneira mais educativa, sem bater, sempre conversar, a lidar nas situações. Sempre prestar atenção no que os nossos filhos têm, se ele for menorzinho, se ele tá com febre, se ele tá com fome, com calor. Então você sempre aprende a lidar com as situações do seu filho. Já um pouquinho crescidinho, na base dos 8 anos, aprenda a dizer não, sempre lidar com ele em casa, se ele for uma criança que gosta de pedir muito as coisas na rua, chegar em casa e dizer: olha você não pode mais fazer aquilo lá. Então tem que aprender a dizer um não e a educar de forma certa. [...] A gente só tem que agradecer muito e que possam vir muitas e muitas vezes para nós. Para as mães que já participaram, e para aquelas que não tiveram a oportunidade, que elas possam se engajar. [...] Porque você educando seu filho da forma certa, ele vai crescer sendo uma criança saudável, sem agressão e sem querer estar batendo, porque a criança ela aprende com o que ela vê em casa, se ela vê os pais agressivos, ela vai ser agressiva, se ela vê os pais educados e amorosos, então elas vão querer mostrar aquilo pra sociedade.”



Society for Research in Child Development Biennial Meeting, em 2023, na cidade de Salt Lake, nos Estados Unidos



Apresentação “Parenting program implemented in public policies: evaluation of a facilitator training at large-scale through observation”

Apresentação “Parenting program for violence against children prevention: from scientific evidence-based to implementation at large scale”

Fonte: Acervo dos autores



Apresentações em eventos em que a iniciativa foi mencionada

Oito eventos com a participação das coordenadoras da iniciativa

Participação das coordenadoras no seminário “Parentalidade positiva na primeira infância: o papel das intervenções para prevenir o ciclo intergeracional da violência”

Seminário completo em: <https://www.youtube.com/watch?v=xh47q9j03gk>

[primeira infância em debate]

Parentalidade positiva na primeira infância

Prof. Dra. Maria Beatriz Linhares
CPAPI | FMRP-USP

Prof. Dra. Elisa Pisani Altafim
PGSM-FMRP-USP

28 de outubro | 10:00h - 11:15h

Inscriva-se em: cpapi.org.br/cursos

Participação da Profª Drª Elisa Altafim na audiência pública “A relevância da Educação Parental”. Audiência pública completa em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/67962>



Apresentação “Programas de parentalidade com dados de eficácia comprovada”, no 2º Congresso Internacional de Educação Parental, em 2021, na cidade de São Paulo

Matérias em jornais que mencionam a iniciativa

FOLHA DE S. PAULO

Programa que ensina pais a controlar emoções reduz problemas de comportamento infantil

Implementado no Brasil pela USP, treinamento tem sido adotado como política pública devido aos bons resultados

Érica Fraga

Moçada Um programa de orientação parental criado nos Estados Unidos e adaptado para o Brasil por pesquisadoras da USP de Ribeirão Preto reduziu a metade a taxa de crianças com problemas comportamentais, cujas mães participaram do treinamento. A metodologia e os resultados da avaliação têm sido bem recebidos pela comunidade acadêmica internacional e por formuladores de políticas públicas no Brasil.

Mães participam de programa da USP de orientação sobre infância, em Ribeirão Preto (SP) - Divulgação

Matéria publicada no jornal Folha de São Paulo sobre a implementação do Programa ACT em larga escala no Estado do Ceará como estratégia de manejo das emoções dos pais e redução de problemas de comportamento das crianças

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo



Matéria publicada no Jornal da USP sobre a implementação do Programa ACT em larga escala no Estado do Ceará como estratégia de prevenção da violência

Fonte: Jornal da USP



JORNAL DA USP

Prevenção é remédio para combater a violência infantil no âmbito da família

Estratégia que aproxima gestão pública e academia e envolve pais e futuros é defendida por especialista da FMRP que implementou o projeto em 24 cidades no Estado do Ceará

09/10/2022 - Publicado há 1 ano



Componente 6



Sustentabilidade



Ao apresentar o programa aos municípios, foi explicado que, uma vez que os facilitadores fossem certificados, os municípios poderiam implementar o programa vinculado às políticas, serviços e programas existentes. Ao longo da iniciativa, também foi enfatizada a importância de os municípios incorporarem o Programa ACT nos Planos Municipais da Primeira Infância (PMPis) para garantir sua manutenção após a conclusão da avaliação. Durante o desenvolvimento da iniciativa, os municípios estavam envolvidos em um projeto de elaboração dos Planos Municipais, apoiado pelo governo do Estado do Ceará. Assim, o contexto favoreceu a incorporação do Programa ACT nos PMPis. Além disso, um dos critérios para que os municípios recebessem o Selo Ouro de participação na iniciativa era a inclusão no PMPi ou o envio de uma carta assinada pela Secretaria Municipal da Proteção So-

cial demonstrando intenção de continuar o Programa ACT.

Para apoiar os municípios na sustentabilidade do Programa ACT, também foi desenvolvido o *e-book* Caminhos da Sustentabilidade (Laffite et al., 2022), o qual teve por objetivo subsidiar o trabalho de gestores para manutenção dos avanços do Programa ACT nos 24 municípios participantes, após o término da iniciativa em 2023. O documento foca na necessidade da inclusão das atividades do Programa ACT nas rotinas dos profissionais, para atender ao modelo de sustentabilidade da tecnologia social no município. Além disso, apresenta uma análise dos Planos Municipais dos 24 municípios, indicando as ações relacionadas à parentalidade e prevenção de violência e que o programa ACT poderia ser vinculado. Em abril de 2023, o documento foi entregue ao governo do Estado do Ceará.

Como resultado dessas ações, verificou-se que

67% dos municípios (n = 16) demonstraram **interesse em continuar** a realização do Programa ACT vinculado aos serviços e programas existentes no município (manutenção), sendo que

10 municípios inseriram efetivamente o Programa ACT nos PMPis (Ararendá, Barbalha, Crateús, Crato, Granja, Jaguaruana, Paramoti, Sobral, Tianguá e Trairi) e

6 municípios entregaram as cartas assinadas pelas secretarias municipais (Acaraú, Camocim, Chaval, Irauçuba, Juazeiro do Norte e Viçosa do Ceará).

Além disso, o Programa ACT **se manteve no Complexo Mais Infância Ceará** em Fortaleza por iniciativa do estado.

Mesmo diante das dificuldades da pandemia e dos repasses financeiros, os municípios vincularam o programa às estratégias já existentes, como o Serviço de Convivên-

cia e Fortalecimento de Vínculos, Programa de Atenção Integral à Família (Paif) e como uma intervenção para as famílias beneficiárias do Cartão Mais Infância Ceará.



Documento Caminhos para a Sustentabilidade

Fonte: Laffite, L. T. G., Souza, F. H. F., Altafim, E. R. P. & Linhares, M. B. M. (2022). Conexão do Programa ACT - Para Educar Crianças em Ambientes Seguros com as políticas da primeira infância no Estado no Ceará: Caminhos para a Sustentabilidade. Instituto de Valorização da Educação e Pesquisa do Estado de São Paulo.



Entrega do documento Caminhos para a Sustentabilidade aos representantes do Estado do Ceará.

Fonte: Acervo dos autores



Dagmar Soares e secretária da Proteção Social, Onélia Santana



Coordenadora do Programa Mais Infância Ceará, Dagmar Soares, e coordenadora da iniciativa ACT-Ceará, Dr^a Elisa Altafim



Secretário-executivo da Infância, Família e Combate à Fome da SPS, Caio Cavalcanti



Coordenadora da Secretaria da Proteção Social Especial, Márcia Dutra, e Dagmar Soares



Meysa Quezado e Luzia Laffite, do Instituto da Infância (Ifan)



Considerações finais



Encontro do Programa ACT

Fonte: Registro fotográfico para a presente publicação



A iniciativa validou o modelo aplicado a políticas públicas que articulou componentes essenciais para contribuir para o fortalecimento da parentalidade positiva e da prevenção da violência contra as crianças no contexto familiar, a saber: 1) Sensibilização, mobilização e articulação de atores-chaves; 2) Formação qualificada dos profissionais em um programa baseado em evidências científicas; 3) Nucleação de equipes que atendem às famílias; 4) Implementação com fidelidade do programa com as famílias; 5) Pesquisa e avaliação dos efeitos do programa nas famílias e do processo de implementação em larga escala nos municípios; 6) Sustentabilidade do programa nos municípios.

Os facilitadores treinados e certificados podem incorporar o Programa ACT na sua prática profissional, com a realização de grupos com as famílias, sem nenhum custo adicional. Conforme demonstrado pela literatura, o Programa ACT é um dos programas de parentalidade estruturados com menor custo de implementação, pois possui apenas o custo relacionado ao treinamento, diferentemente de outros programas que apresentam custos de implementação por cuidadores participantes (National Center for Parent, Family, and Community Engagement, 2015). Foram formadas uma nucleação e uma organização estrutural para que o Programa ACT

possa ser mantido como um “módulo” acoplado a diferentes atividades dos serviços dos municípios.

A iniciativa forneceu subsídios e impulsionou a implementação do Programa ACT em políticas públicas, assim como forneceu evidências robustas de aplicabi-

lidade com famílias em condições de vulnerabilidade social, de baixa escolaridade e renda e beneficiários de transferência de renda do governo. Cabe aos tomadores de decisão nos níveis municipal e estadual seguirem adiante no caminho da sustentabilidade da iniciativa nos municípios.

A iniciativa se relaciona a **DUAS ESTRATÉGIAS DO INSPIRE.**

1.

O Programa ACT é recomendado como um dos programas para atingir a estratégia de **“Oferecimento de apoio aos pais, mães e cuidadores”**.

94% dos participantes da iniciativa eram de famílias beneficiadas por transferência de renda. Assim, outra estratégia contemplada é **“O incremento de renda e fortalecimento econômico”**.

2.

A partir dos resultados da iniciativa, verificou-se a eficácia do Programa ACT implementado com famílias que vivenciam situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Assim, criam-se oportunidades para reduzir as desigualdades e potencializar o desenvolvimento das crianças por meio de ações integradas.

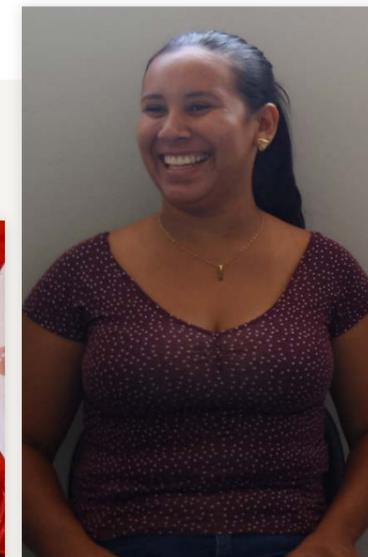
“A implementação e avaliação do Programa ACT dentro do contexto de políticas públicas, especialmente para famílias que vivenciam vulnerabilidades sociais e econômicas, representa um avanço crucial no enfrentamento de desafios sistêmicos das famílias. No Estado do Ceará, a integração do ACT com programas de transferência de renda sinaliza uma abordagem progressiva e inovadora em iniciativas de larga escala. Ao aproveitar a expertise global sobre os cuidados e a educação de crianças em ambientes seguros e promover habilidades parentais, o programa busca melhorar o bem-estar geral das famílias em situação de vulnerabilidades, contribuir para um sistema de apoio social mais sustentável e inclusivo, e ressalta a importância da colaboração internacional.”

Janice Y. S. Haskins, PhD
 Diretora do Leadership Development Institute, responsável pelo Programa ACT, na American Psychological Association.



Ao término da iniciativa, iniciou-se a transição das responsabilidades para a gestão do governo do Estado do Ceará, que irá realizar uma atualização do status dos municípios e o *follow-up* para acompanhamento dos núcleos formados nos municípios, a fim de garantir a sustentabilidade do ACT – Para Educar Criança em Ambientes Seguros. Os formuladores de políticas podem apoiar a implementação do programa como uma iniciativa eficaz destinada a prevenir a violência e maus-tratos contra

as crianças, fortalecer os relacionamentos acolhedores nas famílias, prevenir a violência na comunidade, desenvolver a resiliência familiar, promover o desenvolvimento das crianças e contribuir para a saúde mental e bem-estar das crianças. Desta forma, espera-se que a iniciativa com o Programa ACT no Ceará possa contribuir para uma infância protegida e tornar-se um modelo a ser seguido por outros municípios e estados do Brasil, assim como para outros países.



Agradecemos às famílias participantes do programa ACT



Fonte: Registro fotográfico para a presente publicação

Referências bibliográficas

- Altafim, E. R. P., & Linhares, M. B. M. (2016). Universal violence and child maltreatment prevention programs for parents: A systematic review. *Psychosocial Intervention, 25*(1), 27-38. <https://doi.org/10.1016/j.psi.2015.10.003>
- Altafim, E. R. P., & Linhares, M. B. M. (2019). Preventive intervention of strengthening effective parenting practices: A randomized controlled trial. *Journal of Applied Developmental Psychology, 62*, 160-172. <https://doi.org/10.1016/j.appdev.2019.03.003>
- Altafim, E. R. P., & Linhares, M. B. M. (2021). Programa de parentalidade para prevenção de violência contra crianças no contexto brasileiro: da eficácia para a larga escala sustentável. In C. Magalhães, M. J. Amante, P. Xavier & S. Fonseca (Org). *Reflexões em torno da COVID-19: Famílias, crianças e jovens em risco* (pp. 59 - 73). Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viseu. <https://doi.org/10.34633/978-989-53495-0-0>
- Altafim, E. R. P., & Linhares, M. B. M. (2022a). Programa de parentalidade: Da evidência científica para a implementação em escala. *Revista Brasileira de Avaliação, 11*(3 spe), e111122. <https://doi.org/10.4322/rbaval202211011>
- Altafim, E. R. P., & Linhares, M. B. M. (2022b). Programas de parentalidade no Brasil: evidências científicas e políticas públicas. In C. Magalhães, M. J. Amante, P. Xavier & S. Fonseca (Org). *Políticas e respostas para crianças e jovens em risco III: da prevenção à promoção da autonomia* (pp. 19 - 31). Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viseu. <https://doi.org/10.34633/978-989-53495-8-6>
- Altafim, E. R. P., & Linhares, M. B. M. (2023). *Parenting program for violence prevention implemented with very low-income families at large-scale: Randomized controlled trial*. [Manuscrito em preparação]. Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.
- Altafim, E. R. P., Magalhães, C., & Linhares, M. B. M. (2023). Prevention of Child Maltreatment: Integrative Review of Findings From an Evidence-Based Parenting Program. *Trauma, Violence, & Abuse*. <https://doi.org/10.1177/15248380231201811>
- Altafim, E. R. P., McCoy, D. C., Linhares, M. B. M. (2018). Relations between parenting practices, socioeconomic status, and child behavior in Brazil. *Children and Youth Services Review, 89*, 93-102. <https://doi.org/10.1016/j.chidyouth.2018.04.025>
- Altafim, E. R. P., McCoy, D. C., & Linhares, M. B. M. (2021). Unpacking the impacts of a universal parenting program on child behavior. *Child Development, 92*(2), 626-637. <https://doi.org/10.1111/cdev.13491>
- Altafim, E. R. P., Oliveira, R. C. & Linhares, M. B. M. (2021). Maternal history of childhood violence in the context of a parenting program. *Journal of Child and Family Studies, 30* (1), 230-242. <https://doi.org/10.1007/s10826-020-01868-1>
- Altafim, E. R. P., Pedro, M. E. A., & Linhares, M. B. M. (2016). Effectiveness of ACT Raising Safe Kids Parenting Program in a developing country. *Children and Youth Services Review, 70*, 315-323. <https://doi.org/10.1016/j.chidyouth.2016.09.038>
- Aarons, G. A., Hurlburt, M., & Horwitz, S. M. (2011). Advancing a conceptual model of evidence-based practice implementation in public service sectors. *Administration and policy in mental health and mental health services research, 38*, 4-23. <https://doi.org/10.1007/s10488-010-0327-7>
- Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (Abep). (2019). *Critério de Classificação Econômica Brasil*. <http://www.abep.org/criterio-brasil>
- Avezum, M. D. M. M., Altafim, E. R. P., & Linhares, M. B. M. (2022). Spanking and corporal punishment parenting practices and child development: A systematic review. *Trauma, Violence, & Abuse*, Advance online publication. <https://doi.org/10.1177/15248380221124243>
- Belotti, F., Altafim, E. R. P., & Linhares, M. B. M. (2019). Feasibility study of a preventive parenting program with mothers of children born preterm. *Children and Youth Services Review, 107*, 1-9. <https://doi.org/10.1016/j.chidyouth.2019.104526>
- Branco, M. S. S., Altafim, E. R. P., & Linhares, M. B. M. (2022). Universal intervention to strengthen parenting and prevent child maltreatment: Updated systematic review. *Trauma, Violence & Abuse, 23*(5), 1658-1676. <https://doi.org/10.1177/15248380211013131>
- Brooks, J. (2013). Parenting is a process. In: Brooks, J. *The process of parenting*. (9 ed., Chap. 1, pp. 2-32). Mayfield Publishing Company.
- Byrne, S., Rodrigo, M. J., & Maiquez, M. L. (2014). Patterns of individual change in a parenting program for child maltreatment and their relation to family and professional environments. *Child Abuse and Neglect, 38*(3), 457-467. <http://dx.doi.org/10.1016/j.chiabu.2013.12.008>

- Engle, P. L., Fernald, L. C., Alderman, H., Behrman, J., O’Gara, C., Yousafzai, A., ... & Iltus, S. (2011). Strategies for reducing inequalities and improving developmental outcomes for young children in low-income and middle-income countries. *The Lancet*, 378(9799), 1339-1353. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(11\)60889-1](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(11)60889-1)
- Fixsen, D. L., Naoom, S. F., Blasek, K. A., Friedman, R. M., & Wallace, F. (2005). *Implementation research: A synthesis of the literature*. Tampa, FL: University of South Florida, Louis de la Parte Florida Mental Health Institute, The National Implementation Research Network.
- Fleitlich, B. W., Cortázar, P. G., & Goodman, R. (2000). Questionário de capacidades e dificuldades (SDQ). *Infanto: Revista de Neuropsiquiatria da Infância e da Adolescência*, 8, 44-50.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2023). *17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. Livro eletrônico. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023, 357 p. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>.
- Gibaud-Wallston, J., & Wandersmann, L. P. (1978). *Development and utility of the Parenting Sense of Competence Scale*. John F. Kennedy center for research on education and human development.
- Gölcük, M., & Berument, S. K. (2021). The relationship between negative parenting and child and maternal temperament. *Current Psychology*, 40, 3596-3608. <https://doi.org/10.1007/s12144-019-00307-9>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2022). *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101972>
- Knox, M., & Burkhart, K. (2014). A multi-site study of the ACT Raising Safe Kids program: Predictors of outcomes and attrition. *Children and Youth Services Review*, 39, 20-24. <https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2014.01.006>
- Knox, M., Burkhart, K., & Cromly, A. (2013). Supporting positive parenting in community health centers: The ACT Raising Safe Kids Program. *Journal of Community Psychology*, 41(4), 395-407. <https://doi.org/10.1002/jcop.21543>
- Knox, M., Burkhart, K., & Hunter, K. E. (2010). ACT Against Violence Parents Raising Safe Kids Program: Effects on maltreatment-related parenting behaviors and beliefs. *Journal of Family Issues*, 32(1), 55-74. <https://doi.org/10.1177/0192513X10370112>
- Knox, M., & Dynes, M. (2020). The ACT Raising Safe Kids Program. In E. T. Gershoff & S. J. Lee (Eds.), *Ending the physical punishment of children: A guide for clinicians and practitioners* (p. 99-107). American Psychological Association.
- Komatsu, B. K., Calu, J. C. & Bartholo T. L. (2022). *Estudo nº IX: Impactos da desigualdade na primeira infância*. Núcleo Ciência Pela Infância. <http://www.ncpi.org.br>
- Laffite, L. T. G., Souza, F. H. F., Altafim, E. R. P. & Linhares, M. B. M. (2022). *Conexão do Programa ACT Para Educar Crianças em Ambientes Seguros com as políticas da primeira infância no Estado no Ceará: Caminhos para a sustentabilidade*. Instituto de Valorização da Educação e Pesquisa do Estado de São Paulo. <https://ifan.com.br/wp-content/uploads/2023/05/Programa-ACT-Para-Educar-Criancas-em-Ambientes-Seguros-com-as-Politicadas-Primeira-Infancia-no-Estado-no-Ceara.pdf>
- Lawrenz, P., Yousafzai, A. K., & Habigzang, L. F. (2021). ACT Raising Safe Kids Program improves parenting practices, beliefs about physical punishment, management of anger, and mental health: Initial evidence from a study in Brazil. *Children and Youth Services Review*, 131, 106299. <https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2021.106299>
- Linhares, M. B. M. (2015). Família e desenvolvimento na primeira infância: Processos de autorregulação, resiliência e socialização de crianças pequenas. In: G. A. Pluciennik, M. C. Lazzari & M. F. Chicaro (Orgs.) *Fundamentos da família como promotora do desenvolvimento infantil: Parentalidade em foco* (pp. 70-82). Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.
- Linhares, M. B. M., Branco, M. S. S. & Oliveira, R. C. (2021). *Parâmetros da qualidade de programas de parentalidade em grupo: Subsídios para construção de um Modelo de Implementação*. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 127 pp. (manuscrito não publicado).
- Linhares, M. B. M., & Gaspardo, C. M. (2017). Escala de Senso de Competência Parental. Tradução da versão do instrumento adaptada pelo FOI, autorizada pelo autor. Versão original: Gibaud-Wallston, J., & Wandersman, LP (1978). Development and utility of the Parenting Sense of Competence Scale. *Annual Meeting of the American Psychological Association, Toronto*.

- Lotto, C. R., Altafim, E. R. P., & Linhares, M. B. M. (2023). Maternal history of childhood adversities and later negative parenting: A systematic review. *Trauma, Violence, & Abuse, 24*(2), 662-683. <https://doi.org/10.1177/15248380211036076>
- Murray, J., Santos, I. S., Bertoldi, A. D., Murray, L., Arteché, A., Tovo-Rodrigues, L.,...Cooper, P. (2019). The effects of two early parenting interventions on child aggression and risk for violence in Brazil (The PIÁ Trial): Protocol for a randomized controlled trial. *Trials, 20*, (253), 1-12. <https://doi.org/10.1186/s13063-019-3356-x>
- National Center for Parent, Family and Community Engagement (2015). *Compendium of parenting interventions*. National Center on Parent, Family, and Community Engagement. Office of Head Start, U.S. Department of Health & Human Services, Washington, DC.
- Ohan, J. L., Leung, D. W., & Johnston, C. (2000). The parenting sense of competence scale: Evidence of a stable factor structure and validity. *Canadian Journal of Behavioural Science/Revue Canadienne des Sciences du Comportement, 32*(4), 251-261. <https://doi.org/10.1037/h0087122>
- O'Connell, M. E., Boat, T. F., & Warner, K. E. (2009). Preventing mental, emotional and behavioral disorders among young people: Progress and possibilities. Washington, DC: National Academies Press.
- Park, J. L., Johnston, C., Colalillo, S., & Williamson, D. (2018). Parents' attributions for negative and positive child behavior in relation to parenting and child problems. *Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology, 47*(sup1), S63-S75. <https://doi.org/10.1080/15374416.2016.1144191>
- Pedro, M. E. A., Altafim, E. R. P., & Linhares, M. B. M. (2017). ACT Raising Safe Kids Program to promote positive maternal parenting practices in different socioeconomic contexts. *Psychosocial Intervention, 26*, 63-72 <http://dx.doi.org/10.1016/j.psi.2016.10.003>
- Perra, O., Paine, A. L., & Hay, D. F. (2020). Continuity and change in anger and aggressiveness from infancy to childhood: The protective effects of positive parenting. *Development and Psychopathology, 33*(3), 937-956. <https://doi.org/10.1017/S0954579420000243>
- Porter, B., & Howe, T. (2008). Pilot evaluation of the "ACT - Parents Raising Safe Kids" violence prevention program. *Journal of Child and Adolescent Trauma, 1*(3), 193-193. <https://doi.org/10.1080/19361520802279158>
- Portwood, S. G., Lambert, R. G., Abrams, L. P., & Nelson, E. B. (2011). An evaluation of the Adults and Children Together (ACT) against violence parents raising safe kids program. *Journal of Primary Prevention, 32*(3-4), 147-160. <https://doi.org/10.1007/s10935-011-0249-5>
- Prefeitura de Pelotas. (2019). *ACT Pelotas política pública: Relatos de experiências*. (1. ed.). Prefeitura de Pelotas.
- Sanders, M. R., Morawska, A., Haslam, D. M., Filus, A., & Fletcher, R. (2014). Parenting and family adjustment scales (PAFAS): Validation of a brief parent-report measure for use in assessment of parenting skills and family relationships. *Child Psychiatry and Human Development, 45*(3), 255-272. <https://doi.org/10.1007/s10578-013-0397-3>
- Santana, L. R. (2018). *Adaptação transcultural e validação da Parenting and Family Adjustment Scales (PAFAS)* (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade Federal da Grande Dourados.
- Santana, O. M. M. L., Gomes, L. G. A., Soares, M. D. A., Leite, M.O.T., Oliveira A. G. L. S. (2022). *Mais Infância Ceará: De programa à política pública permanente*. SEDUC. <https://www.ceara.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/Livro-Mais-Infancia-DIGITAL.pdf>
- Silva, J. (2011). *Programa ACT para Educar Crianças em Ambientes Seguros, Manual do Facilitador e Guia de Avaliação*. American Psychological Association.
- UNICEF. (2015). "Monitoring the Situation of Children and Women for 20 Years: The Multiple Indicator Cluster Surveys (MICS) 1995-2015". <https://mics.unicef.org/surveys>
- Venancio, S. I., Teixeira, J. A., de Bortoli, M. C., & Bernal, R. T. I. (2022). Factors associated with early childhood development in municipalities of Ceará, Brazil: A hierarchical model of contexts, environments, and nurturing care domains in a cross-sectional study. *The Lancet Regional Health-Americas, 5*, 100139. <https://doi.org/10.1016/j.lana.2021.100139>
- Weymouth, L. A., & Howe, T. (2011). A multi-site evaluation of Parents Raising Safe Kids violence prevention program. *Children and Youth Services Review, 33*(10), 1960-1967. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2011.05.022>
- World Health Organization. (2018). INSPIRE: Sete estratégias para pôr fim à violência contra crianças. <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/207717/9789241565356-por.pdf?ua=1>

Apêndice A

Disseminação da iniciativa

Apresentações e participação em eventos

Altafim, E. R. P. Apresentação da *implementação do Programa ACT em larga escala no Ceará*. American Psychological Association. 30 de Julho de 2022.

Altafim, E. R. P. *Audiência pública: a relevância da Educação Parental*. Câmara dos Deputados, Brasília, DF. 10 de Maio de 2023, <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/67962>

Altafim, E. R. P. *Aula: Parentalidade e primeira infância; Justiça restaurativa e educação*. Curso on-line “Justiça Restaurativa e Cultura de Paz” do Laboratório Digital Educacional. 23 de Junho de 2023, <https://www.youtube.com/watch?v=7PByK2uOGRM>

Altafim, E. R. P. & Linhares, M. B. M. Webinar *Programas de Parentalidade em Grupo e Primeira Infância*. Evento on-line. 17 de Setembro de 2020.

Altafim, E. R. P. & Linhares, M. B. M. Webinar *Ciência e Política: Um caminho para a Primeira Infância*. Evento on-line. 22 de Setembro de 2020.

Altafim, E. R. P. & Linhares, M. B. M. *2020 - Saving Brains Scaling Virtual Workshop*. Evento on-line. 22 a 26 de Junho de 2020.

Altafim, E. R. P. & Linhares, M. B. M. (2021). *Programas de parentalidade com dados de eficácia comprovada*. Apresentação Oral, II Congresso Internacional de Educação Parental, São Paulo, Brasil.

Linhares, M. B. M. Live: *Parentalidade positiva e prevenção da violência na primeira infância*. Evento híbrido “XII Semana do Bebê de Sobral” da Secretaria da Educação de Sobral. Sobral, CE. 30 de Maio de 2022, <https://www.youtube.com/watch?v=4DO4WZSvdVQ>

Linhares, M. B. M. & Altafim, E. R. P. Seminário: *Parentalidade positiva na primeira infância: o papel das intervenções para prevenir o ciclo intergeracional da violência*. Evento on-line “Primeira Infância em Debate” do Centro Brasileiro de Pesquisa

Aplicada à Primeira Infância (CPAPI). 28 de Outubro de 2021, <https://www.youtube.com/watch?v=xh47q9j03gk>

Apresentações em Eventos Científicos

Altafim, E. R. P., Branco, M. S. S., Lotto, C. R., & Linhares, M. B. M. (2023). Parenting program implemented in public policies: evaluation of a facilitator training at large-scale through observation. Poster, *Society for Research in Child Development 2023 - Biennial Meeting*, Salt Lake, Utah, EUA.

Altafim, E. R. P. & Linhares, M. B. M. (2021). Programa de parentalidade para prevenção de violência contra crianças no contexto brasileiro: da eficácia para a larga escala sustentável. Apresentação oral, *II Seminário Internacional de Políticas e Respostas para Crianças e Jovens em Risco*, Viseu, Portugal.

Altafim, E. R. P., & Linhares, M. B. M. (2022). A large-scale parenting program to prevent violence against children: evaluation of the facilitators training at a state-level. Oral Presentation Session Maltreatment, violence and bullying. *8th Conference of the International Society for Child Indicators. Children's rights and opportunities in an unequal world: Research, policy and intervention*, Gramado, Brasil.

Altafim, E. R. P. & Linhares, M. B. M. (2022). Programas de parentalidade no Brasil: Evidências científicas e políticas públicas. Apresentação oral, *III Seminário Internacional de Políticas e Respostas para Crianças e Jovens em Risco - I Jornadas Internacionais da Prevenção à Promoção da Autonomia*, Viseu, Portugal.

Altafim, E. R. P. & Linhares, M. B. M. (2022). Evidence-based parenting program implemented in public policies: evaluation of a facilitator training at large-scale. Poster, *XXIII ICIS 2022 - International Congress of Infant Studies, Developmental Cascades*, Ottawa, Canada.

Jürgensen, R., Altafim, E. R. P., & Linhares, M. B. M. (2023). Avaliação do treinamento de facilitadores de um programa de parentalidade no contexto de políticas públicas. Poster, *I Encontro dos Programas de Pós-Graduação de Psiquiatria: Desenvolvendo hoje as habilidades do profissional do futuro*. São Paulo, Brasil.

Linhares, M. B. M. & Altafim, E. R. P. (2022). Parenting and prevention of violence against children project: from evidence-based to sustainable large scale. Poster, *XXIII ICIS 2022 - International Congress of Infant Studies, Developmental Cascades*, Ottawa, Canada.

Linhares, M. B. M., Altafim, E. R. P. Machado, L., & Jürgensen, R. (2022). Implementation of parenting program of violence prevention against children: module for sensitization the stakeholders in a public system. Poster, *8th Conference of the International Society for Child Indicators. Children's rights and opportunities in an unequal world: Research, policy and intervention*, Gramado, Brasil.

Linhares, M. B. M., Altafim, E. R. P., Oliveira, R. C., & Santos, L. M. (2023). Parenting program for violence against children prevention: from scientific evidence-based to implementation at large scale. Poster, *Society for Research in Child Development 2023 - Biennial Meeting*, Salt Lake, Utah, EUA.

Rodrigues, M. P., Oliveira, R. C., Jürgensen, R., & Altafim, E. R. P. (2022). Relatos de facilitadores sobre a experiência de implementação de um programa de parentalidade (Painel). In: *30º Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP* (on-line).

Santos, L. M., Altafim., E. R. P., & Linhares, M. B. M. (2023). Programa de parentalidade e prevenção de violência contra crianças aplicado com mães adolescentes ou jovens que foram grávidas na adolescência. Poster, *I Encontro dos Programas de Pós-Graduação de Psiquiatria: Desenvolvendo hoje as habilidades do profissional do futuro*. São Paulo, Brasil.

Capítulos de livro publicados

Altafim, E. R., & Linhares, M. B. M. (2021), Programa de parentalidade para prevenção de violência contra crianças no contexto brasileiro: da eficácia para a larga escala sustentável. In C. Magalhães, M. J. Amante, P. Xavier & S. Fonseca (Org). *Reflexões em torno da COVID- 19: famílias, crianças e jovens em risco* (pp. 59 - 74). Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viseu.

Altafim, E. R., & Linhares, M. B. M. (2022). Programas de parentalidade no Brasil: evidências científicas e políticas públicas. In C. Magalhães, M. J. Amante, P. Xavier & S. Fonseca (Org.) *Políticas e respostas para crianças e jovens em risco III: da prevenção à promoção da autonomia* (pp. 19 - 31). Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viseu.

Artigos Publicados

Altafim, E. R., & Linhares, M. B. M. (2022), Programa de parentalidade: trajetória científica para implementação em larga escala. *Revista Brasileira de Avaliação Psicológica*, 11(3), 1-11. DOI:10.4322/rbaval202211011

Altafim, E. R. P., Magalhães, C., & Linhares, M. B. M. (2023). Prevention of child maltreatment: integrative review of findings from an evidence-based parenting program. *Trauma, Violence, & Abuse*, 15248380231201811. <https://doi.org/10.1177/15248380231201811>

Working Paper Publicado

Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância (2023). Estudo nº 10: Prevenção de violência contra crianças. Núcleo Ciência Pela Infância. <http://www.ncpi.org.br>

Reportagens em noticiários da televisão

Reportagem sobre o segundo encontro da Iniciativa ACT Ceará na *TV Assembleia - Ceará* (<https://www.youtube.com/@TVAssembleiaCeara/featured>)

Reportagem sobre o segundo encontro da Iniciativa ACT Ceará no *Jornal TV Ceará* (<https://www.youtube.com/@TVCearaHD>)

Reportagem sobre o Programa ACT no *Jornal Jangadeiro* (<https://www.youtube.com/@JornalJangadeiroOficial/featured>)

Notícias publicadas em veículos on-line

Matérias em jornais e revistas

Altafim, E. R. P (2023, 08 de fevereiro). Programas de parentalidade no Brasil. *Nexo Jornal*. Bibliografia. <https://pp.nexojournal.com.br/bibliografia-basica/2023/02/08/Programas-de-parentalidade-no-Brasil>

Avelar, R. (2022, 03 de outubro). Prevenção é remédio para combater a violência infantil no âmbito da família. *Jornal da USP*, Notícia Online, <https://jornal.usp.br/campus-ribeirao-preto/prevencao-e-remedio-para-combater-a-violencia-infantil-no-ambito-da-familia/>

Carranço, T. (2023, 28 de março). Parente próximo comete 8 em cada 10 casos de violência contra crianças de até 6 anos no Brasil, diz pesquisa. *BBC News Brasil*. Notícia Online. <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cw8d5xl8p4eo>

Cavalcanti, T. (2023, 09 de abril). Para acabar com a cultura de palmadas em crianças, CE adota programa de afeto e abraços. *Folha de S.Paulo*. Notícia Online. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/04/para-acabar-com-cultura-de-palmadas-em-criancas-ce-adota-programa-de-afeto-e-abracos.shtml>

Central (2022, 14 de dezembro). Municípios cearenses são premiados e certificados em programa de prevenção à violência contra criança. *Garanhuns*, Notícia Online, <https://www.garanhunsnoticias.com.br/noticia/123902/municipios-cearenses-sao-premiados-e-certificados-em-programa-de-prevencao-a-violencia-contracrianca>

Cesário, L. (2022, 18 de dezembro). Ceará adota programa de parentalidade positiva para combater violência infantojuvenil. *Jornal O Povo*, Notícia Online, <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2022/12/18/ceara-adota-programa-de-parentalidade-positiva-para-combater-violencia-infantojuvenil.html>

Fraga, E. (2021, 17 de abril). Programa que ensina pais a controlar emoções reduz problemas de comportamento infantil. *Folha de S. Paulo*, Notícia Online, <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/04/programa-que-ensina-pais-a-controlar-emocoes-reduz-problemas-de-comportamento-infantil.shtml>

Queiroz, C. (2023, março). A importância da primeira infância. *Revista Pesquisa FAPESP*. Matéria on-line, <https://revistapesquisa.fapesp.br/a-importancia-da-primeira-infancia/>

Redação Acontece no RS (2022, 14 de dezembro). Municípios cearenses são premiados e certificados em programa de prevenção à violência contra criança. *Acontece no RS*, Notícia Online, <https://www.acontecenors.com.br/noticia/95260/municipios-cearenses-sao-premiados-e-certificados-em-programa-de-prevencao-a-violencia-contracrianca>

Redação Agência NE9 (2022, 15 de dezembro). Ceará é certificado como Estado protetor da criança. *Agência NE9*, Notícia Online, <https://www.ne9.com.br/ceara-e-certificado-como-estado-protetor-da-crianca/>

Publicações em blogs

Lima, R. (2021, 13 de maio). Município de Sobral será beneficiado com programa para promoção do desenvolvimento infantil. *Sobral em Revista*, <https://sobralemrevista.com.br/2021/05/13/municipio-de-sobral-sera-beneficiado-com-programa-para-promocao-do-desenvolvimento-infantil/>

Redação Programa do Rubão (2022). Sobral: Realizado o I Seminário da Primeira Infância na Secretaria dos Direitos Humanos e da Assistência Social. *Programa do*

Rubão, <https://www.programadorubao.com.br/sobral-realizado-o-i-seminario-da-primeira-infancia-na-secretaria-dos-direitos-humanos-e-da-assistencia-social/>

Redação Programa do Rubão (2022). Sobral é Certificado com o Selo Ouro como Município Protetor das Crianças pelo Governo do Estado do Ceará. *Programa do Rubão*, <https://www.programadorubao.com.br/sobral-e-certificado-com-selo-ouro-como-municipio-protetor-das-criancas-pelo-governo-do-estado-do-ceara/>

Publicações em sites de parceiros da iniciativa

Redação Ifan (2023, 10 de maio). Publicação analisa conexões do Programa ACT – Para Educar Crianças em Ambientes Seguros com políticas para a primeira infância do Ceará. *Instituto da Criança*, <https://ifan.com.br/2023/05/10/publicacao-analisa-conexoes-do-programa-act-para-educar-criancas-em-ambientes-seguros-com-politicas-para-a-primeira-infancia-no-ceara/>

Redação Ivesp. ACT Para Educar Crianças em Ambientes Seguros. *Portfólio Ivesp*, <https://ivesp.org.br/projetos/act-para-educar-criancas-em-ambientes-seguros/>

Matérias no site do governo Estado do Ceará

Ascom SPS (2022, 14 de dezembro). Municípios cearenses são premiados e certificados em programa de prevenção à violência contra criança. *Portal do Governo do Estado do Ceará*, <https://www.ceara.gov.br/2022/12/14/municipios-cearenses-sao-premiados-e-certificados-em-programa-de-prevencao-a-violencia-contracrianca/>

Ascom SPS (2022, 14 de dezembro). Ceará é certificado como Estado protetor da criança. *Portal do Governo do Estado do Ceará*, <https://www.ceara.gov.br/2022/12/14/ceara-e-certificado-como-estado-protetor-da-crianca/>

Assessoria de Comunicação da SPS (2021, 8 de dezembro). Primeira Infância: Estado projeta assistir 3.600 famílias com o projeto ACT Ceará em 24 municípios. *Portal da Secretaria da Proteção Social do Governo do Estado do Ceará*, <https://www.sps.ce.gov.br/2021/12/08/primeira-infancia-estado-projeta-assistir-3-600-familias-com-o-projeto-act-ceara-em-24-municipios/>

Branco, S. C. (2021, 04 de março). Governo do Ceará e fundações parceiras realizam ações com foco no desenvolvimento infantil em 24 municípios. *Portal do Governo*

do Estado do Ceará, <https://www.ceara.gov.br/2021/03/04/governo-do-ceara-e-fundacoes-parceiras-realizam-coalizacao-aco-es-com-foco-no-desenvolvimento-infantil-em-24-municipios/>

Branco, S. C. (2023, 21 de março). Tecnologia social trabalha a violência na educação dos filhos e fortalece a infância com afeto. *Portal do Governo do Estado do Ceará*, <https://www.ceara.gov.br/2023/03/21/tecnologia-social-trabalha-a-violencia-na-educacao-dos-filhos-e-fortalece-a-infancia-com-afeto/>

Branco, S. C. (2023, 22 de março). Ceará é pioneiro na implantação de programa de parentalidade como política pública. *Portal do Governo do Estado do Ceará*, <https://www.ceara.gov.br/2023/03/22/ceara-e-pioneiro-na-implantacao-de-programa-de-parentalidade-como-politica-publica/>

Branco, S. C. (2023, 23 de março). Vinte e quatro municípios já estimulam a parentalidade positiva com as famílias. *Portal da Secretaria da Proteção Social do Governo do Estado do Ceará*, <https://www.sps.ce.gov.br/2023/03/23/vinte-e-quatro-municipios-ja-estimulam-a-parentalidade-positiva-com-as-familias/>

Ribeiro, W. (2021, 04 de fevereiro). Governo do Ceará firma parceria na promoção do desenvolvimento infantil com 24 municípios do Estado. *Portal do Governo do Estado do Ceará*, <https://www.ceara.gov.br/2021/02/04/governo-do-ceara-firma-parceria-na-promocao-do-desenvolvimento-infantil-com-24-municipios-do-estado/>

VICEGOV (2021, 04 de fevereiro). Governo do Ceará firma parceria na promoção do desenvolvimento infantil em 24 municípios do Estado. *Portal da Vice-Governadoria do Governo do Estado do Ceará*, <https://www.vicegov.ce.gov.br/2021/02/04/governo-do-ceara-firma-parceria-na-promocao-do-desenvolvimento-infantil-em-24-municipios-do-estado/>

Matérias no site dos municípios do Ceará

Município de Barbalha

(2021, 9 de dezembro). “STDS participa de I Encontro do Programa ACT: Ceará” Link:<https://barbalha.ce.gov.br/2021/12/09/stds-participa-de-i-encontro-do-programa-act-ceara/>

(2023, 11 de Janeiro). “STDSMDH adere ao Programa ACT Para Educar Crianças em

Ambientes Seguros” Link:<https://barbalha.ce.gov.br/2023/01/11/stdsmdh-adere-ao-programa-act-para-educar-criancas-em-ambientes-seguros/>

(2023, 26 de Janeiro). “Prefeitura de Barbalha realiza ação de conscientização sobre a importância de ambientes seguros para pais e filhos” Link:<https://barbalha.ce.gov.br/2023/01/26/prefeitura-de-barbalha-promove-acao-de-conscientizacao-sobre-a-importancia-de-ambientes-seguros-para-pais-e-filhos/>

Município de Crato

(2022, 19 de dezembro). “Crato recebe premiação Município Protetor das Crianças” Link:<https://crato.ce.gov.br/informa.php?id=2916>

Município de Eusébio

(2021, 05 de fevereiro). “Eusébio firma parceria com o Governo do Estado para fortalecer ações com foco na educação infantil” Link: <http://eusebio.ce.gov.br/eusebio-firma-parceria-com-o-governo-do-estado-para-fortalecer-aco-es-com-foco-na-educacao-infantil/>

(2021, 09 de dezembro). “Eusébio é premiado por práticas inovadoras direcionadas à Primeira Infância” Link:<http://eusebio.ce.gov.br/eusebio-e-premiado-por-praticas-inovadoras-direcionadas-a-primeira-infancia/>

(2022, 15 de dezembro). “Eusébio recebe Certificado por Município Protetor das Crianças” Link:<http://eusebio.ce.gov.br/eusebio-recebe-certificado-por-municipio-protetor-das-criancas/>

(2022, 26 de dezembro). “Retrospectiva 2022: Secretaria de Desenvolvimento Social fortalece a assistência social às famílias eusebienses” Link: <http://eusebio.ce.gov.br/retrospectiva-2022-secretaria-de-desenvolvimento-social-fortalece-a-assistencia-social-as-familias-eusebienses/>

Município de Fortaleza

(2021, 15 de dezembro). “Fortaleza participa de programa piloto para educar crianças em ambientes seguros” Link:<https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/fortaleza-participa-de-programa-piloto-para-educar-criancas-em-ambientes-seguros>

Município de Granja

(2021, 04 de fevereiro). “Granja entre as 24 cidades do Ceará parceiras na promoção do desenvolvimento infantil” Link: <https://www.granja.ce.gov.br/informa.php?id=1215>

(2022, 14 de dezembro). “Granja! Certificação de Município Protetor da Criança”
Link:<https://www.granja.ce.gov.br/informa.php?id=2457>

Município de Jaguaruana

(2021, 04 de fevereiro). “Jaguaruana adere a projeto de promoção do desenvolvimento infantil” Link: <https://www.jaguaruana.ce.gov.br/informa.php?id=271>

(2021, 08 de dezembro). “O município de Jaguaruana foi contemplado com um aparelho notebook e dois tablets” Link: <https://www.jaguaruana.ce.gov.br/informa.php?id=790>

(2022, 15 de dezembro). “Jaguaruana recebe certificado de Município Protetor das Crianças!” Link:<https://www.jaguaruana.ce.gov.br/informa.php?id=1741>

Município de Mauriti

(2022, 16 de dezembro). “Mauriti foi certificado como Município Protetor das Crianças”
Link:<https://www.mauriti.ce.gov.br/informa.php?id=765>

Município de Paramoti

(2021, 10 de dezembro). “Encontro do Projeto ACT-Ceará” Link:<https://www.paramoti.ce.gov.br/informa.php?id=1236>

(2022, 14 de junho). “Programa ACT” Link:<https://www.paramoti.ce.gov.br/informa.php?id=1668>

Município de Sobral

(2021, 08 de dezembro). “Secretária Andrezza Coelho participa de encontro estadual sobre programa que trabalha a parentalidade positiva” Link:<https://www.sobral.ce.gov.br/informes/principais/secretaria-andrezza-coelho-participa-de-encontro-estadual-sobre-programa-que-trabalha-a-parentalidade-positiva>

(2022, 05 de abril). “Realizado o I Seminário da Primeira Infância na Secretaria dos Direitos Humanos e da Assistência Social” Link:<https://www.sobral.ce.gov.br/informes/principais/realizado-o-i-seminario-da-primeira-infancia-na-secretaria-dos-direitos-humanos-e-da-assistencia-social>

(2022, 06 de abril). “Centro de Referência da Assistência Social Regina Justa recebe visita de comitiva da primeira infância” Link:[Prefeitura de Sobral - Centro de Referência da Assistência Social Regina Justa recebe visita de comitiva da primeira infância](https://www.sobral.ce.gov.br/informes/principais/centro-de-referencia-da-assistencia-social-regina-justa-recebe-visita-de-comitiva-da-primeira-infancia)

(2022, 16 de dezembro). “Sobral é certificado com selo ouro como município protetor das crianças pelo Governo do Estado do Ceará” Link:<https://www.sobral.ce.gov.br/informes/principais/sobral-e-certificado-com-selo-ouro-como-municipio-protetor-das-criancas-pelo-governo-do-estado-do-ceara>

Município de Tianguá

(2022, 09 de setembro). “Prefeitura de Tianguá informa: Em 31 de agosto, realizou certificação de família do Programa ACT Ceará” Link:<https://www.tiangua.ce.gov.br/informa.php?id=1089>

(2022, 16 de dezembro). “Prefeitura de Tianguá Recebe o Certificado Selo Ouro Município Protetor das Crianças” Link:<https://www.tiangua.ce.gov.br/informa.php?id=1293>

Município de Viçosa do Ceará

(2022, 06 de abril). “Foi implementado em Viçosa do Ceará o Programa ACT”
Link:<https://www.vicosa.ce.gov.br/informa.php?id=1830>

Mídias sociais (Instagram e Facebook)

Município de Acaraú

(2022, 11 de junho). “A Secretaria de Assistência Social de Acaraú em breve estará implementando o Programa ACT” Link: <https://www.instagram.com/p/CeIrwKOBin/?igshid=MDJmNzVkMjY%3D>

(2023, 02 de janeiro). “A Secretaria de Assistência Social, com apoio da prefeita tem a satisfação de apresentar depoimentos de algumas das participantes do Programa ACT” Link: <https://www.instagram.com/reel/Cm7aEo8poJS/>

Município de Camocim

(2022, 15 de junho). “Foi finalizada a primeira etapa da implantação do ACT em Camocim”
Link: <https://www.instagram.com/p/Ce04kADOKDy/?igshid=MDJmNzVkMjY%3D>

Município de Chaval

(2021, 05 de agosto). “Programa ACT- para educar crianças em ambientes seguros. Segundo Encontro com as famílias do Programa ACT” Link: https://www.instagram.com/p/CSNXddNn13/?img_index=1

Instagram do Programa ACT de Chaval: https://www.instagram.com/programa_act_chaval/

Município de Crateús

Facebook do Programa ACT de Crateús: <https://www.facebook.com/people/Programa-ACTa%C3%A7%C3%A3oParentalidadeEducar-Crian%C3%A7as-em-Ambientes-Seguros/100078912884165/>

Município de Granja

(2022, 23 de maio). “Oportunidade” Link: <https://www.instagram.com/p/Cd588nErI0m/?igshid=MDJmNzVkMjY%3D>

(2022, 09 de junho). “Programa ACT para Educar Criança em Ambientes Seguros sendo realizado com as famílias beneficiárias do Cartão mais Infância” Link: <https://www.instagram.com/p/CemU4WOFKvQ/?igshid=MDJmNzVkMjY%3D>

(2022, 16 de dezembro). “No dia 14 de dezembro, em Fortaleza, recebemos a Certificação de Município Protetor das Crianças, por concluir com destaque a execução do Programa ACT - Para Educar Crianças em Ambiente Seguros” Link: <https://www.instagram.com/p/CmO4fkHly0m/>

Município de Irauçuba

Instagram do Programa ACT de Irauçuba: <https://www.instagram.com/programaact.iraucuba/?igshid=YmMyMTA2M2Y%3D>

Facebook do Programa ACT de Irauçuba: <https://www.facebook.com/people/Act-Irau/pfbid0bPrAy9XZsjVCD5RWUJLoqrhkQZrE6JxSeSML3o4Ky3skPNn7u6tsDnuf3Wi5Rpjkl/>

Município de Tianguá

Instagram do Programa ACT de Tianguá: <https://www.instagram.com/actcearatiangua/>

(2022, 28 de abril). “A Secretaria do Trabalho e Assistência Social está implementando o Programa ACT - Para Educar Crianças em Ambientes Seguros com famílias” Link: <https://www.instagram.com/p/Cc58bYZgZtf/>

Município de Trairi

Instagram do Programa ACT de Trairi: <https://www.instagram.com/act.trairi/?igshid=MzRlODBiNWFlZA%3D%3D>

Município de Viçosa do Ceará

(2022, 06 de abril). “Cuidar da infância é cuidar do presente e do futuro do município” Link: <https://www.instagram.com/p/CcAm56suSTw/?igshid=MDJmNzVkMjY%3D>

(2022, 06 de abril). “A Prefeitura Municipal de Viçosa do Ceará através da Secretaria de Cidadania e Promoção Social informa que o município foi contemplado com o Programa ACT” Link: <https://www.instagram.com/tv/CcAn0x-IUYj/?igshid=MDJmNzVkMjY%3D>

Secretaria de Proteção Social, Justiça, Mulheres e Direitos Humanos - SPS (2023, 24 de março). “Recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como uma das metodologias mais eficazes para reduzir os riscos de violência contra crianças” Link: https://www.facebook.com/profile/100069019605944/search/?q=idade&locale=pt_BR



**Parentalidade e
Infância Protegida:**
Implementação de programa
com evidências científicas
no Estado do Ceará

ISBN: 978-65-85375-07-8

TED



9 786585 375078